

Pactos de irresponsabilidade



O chamado «Pacto de estabilidade» agrava as consequências económicas e sociais decorrentes da União

Económica e Monetária de Maastricht.

■ Octávio Teixeira

Pág. 18

Contar ovelhas dá muitos milhões

■ Lino de Carvalho

Pág. 19

TRABALHADORES

Banco de Portugal foge ao fisco

Benesses calculadas em 250 mil contos anuais.

Pág. 9

18 de Janeiro na Marinha Grande

Aniversário assinalado pelos vidreiros

Pág. 23

Ensino Muita teoria pouca realização

Professores e estudantes criticam ministro

Págs. 20 e 21

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 23 de Janeiro de 1997 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1208 • Director: Carlos Brito

Carvalhas exige referendo sobre Moeda Única

A PALAVRA AO POVO

Pág. 5

O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, anunciou anteontem, em declaração pública, um conjunto de iniciativas convergindo na reclamação de que a palavra seja dada ao povo através de um referendo sobre a Moeda Única.



Milhares de trabalhadores dos têxteis, vestuário e calçado concentraram-se em Lisboa. Carlos Carvalhas, acompanhado por outros dirigentes e militantes comunistas, manifestou aos trabalhadores a solidariedade do PCP na luta pela redução dos horários.

Pelas 40 horas contra a vigarice

EDITORIAL

Dever de intervir



Os trabalhadores do têxteis vieram a Lisboa reclamar as 40 horas

RESUMO

15
Quarta-feira

O Comissário da Expo'98 vai ao Parlamento explicar as contas do evento ■ Jorge Sampaio janta com a comissária europeia Monika Wolf Mathies, em Bruxelas ■ O novo director-geral da Saúde toma posse ■ A Palestina e Israel rubricam o acordo sobre a cidade de Hebrón ■ No 21º dia de manifestações, prosseguem os confrontos entre os trabalhadores sul-coreanos e as forças antiterroristas em várias cidades do país ■ O Governo búlgaro concorda com a realização de eleições antecipadas no fim do ano ■ Na Albânia, realiza-se uma manifestação contra o Governo e o Presidente, a propósito da falência fraudulenta de várias sociedades de aforro ■ Depois de uma aliança de rebeldes sudaneses avançar sobre uma importante cidade do Nilo Azul, as autoridades declaram «guerra santa» aos «agressores e traidores» ■ Os revolucionários do MRTA declaram que não planeiam matar qualquer dos sequestrados ■ Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil, vê aprovado um diploma, pela Câmara de Deputados, que vem permitir ao Chefe de Estado cumprir dois mandatos consecutivos.

16
Quinta-feira

Marçal Grilo anuncia que em 1998 os alunos do Ensino Superior terão de pagar uma propina única ■ O exército israelita começa a retirada de 80 por cento de Hebrón, transferindo poderes para a polícia palestina ■ Um tribunal sul-coreano questiona a legalidade do novo código laboral, aprovado em Dezembro numa sessão nocturna pelo partido no poder em apenas sete minutos e sem a presença da oposição ■ Na Argélia, uma bomba mata 14 pessoas e fere 50.

17
Sexta-feira

A CGTP-IN reúne-se com António Guterres para analisar a redução dos horários de trabalho e o regresso ao Conselho Permanente da Concertação Social ■ O Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida defende a interrupção da gravidez, quando estiver em perigo a vida da mãe ou no caso dos fetos serem inviáveis ■ Na Alemanha, inicia-se o congresso do PDS, herdeiro do PC da ex-RDA ■ Milhares de pessoas manifestam-se em Espanha pela «libertação imediata» do guarda prisional raptado pela ETA há um ano ■ A morte de um deputado conservador põe a posição britânica em minoria no Parlamento, pressionando Major a convocar eleições antecipadas.

18
Sábado

Trabalhadores dos têxteis e do calçado de todo o país deslocam-se a Lisboa para reclamar a aplicação da

lei das 40 horas semanais de trabalho ■ O chanceler Franz Vranitzky abandona a chefia do governo austríaco, sendo sucedido pelo ministro das Finanças, Viktor Klima ■ A oposição búlgara apela à dissolução imediata do Parlamento.

19
Domingo

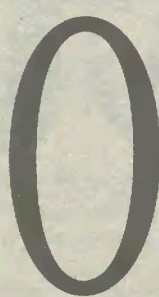
Os guardas prisionais marcam uma greve para o próximo dia 27 ■ Em congresso, o PDS admite coligar-se com o SPD e os Verdes para derrotar o chanceler Helmut Kohl nas eleições parlamentares alemãs, a realizar em 1998 ■ Prosseguem as manifestações na Albânia organizadas pela oposição, acabando com a repressão da polícia antiterrorista ■ Trinta anos depois da ocupação de Hebrón pelos soldados israelitas, Yasser Arafat entra na cidade e declara-a libertada ■ Na Bulgária, o presidente Petar Stoyanov toma posse ■ Um carro explode na capital argelina, causando 21 mortos.

20
Segunda-feira

Depois de se encontrar com o ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Jaime Gama reafirma que o código penal português será mantido em vigor em Macau, após a transferência do território para a China ■ Bill Clinton inicia o seu segundo mandato como presidente dos Estados Unidos ■ O secretário-geral da NATO mantém um encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, em Moscovo, para debater o alargamento da organização ■ Verifica-se uma explosão numa localidade da Irlanda do Norte ■ O Partido Socialista Sérvio recorre à justiça para contestar a pretensa vitória da oposição nas autárquicas.

21
Terça-feira

Carlos Carvalhas anuncia recolha de assinaturas para exigir referendo sobre a moeda única e a marcação para 24 de Maio de um grande comício internacional de partidos comunistas e da esquerda europeia, no Campo Pequeno ■ Álvaro Cunhal participa num debate sobre a actualidade política, em Loures ■ O PCP e a Juventude Socialista manifestam-se contra documento sobre o aborto do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida ■ Cardoso e Cunha demitem-se dos cargos de comissário e de presidente do Conselho de Administração da Parque Expo SA ■ José Mattoso, director do Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, determina a busca entre a documentação de actas de Conselhos de Estado desaparecidos ■ O chanceler Helmut Kohl e o primeiro-ministro checo Vaclav Klaus assinam em Praga uma declaração de reconciliação que põe fim a cinquenta anos de contencioso ■ Um atentado à bomba, ocorrido ontem no centro de Argel - o terceiro nos últimos três dias -, provocou a morte de 16 pessoas.



PCP anunciou, através de uma importante declaração de Carlos Carvalhas, feita na passada terça-feira, «o lançamento de uma campanha de informação e esclarecimento em torno da moeda única, com um conjunto de iniciativas convergindo na reclamação de que a palavra seja dada aos portugueses através de um referendo».

A campanha agora anunciada pelos comunistas está em perfeita coerência com a firme oposição que declararam, desde a primeira hora, à União Económica e Monetária e que têm mantido em todas as circunstâncias.

A linha geral das iniciativas lançadas pelo PCP já tinha sido anunciada no comício de encerramento da Festa do «Avante!» para ser concretizada neste início do ano e os seus fundamentos políticos tiveram um significativo aprofundamento nos trabalhos do XV Congresso do Partido.

A campanha do PCP assume sem ambiguidades a defesa da independência e da soberania nacionais e a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores e das mais largas camadas do nosso povo. Distingue-se assim claramente por este conteúdo político e pela sua coerência da operação referendo «contra» a moeda única que o CDS-PP está a fazer depois de ter viabilizado dois orçamentos de Estado, incluindo o de 1997, que são peças fundamentais na corrida para a moeda única, e de, com a mesma incoerência, ter proporcionado outras decisões do Governo PS que vão nessa direcção.

A campanha do PCP visa incentivar a mais ampla participação popular numa opção de fundo para os destinos de Portugal e por isso, ao mesmo tempo que reclama o referendo e luta por ele, põe o assento das suas iniciativas na informação, no esclarecimento e no debate.

«É aos Portugueses a quem deve caber a decisão sobre o seu futuro e não aos «eurocratas» de Bruxelas», salientou o Secretário-Geral do PCP.

A campanha agora lançada pelos comunistas pressupõe o pleno exercício do direito e do dever de intervir, que se coloca a todos os portugueses, numa decisão sobre o desaparecimento da moeda nacional, de graves consequências para o seu futuro e a soberania do país.

O Governo na sua actividade geral e o PS na sua propaganda a favor do «euro» (o nome escolhido pelos potentes comunitários para a eventual moeda única), procedem para dar a ideia de que a existência da moeda única e a entrada de Portugal no seu «núcleo fundador» são coisas arrumadas, que não há mais nada a discutir em torno delas e que só é preciso explicar ao povo como vai ser.

É assim que na publicidade paga que está a ser publicada em alguns jornais em nome dos deputados socialistas portugueses do Parlamento Europeu, realmente a direcção do PS, se afirma sem reboço: «O euro será irreversivelmente a moeda única dos europeus do próximo milénio.» E um pouco mais à frente: «Em Portugal o escudo dará lugar ao euro.» E ainda: «O euro será criado em 1999.»

Refira-se que num folheto que está a ser profusamente distribuído com a mesma proveniência, realmente a direcção do PS, surge uma idêntica frase mas sem a palavra «irreversivelmente». Como é de supor que o folheto foi impresso antes do anúncio, a palavra «irreversivelmente», incluída

neste, tem em vista reforçar ainda mais a ideia de que a moeda única é já um facto consumado e de que não há alternativa para a União Económica e Monetária.

Esta espécie de propaganda sugerindo o facto consumado da moeda única tem em vista amortecer e conter a luta contra ela e muito especialmente desencorajar a luta por um referendo em que seja dada a palavra ao povo para ser ele a decidir.

Na verdade, não há facto consumado.

Tem-se tornado claro para um número crescente de portugueses que a regressão social e os graves prejuízos para o aparelho produtivo nacional provocados pelo cumprimento dos critérios de Tratado de Maastricht não cessariam se Portugal entrasse para a moeda única, mas antes se agravariam.

Acresce que, nessa eventualidade, o nosso país ficaria exposto a severas sanções previstas no chamado «pacto de estabilidade», que representa uma nova alienação da soberania e incentiva a desigualdade em vez da coesão social.

Ainda que da parte das potências que comandam na União Europeia o Governo de Guterres não tenha que enfrentar oposições à entrada do nosso país no tal «núcleo fundador» da moeda única, por ficar reservado aos privilegiados da fortuna - o que não é absolutamente seguro - é absolutamente seguro que terá que se haver, em qualquer circunstância, com o povo português que não deixará de querer ter a decisão nas suas mãos.

Seria perfeitamente inaceitável um referendo que incidisse apenas sobre algumas alterações secundárias ao Tratado de Maastricht (como pretendem o PS e o PSD) deixando de fora as grandes questões do Tratado, como a criação da moeda única que atinge profundamente a soberania dos Estados membros, como notoriamente aconteceria em Portugal.

Nem o PS sozinho nem o «bloco central» PS-PSD têm legitimidade

para expropriar o povo português de um direito tão soberano como o de pronunciar-se sobre a eliminação da moeda nacional.

Além de todos estes argumentos respeitantes aos interesses do nosso país e aos direitos do nosso povo, é uma evidência que os povos dos Estados membros da União Europeia estão profundamente perplexos e divididos em relação à moeda única.

Única de forma mesmo clara parece ser só a vontade de quererem pronunciar-se através de referendo antes da passagem à moeda única, como resulta da sondagem Gallup citada por Carlos Carvalhas.

A mesma sondagem Gallup publicada no «Figaro», francês, no «Daily Telegraph», britânico, no Handelsblat, alemão, e no «Espresso», italiano, comporta outros números reveladores de uma grande reserva e de muita perturbação.

Assim: 58% dos franceses, 54% dos italianos, 39% dos alemães e cerca de 17% dos britânicos consideram que o euro vale os sacrifícios; e 91% dos italianos, 78% dos britânicos, 69% dos alemães e 58% dos franceses desejam diferir ou recusar definitivamente o euro.

Como é que perante este quadro da opinião pública europeia e conhecendo-se os justos receios, preocupações e oposições do nosso povo em relação à moeda única o Governo e o PS se atrevem a pensar impor-lha e recusar-lhe, ao mesmo tempo, o direito de se pronunciar?

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Lnhb — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA 50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50
ESPAÑA 50 números: 13 300\$00	EXTRA-EUROPA 50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00	

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Três em um

Praticando o género «três em um», escolhemos hoje três fragmentos soltos colhidos no imenso falatório nacional e internacional dos últimos dias.

O primeiro podia chamar-se «O inesquecível Torres Couto» e destina-se a registar que nem as agruras, nem o desconforto, nem as dificuldades económicas do exílio em Estrasburgo impedem o ex-secretário-geral da UGT de continuar atento à realidade do país. Tão atento que acaba de nos informar («Público» de 19/1), que «nunca nas últimas décadas [?!] chegámos ao início de um novo ano num clima político e social de tão grande concórdia [?!], como neste início de 1997». É também pela pena esclarecida deste ex-sindicalista (o tal que, há uns anos, declarou muito zangado que «já é a sétima vez que o Governo me engana»), que ficamos a saber que, na passagem à terceira fase da UEM, estamos «de braço dado com as grandes potências económicas da União Europeia» e que «Portugal aparece aos olhos dos decisores políticos, económicos e finan-

ceiros como um país adulto, onde se deixou de fazer navegação à vista, definidas que estão as grandes rotas para o futuro». Nem vale a pena comentar que já aturámos toda esta triste e rançosa prosápia durante anos e anos de cavaquismo. É o Torres Couto, e está tudo dito!

O segundo podia chamar-se «A farsa continua» e refere-se à alegada e muito publicitada reactivação da «oposição» do PP à moeda única e da sua «luta» pela realização de um referendo sobre essa matéria. A este respeito, só queríamos lembrar como é profunda, sólida e coerente esta oposição à moeda única por parte do partido que viabilizou os dois últimos Orçamentos de Estado expressamente comandados pela marcha forçada para a moeda única. E recordar como é firme, combativa e determinada esta reclamação de um referendo sobre a moeda única por parte de um partido, cujo líder, numa clamorosa entrega dos pontos, declarou à saída de um encontro com o Primeiro-Ministro («Público» de 10/12/96) que «se houver um referendo, mesmo que não inclua a pergunta sobre a moeda única,

se a maioria do povo português disser não a esse novo tratado, nem o PS nem o PSD poderão deixar de tirar as ilações políticas». Mais palavras para quê? É o PêPê!

O terceiro fragmento podia chamar-se «Os donos do mundo» e pretende recordar que, na passada segunda-feira, um inspirado mas anónimo redactor de discursos declarou em Washington, pela boca de um tal William Jefferson Clinton, que a famosa «ponte para o século XXI» nos conduzirá ao glorioso tempo em que «a mais grandiosa das democracias do mundo irá liderar todo um mundo de democracias». Enquanto não encontramos a procuração que, para efeitos de liderança, passámos ao Tio Sam, é caso para dizer que, comparada com este monumento de humildade e de respeito pelos outros povos e países, a célebre «doutrina Monroe», que gritava «A América [continente] para os [norte-]americanos» era uma brincadeira de crianças.

■ Vítor Dias

Petróleo no Vale do Ave

O modelo é um espanto. Motor V12 - doze cilindros, sessenta válvulas -, 4700 centímetros cúbicos e uma potência máxima de 520 cavalos às 8500 rotações. Monocoque em fibra de carbono com 102 kg de peso. Bielas de titânio. Velocidade máxima de 325 quilómetros por hora e uma aceleração de sonho: 3,87 segundos no arranque até aos 100 km à hora e 21,7 segundos para percorrer o primeiro quilómetro.

Estamos a falar, como já deve ter sido compreendido, do Ferrari F-50. Cujo construtor destinou apenas dois exemplares para o mercado nacional e cujos compradores, como noticia o *Expresso* na sua última edição, encontraram maneira de desembolsarem apenas 70 mil contos por automóvel, «fintando o fisco português e não pagando um tostão de impostos», o que agravaria o seu custo em mais de 20 mil contos cada um.

Refere ainda esse semanário que um dos compradores, «um industrial do Vale do Ave e colecionador de Ferraris com seis modelos anteriores em carteira, ficou a aguardar a guia da Alfândega e a matrícula de trânsito concedida a não residentes». Quanto ao segundo comprador do F-50 ele já possui um outro Ferrari, um F-40, mas não é difícil de acompanhar a sua insatisfação, se se disser que esse modelo não consegue ultrapassar os 302 quilómetros por hora e que leva, além disso, uns intermináveis 5,2 segundos a atingir os 100 km à hora.

Nestes mesmos dias em que o ditoso industrial do Vale do Ave e o outro comprador do F-50 vêem enriquecidas as suas colecções de Ferraris, os trabalhadores deste país, da têxtil e de outros sectores, têm tido a necessidade de se ocupar de assuntos bem mais comezinhos. É

que a aplicação da lei 21/96 não está a levar à redução do período normal de trabalho para um máximo de 40 horas, em 1 de Dezembro de 1997. E chega a acontecer em muitas empresas que os querem obrigar a trabalhar, pelo mesmo (e baixo) salário, mais tempo do que anteriormente.

O paradoxo encontra um activo defensor no actual Secretário de Estado do Trabalho (antigo consultor da Confederação da Indústria Portuguesa), que apesar de reconhecer que «o conceito generalizado e tradicional era o do período normal de trabalho» e que «não havia outro», sustenta a interpretação de que «a lei estabelece uma redução para 40 horas semanais de trabalho efectivo e não para 40 horas de período normal de trabalho».

Não faltará quem não encontre nenhuma ligação entre o parque nacional de Ferraris - que cresceu 28 unidades só no ano passado -, as fugas ao fisco, o desemprego, os baixos salários ou a lei do horário de trabalho do Governo. E quem não consiga ver o «mecanismo» social que, ao longo de décadas, provocou sucessivas «crises» no Vale do Ave que se saldaram, invariavelmente, por mais desemprego e por salários de miséria para o operariado, ao mesmo tempo que os casinos da Póvoa e de Espinho se enchiam de novos ricos.

Ou dar-se-á o caso de alguns industriais amadores do insuperável «cavallino» terem descoberto petróleo no fertilíssimo Vale?

■ Edgar Correia

Eurodependentes

Os carteiros vergaram na última semana ao peso de 2 milhões de folhetos azul-ouro distribuídos ao domicílio com a assinatura do Partido Socialista Europeu e as fotos dos 10 eurodeputados portugueses do PS mais um sorriso contente do eng. Guterres na contracapa. São 8 páginas desdobráveis que se propõem «vender» aos portugueses o euro: «a nova moeda para a Europa», como anuncia o título do folheto.

Apresentando o «euro» como porta de acesso ao paraíso («uma economia europeia moderna»), o folheto, curiosamente, usa expressões também adaptáveis a situações de toxicodependência.

Refere como bom exemplo a seguir que «em França, na Alemanha e na Holanda os preços já são afixados a título experimental em euros, para que os consumidores se comecem a

habituar à nova moeda». Informa que está calendarizado «um processo gradual para as necessárias adaptações». Deixa escapar informações importantes a reter: trata-se «de uma caminhada irreversível». Mais: a partir de 1999, a eurodependência de Portugal terá «forma irrevogável». Em troca, acena «com a visão que o nosso governo defende: uma União Europeia equilibrada, com prioridade ao emprego, à solidariedade e à coesão económica e social».

Coesão social? Desconhecerao porventura os eurodeputados do PS que, no Reino Unido, «as desigualdades entre ricos e pobres são comparáveis às que existem na Nigéria e mais profundas do que na Jamaica, no Sri Lanka e na Etiópia?» (*El País, Madrid, 16/9/96*).

Prioridade ao emprego? Desconhecerao eles que J. Santer, presidente da Comissão Euro-

peia, à pergunta: será a moeda única boa para o emprego? - se limitou a responder desdenhosamente: «É questão que nem sequer se põe!» (*Le Soir, Bruxelas, 17/10/96*).

Sendo eles pessoas lidas e viajadas, só podemos concluir que os deputados do PS estão em avançado processo de eurodependência.

Várias expressões do folheto traduzem inversões de valores associadas às dependências e paranóias:

- «O euro é um valor seguro» «para o próximo milénio». (Hitler dizia o mesmo do «III Reich»).

- «A minha pátria é a minha Língua... não a minha moeda». (Que língua monetária nos farão falar? - perguntaria talvez F. Pessoa ante esta manipulação do seu verso...).

A moeda não é a Pátria - mas é um instrumento da comunidade nacional.

O «euro» transfere para um punhado de banqueiros (sem qualquer legitimação democrática) a política monetária (e orçamental) que através dos governos até aqui fazia parte da competência dos cidadãos.

Não será por acaso que no folheto do PS não aparece qualquer referência à função da moeda como expressão do relacionamento entre os que produzem os bens e o acesso a esses bens segundo as necessidades das pessoas. Há, sim, muitas preocupações quanto ao papel da moeda como instrumento de controlo financeiro e domínio económico. Seguindo aliás as recomendações dos donos do «euro»: «a política deve ter em conta o que dela esperam os mercados» - e não os cidadãos (K. Lamers, porta-voz do grupo cristão-democrata no Bundstag, em «Le Monde», 12/10/96).

■ Aurélio Santos

COREIA DO SUL

O fim do mito

Durante decénios, a Coreia do Sul, fortemente apoiada pelos EUA, Japão e C^a, foi apresentada ao mundo como um país de ordem e progresso baseado num idílico universo de conciliação de classes sociais.

Samsung, Daewoo, Hyundai e outros cresciam e alargavam os seus espaços criando riqueza e bem-estar para os seus trabalhadores... Só que... esse era um modo de encerrar a realidade sul-coreana. Porque Samsung, Daewoo, Hyundai e C^a tornaram-se enormes transnacionais beneficiando de condições excepcionais de sobreexploração da mão-de-obra coreana dadas pela ditadura terrorista dos militares no poder.

O crescimento da economia sul-coreana mereceu honras de elogiosos comentários e foi apresentado como referência pelos defensores do modelo. Para estes o trabalhador sul-coreano era caracterizado como formiga, que apenas pensava no trabalho. Horários de trabalho, liberdade sindical, férias e todo um conjunto de direitos e regalias sociais eram consideradas coisas de somenos importância.

No início da década de 90, a taxa de crescimento começou a diminuir e o patronato pressionou o Estado para atacar os direitos e as conquistas sociais dos trabalhadores.

A música de fundo para justificar essa pressão é a estafada canção da mundialização e da globalização, o que equivale a dizer que o mal vem dos custos do trabalho e que se torna necessário criar condições para aumentar os lucros.

Os governantes de Seul não se fizeram esperar. No dia 26 de Dezembro, pela calada da noite, pela calada, com a ausência da oposição que não foi convocada, fizeram aprovar uma nova lei de trabalho que impõe uma maior flexibilidade. Essa lei prevê a duração do trabalho semanal de cerca de 56 horas, o não pagamento de horas extraordinárias, mais facilidades para despedir, o adiamento da liberdade sindical para o ano 2002, supressão de mais de 10.000 postos de trabalho na função pública.

Foi este pacote de grandes benesses para o grande patronato sul-coreano que provocou toda a onda de manifestações e greves que varre a Coreia do Sul.

O regime «democrático» da Coreia do Sul, que não tolera a liberdade sindical, deu ordem de prisão a dezenas de dirigentes sindicais e, não obstante a repressão, não conseguiu fazer parar o movimento de protesto contra essa famigerada lei.

O próprio modelo sul-coreano não é suficiente para a voracidade das transnacionais. Aliás, já como cá tal voracidade não tem limites. E a onda neoliberal varre o mundo reclamando ainda maior flexibilidade e menos direitos para os trabalhadores.

Afinal, na Coreia do Sul, em França ou Itália, a ideia de flexibilizar mais despedindo mais, aumentando o número de horas de trabalho, isto é, aumentando os lucros e diminuindo os salários, está na ordem do dia.

As grandes manifestações sociais que se opõem a essa concepção têm espantado pela sua profundidade. Os defensores de Maastricht e da nova Europa monetarista, e os defensores do modelo sul-coreano não estão derrotados. Novas batalhas se avistam. Ao cabo e ao resto o que durou dezenas de anos a conquistar por parte do movimento operário e sindical está, nesta nova fase da evolução do capitalismo mundial, a ser posto em causa. As grandes manifestações de Dezembro de 1995 em França, na Alemanha, Bélgica e Itália, as greves no sector metalúrgico na Alemanha, as greves na Grécia, Itália, etc., etc., e as actuais manifestações sociais na Coreia são uma boa resposta aos ataques do grande patronato. Mas os ataques vão continuar e as respostas terão de ser ainda mais fortes. Cá e lá.

■ Domingos Lopes

SEMANA



Peritos internacionais reconhecem arte do Côa

Uma comissão independente de peritos em arte rupestre paleolítica, integrando três espanhóis, dois franceses e um inglês, esteve esta semana no Vale do Côa a convite do Ministério da Cultura português para avaliar a importância dos achados arqueológicos no Vale do Côa. Estes peritos internacionais concluíram unanimemente que «a arte do Côa tem uma importância excepcional a

nível mundial» por duas razões fundamentais: «Grande parte das gravuras tem idade paleolítica [entre 10 e 25 mil anos] e existe no Vale do Côa «uma importante variedade de técnicas e de estilos, que é coincidente com tudo o que se conhece de arte rupestre paleolítica na Europa e que vai permitir ampliar o conhecimento dessa arte.» Rodrigo Balbin, investigador espanhol da Univer-

sidade de Alcalá e um dos peritos convidados, considerou que «o Vale do Côa veio revolucionar o conhecimento da arte paleolítica mundial», enquanto Paul Bahn, outro dos investigadores convidados e que é vice-presidente da Australian Rock Art Research Association, afirmou que o Vale do Côa é «um fenómeno único, a maior colecção de arte rupestre existente no mundo». Estes

especialistas elogiaram igualmente a estratégia definida pelos investigadores portugueses para o estudo, preservação e divulgação das gravuras.

O parecer desta comissão de peritos internacionais constituiu o último elemento de análise exigido pelo Governo de António Guterres para tomar uma decisão definitiva sobre a não construção da barragem da EDP no Vale do Côa.

O desaparecimento das Actas

O Presidente da República, Jorge Sampaio, solicita um inquérito à Procuradoria-Geral da República sobre o desaparecimento das Actas de todas as reuniões do Conselho de Estado realizadas entre a implantação do regime fascista e o 11 de Março de 1975, havendo notícia de que a Procuradoria vai nomear um magistrado para conduzir as investigações e solicitar a intervenção da Polícia Judiciária. As Actas estavam guardadas num cofre no Palácio de Belém e o seu desaparecimento foi detectado na sequência do pedido de uma investigadora, Maria José Stocker, solicitando

a sua consulta para um trabalho sobre a questão da então chamada «Índia portuguesa»; quando os serviços da Presidência da República procuraram os documentos, não os encontraram, o que levou o Presidente da República a determinar, de imediato, uma investigação. Entretanto, à hora do fecho desta edição, surge a notícia que José Mattoso, responsável pela Torre do Tombo, admitiu a possibilidade de os materiais desaparecidos estarem entre os documentos do Conselho da Revolução transferidos para a Torre do Tombo em 1993 mas que ainda não estão inventariados.



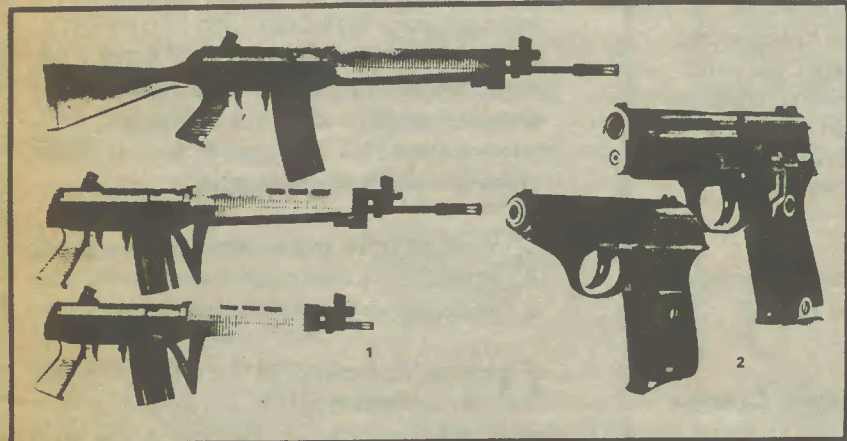
Petição ao Papa

Começa a circular em Portugal uma petição intitulada «Nós Somos Igreja», que já recolheu três milhões de assinaturas em diversos países católicos. O texto, denominado «Petição do povo de Deus», foi lançado pela primeira vez há cerca de ano e meio na Áustria e na Suíça, alargou-se depois à Alemanha e já recolheu a adesão de católicos de diversos países. Os seus subscritores - já em número de três milhões - reclamam



do Papa João Paulo II mais liberdade na Igreja Católica, mais respeito pelo espírito do Concílio Vaticano II (exigindo o cumprimento de promessas nele contidas e até agora não cumpridas) e mais flexibilidade na moral sexual. O movimento culminará em Outubro próximo com uma marcha sobre Roma e com um pedido de audiência ao Papa. A peti-

ção «Nós Somos Igreja» foi esta semana distribuído pela primeira vez em Portugal no Centro Cultural Dominicano, em Lisboa, e os seus promotores no nosso país, que são apoiados pelo Centro de Reflexão Cristã (CRC) de Lisboa, vão começar a enviá-lo a movimentos e organizações católicas, paróquias, imprensa de inspiração cristã e pessoas individuais.



Anulado negócio com armas do Chile

O ministro da Administração Interna, Alberto Costa, revoga, em despacho, a autorização anteriormente dada ao comando da GNR para a aquisição de pistolas-metralhadoras chilenas para esta corporação. O mesmo despacho determina a realização de um novo processo de consultas para a aquisição deste tipo de armas, mas agora sem excluir a participação da indústria nacional de armamento. Esta decisão ministerial terá surgido na sequência da constatação de que, à partida e por lapso não determinado, a

indústria nacional foi excluída do processo de fornecimento das pistolas-metralhadoras à GNR, com a agravante de que existe uma arma de fabri-

co nacional - a pistola-metralhadora «Lusa» da Indústrias Nacionais de Defesa - que, segundo testes já realizados com êxito pelos especia-

listas do Exército português (Infanteria, Operações Especiais e Comandos), satisfaz as exigências e foi alvo de rasgados elogios.

Cardoso e Cunha demite-se...

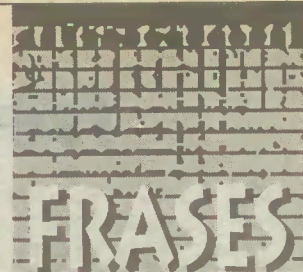
À hora do fecho desta edição, surge, na televisão e na rádio, a notícia de que o Comissário da EXPO/98, Cardoso e Cunha, apresentou a sua demissão ao Governo de António Guterres. Esta demissão aparece no pico de uma controvérsia que nas últimas semanas tem envolvido Cardoso e Cunha e a sua gestão da EXPO/98, cujo orçamento «derrapou» nos últimos meses para um

aumento de custos de 40 milhões de contos sobre as verbas previstas e anunciadas pelo próprio Comissário. Recorde-se que Cardoso e Cunha foi escolhido pelo Governo de Cavaco Silva para dirigir o grande empreendimento da EXPO/98, tendo sido recunduzido no cargo pelo Governo de António Guterres, que assim afirmou a confiança na sua gestão.

... e Autuori também

Igualmente, o técnico brasileiro Paulo Autuori anuncia a sua decisão de abandonar a direcção técnica da equipa de futebol do Sport Lisboa e Benfica, decisão que surge imediatamente após a derrota do clube da águia no campo do Guimarães e na sequência de outra derrota na jornada anterior, infligida pelo Futebol Clube do Porto no Estádio da Luz, o que colocou o Benfica em posição

muito desfavorável na disputa da vitória do campeonato. Mário Wilson fica a dirigir a equipa benfiquista até ser contratado um novo treinador. A saída de Autuori não foi a única mudança de treinadores nesta jornada de futebol: Eurico Gomes deixou igualmente de ser treinador do União de Leiria, afirmando, após uma reunião com a direcção do clube, que se tratou de uma «despedida mútua».



“Não há ninguém que possa discutir a transparência do projecto.”

(Cardoso e Cunha, Comissário Expo-98, na Comissão Parlamentar da AR - das televisões, 15.01.97)

“Acho que merecia uma estátua.”

(idem)

“Um gestor que assumiu um desvio de quase 40 milhões de contos com a naturalidade de quem está a falar de trocos merece a estátua.”

(Luís Marques - «Expresso-Economia & Negócios», 18.01.97)

“O comissário da Expo-98 não está acima do Estado nem do Governo para se pôr a criticá-lo quando é suposto explicar-se; se se sente mal, afaste-se. E o Governo tem todo o direito de não gostar do comissário, das suas opções, da sua gestão ou apenas da sua cor política; mas, então, demita-o depressa.”

(Fernando Madrinha - «Expresso», 18.01.97)

“(...) a proposta de lei (das 40 horas), do ponto de vista técnico-jurídico, não é, de modo algum, exemplar.”

(Monteiro Fernandes, Secretário de Estado do Trabalho - «Público», 18.01.97)

“A interpretação que a administração tem feito coincide perfeitamente com a desse parecer (da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias). É evidente que a introdução de um critério instrumental para esta contabilização da redução, tendo em conta a tradição que existe, é susceptível de causar alguma perturbação, potenciada pela campanha que tem sido feita pela CGTP.”

(idem)

“(a UGT) está perfeitamente identificada com a posição que a administração de trabalho assumiu neste problema.”

(idem)

“O Governo de centro-direita que perdeu as eleições de 95 para o partido de centro-esquerda de Mr. (em inglês no original, N. da R.) Guterres imprimiria, provavelmente, um ritmo mais lento em direcção à integração de Portugal na moeda única.”

(Caspar Weinberger, ex-secretário de Estado dos EUA - «Expresso», 18.01.97)

“A heresia de defender o primado da política e de pretender, nesta era do vazio, da globalização e da destruição pelo liberalismo da coesão social da Europa, “um pouco mais de esquerda”.”

(Manuel Alegre - «Público», 17.01.97)

“É difícil ser sacerdote dentro do campo.”

(Jared Miller, basquetebolista do F. C. Porto e missionário mórmon - «Expresso-Desporto», 18.01.97)

“Eu acho que o programa está um bocadinho murcho.”

(espectador telefonando para o programa de Maria Elisa sobre sexo - RTP1, 14.01.97)

**Declaração
de Carlos Carvalhas**

Marcha forçada para a moeda única

ameaça economia nacional

O PCP vai lançar uma campanha de

esclarecimento sobre as consequências da União Económica Monetária e da Moeda Única, que para além de uma interpelação ao Governo, na

Assembleia da República, prevê a edição de materiais de informação divulgando as posições dos

comunistas, um abaixo-assinado promovido por personalidades de

diversos quadrantes da esquerda, um seminário com uma

composição plural e diversos debates em todo o país. Estas acções culminam em

Maió, com a realização de um comício internacional, no

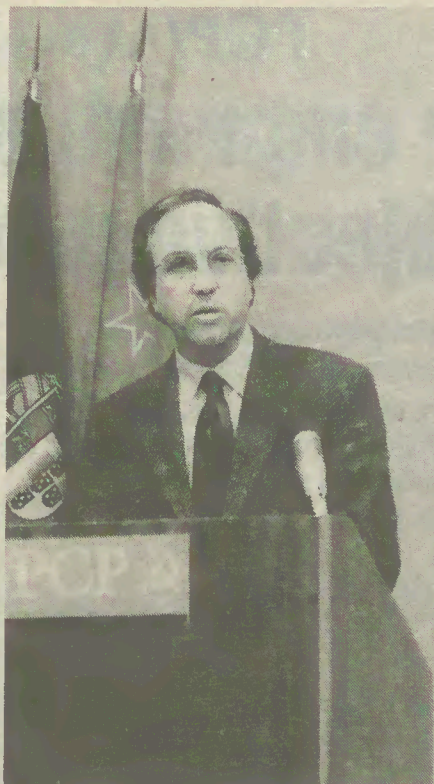
Campo Pequeno, onde participarão partidos comunistas e outras

forças políticas progressistas de praticamente todos os

países europeus. A iniciativa foi anunciada na passada

terça-feira pelo secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, que explicou que o

objectivo central é «a reclamação de que a palavra seja dada aos portugueses através de um referendo».



Moeda Única?

REFERENDO!

PCP

PCP exige referendo

Na Festa do «Avante!», o Partido Comunista Português anunciou publicamente, que no início deste ano lançaria uma **campanha de esclarecimento** e um conjunto de debates e outras iniciativas sobre as consequências da passagem de Portugal à terceira fase da União Económica e Monetária e da sua participação na Moeda Única.

O cumprimento dos critérios de Maastricht, condição para a participação da Moeda Única com a sua lógica ultraliberal, continuam a traduzir-se em políticas de austeridade e de regressão social, debilitando o aparelho produtivo nacional e travando o ritmo de crescimento económico que seria necessário para criar emprego e para nos aproximarmos da média dos rendimentos europeus.

Esta marcha acelerada e forçada da frágil economia portuguesa para a moeda única com políticas contraccionistas da actividade económica e do consumo e com a **sobrevalorização artificial do escudo** tem-se traduzido também, no agravamento da situação financeira e económica de milhares de empresas, no acréscimo do desemprego e do trabalho precário e na desresponsabilização do Estado nas suas funções sociais.

Estes são os factos que as astúcias politiquieiras, as manipulações estatísticas e a propaganda não alteram nem apagam.

De facto, em vez de um debate sério e sereno e de uma informação com rigor sobre o que está em causa, o Governo joga nos factos consumados e, na colagem à campa-

inha da pesada máquina da propaganda da Comissão de Bruxelas na difusão dos dogmas neoliberais e nas virtudes teológicas da Moeda Única.

Ao contrário do que diz o Governo, que pretende fazer crer que não há alternativa e que o pior já passou, é necessário chamar a atenção para o facto de que as **políticas contraccionistas e neoliberais não só vão continuar como se vão reforçar com a aplicação de sanções aos não cumpridores dos critérios, tal como ficou estabelecido no chamado «pacto de estabilidade», limitando ainda mais a nossa soberania e independência.**

O Partido Comunista Português manifesta a sua firme oposição ao «pacto de estabilidade», que nos retira a soberania sobre as políticas orçamentais e instaura um sistema inaceitável de sanções para os países que não imponham aos seus povos a austeridade suficiente.

Por tudo isto e porque está em causa o presente e futuro dos portugueses e de Portugal, o Partido Comunista Português assumindo as suas responsabilidades anuncia hoje o lançamento de uma campanha de informação e esclarecimento em torno da moeda única, com um conjunto de iniciativas convergindo na reclamação de que a palavra seja dada aos portugueses através de um referendo.

É aos portugueses a quem deve caber a decisão sobre o seu futuro e não aos «eurocratas» de Bruxelas.

Nesse sentido, decidimos entre outras orientações e realizações:

1. considerar entre os temas prioritários de debate e intervenção no quadro da nossa iniciativa política, as questões da União Económica e Monetária e da Moeda Única;

2. agendar na Assembleia da República, por intermédio do nosso grupo parlamentar, uma **interpelação ao Governo**, sobre as consequências económicas, sociais, políticas e institucionais da Moeda Única;

3. editar um conjunto de materiais de informação, esclarecimento e mobilização, divulgando as posições do PCP sobre esta matéria (folheto, cartaz, dossier de perguntas e respostas, etc.);

4. dar o nosso apoio à dinamização de um **abaixo-assinado** dirigido à Assembleia da República promovido por várias personalidades de diversos quadrantes da esquerda para que se dê a palavra ao povo, isto é, para que se realize um referendo sobre a Moeda Única;

5. realizar um Seminário, com uma composição plural, sobre a natureza e consequências da Moeda Única e promover diversos debates em todo o país;

6. realizar um grande comício internacional — Comício de Lisboa — no Campo Pequeno, na segunda quinzena de Maio, com participação de um vasto conjunto de partidos comunistas e outras forças progressistas europeias.

É necessário que os portugueses sejam chamados a pronunciar-se sobre a Moeda Única. O PS e o PSD procuram fazer crer que também estão a favor do referendo, mas o que estes partidos escondem é que o mais que admitem é um referendo sobre «questões» que venham a ser consagradas na revisão do Tratado pela Conferência Intergovernamental (CIG), **assim excluindo claramente as questões centrais e determinantes, ou seja, a globalidade do novo Tratado e as questões da União Económica e Monetária e da Moeda Única.**

A moeda única e os **critérios monetaristas e federalistas** que lhe estão associados não são um factor de coesão económica e social, mas um factor de acentuação das desigualdades regionais e sociais e um factor de divisão da Europa.

O Partido Comunista Português entende ser seu dever alertar os portugueses sobre os grandes perigos que **pesarão sobre o emprego e o emprego com direitos, os salários, os serviços públi-**

cos, os direitos de cidadania e sobre o aparelho produtivo nacional e a soberania, se prosseguir esta integração económica e monetária.

O Partido Comunista Português entende que o povo português deve ser consultado pela via do referendo antes da passagem à moeda única (e chama a atenção que a última sondagem da Gallup, publicada no «Figaro» francês, «Daily Telegraph» britânico, o «Handelsblatt» alemão, e o «Expresso» italiano, mostra que 75% dos alemães, 76% dos britânicos, 66% dos franceses e 52% dos italianos desejam que seja sujeito a referendo a passagem à moeda única).

O Partido Comunista Português continuará a juntar os seus esforços a todas as forças de esquerda e de progresso que, em Portugal e na Europa, **lutam pela construção de uma Europa de progresso social, uma Europa de nações iguais e soberanas, orientada para a coesão económica e social, para o combate ao desemprego, uma Europa de desenvolvimento, paz e cooperação.**

ALMADA

Lisnave aguarda decisões

Após vários meses de negociações com o Grupo Mello, o Governo recebeu finalmente os trabalhadores da Lisnave, a propósito de um novo Plano de Reestruturação. Disse o Governo que as decisões para a Lisnave serão tomadas no 1º trimestre de 1997, resposta que não satisfaz os trabalhadores, que continuam a colocar interrogações para as quais não obtiveram ainda resposta.

«Que decisões? Qual o futuro dos trabalhadores? E os seus direitos contratuais?» são perguntas colocadas designadamente pela célula da Lisnave do PCP. Lembrando a mensagem de Ano Novo do primeiro-ministro, onde este apelou à modernização das reivindicações dos trabalhadores e à sua moderação, os comunistas da Lisnave antevêm um ano que «não será fácil, nem tranquilo, nem próspero para os trabalhadores».

Que modernização - perguntam - quando os trabalhadores «se confrontam com um patronato agressivo e retrógrado», que tenta retirar direitos antigos e fundamentais duramente conquistados? Que moderação - prosseguem - «quando os trabalhadores portugueses têm os mais baixos salários da União Europeia» e foram confrontados, no início do ano, com «aumentos de preços nada moderados»?

A célula da Lisnave do PCP, transmitindo aos trabalhadores «uma palavra de confiança», neste período «difícil e complexo», acreditam que a capacidade de luta e de protesto dos trabalhadores será decisiva «na defesa dos postos de trabalho, dos seus direitos, na aplicação da Reivindicação 97 e na defesa da própria empresa».

BRAGANÇA

Um milhão de prejuízo

Ao contrário do que em Março de 1996 o primeiro-ministro afirmou, na sua primeira governação aberta, «que iria «repor Bragança no mapa», o que está de facto a fazer, «com a cumplicidade e conivência» dos deputados do PS eleitos pelo distrito, é «continuar a esquecer Bragança e o Nordeste Transmontano». A aliança PS/PP, ao chumbar as 35 propostas que o PCP propôs para inclusão no PIDDAC/97, quando da discussão deste documento, prejudicou gravemente o distrito de Bragança, desta vez em mais de um milhão de contos.

A denúncia cabe ao Gabinete de Imprensa da Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP que, entretanto, regista com agrado «a posição emancipadora e independente» da Assembleia Municipal de Bragança ao aprovar «um voto de vivo protesto e desaprovação», junto do PS e do CDS/PP, e em particular dos dois deputados do PS eleitos pelo círculo eleitoral de Bragança, pelo seu voto negativo em relação a propostas que só beneficiariam a região. Estas propostas, que iam da construção e arranjos de estradas, à construção da Comunidade Terapêutica de Toxicodependentes (Bragança), à construção de parques desportivos e de recreio ou à despoluição e arranjos envolventes do Rio Tua, abrangiam dez concelhos do distrito e, na opinião do PCP, permitiriam eliminar assimetrias regionais que jamais serão ultrapassadas se o PS insistir na continuação das políticas de direita.

PENACOVA

Trabalhadores em luta

Em comunicado aos órgãos de comunicação social, solidarizando-se com a justa luta dos trabalhadores da empresa Penacovex, a Comissão Concelhia de Penacova do PCP chama a atenção para as empresas formadas «à custa dos Fundos Europeus» - e com esse único objectivo -, onde os problemas surgem assim que esses fundos deixam de chegar.

Há muito que o PCP vinha denunciando a situação dos salários em atraso na empresa e alertava os trabalhadores para os riscos que estavam a correr. Consideraram então alguns que se estava a ser alarmista mas os resultados estão agora à vista, dizem os comunistas, afirmando ser necessário que os órgãos locais tomem uma posição clara contra a situação e defendendo a rápida intervenção do Governo no sentido da salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.

COIMBRA

CDU visita S. Paulo de Frades

No passado domingo, acompanhada pelo eleito da CDU naquela freguesia e outros moradores, uma equipa de eleitos municipais da CDU visitou a freguesia de S. Paulo de Frades, numa iniciativa aberta a todos os cidadãos interessados em dialogar directamente nos locais com os eleitos.

A informação pertence à Comissão Concelhia de Coimbra do PCP, que diz ter tido a visita da CDU o objectivo de verificar no «terreno» os principais problemas e aspirações da população dos vários lugares daquela importante freguesia.

PCP/Açores

Criar emprego estável um objectivo prioritário

O PMP 1997-2000 em preparação para a Região Autónoma dos Açores, tendo em conta todas e cada uma das ilhas, deve, no entender do PCP, centrar-se no aumento da produção e do produto, com o objectivo prioritário de criar emprego estável em número suficiente em toda a Região.

Para alcançar este objectivo, José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores, definiu na semana passada, na declaração que fez à comunicação social, três linhas essenciais de orientação viradas para os vários sectores de actividade.

Para o sector primário - agricultura, agro-pecuária e pescas -, considera o PCP ser necessário intensificar muito o investimento público (regional, nacional e comunitário) nas infra-estruturas básicas da agricultura - caminhos rurais, água e energia -, na modernização da frota, especialmente artesanal, e na criação de condições nos portos.

Para as empresas privadas dos sectores industrial, comercial e dos serviços, defendem os comunistas a necessidade de uma nova política de apoio directo às pequenas e médias empresas, um novo sistema fiscal que despenalize os lucros reinvestidos, uma política de abaixamento do custo do crédito, com bonificações de juros, e uma política de custo do transporte completamente revista e com tarifários mais baixos, nomeadamente em relação àqueles que resultam directamente da situação de economia insular e distante da Região.

A terceira linha de orientação, virada para o sector público da economia passa, segundo o PCP, pelo estabelecimento urgente de um novo relacionamento entre a Região e o Estado, por forma a que o Orçamento Regional possa ter um nível de financiamento adequado.

É errado, na opinião dos comunistas, considerar que para o equilíbrio das Finanças Públicas Regionais bastaria impor restrições às despesas correntes durante uma década. Esta tese - dizem - esconde que essas restrições ir-se-ão traduzir



Só uma política de expansão económica permite, na opinião do PCP, a criação de emprego estável e suficiente para a Região

por desemprego na administração e quebra da qualidade nos serviços públicos essenciais (saúde, educação, etc.) e que a defesa pública do investimento tem estado, nos últimos anos, em níveis claramente insuficientes para ultrapassar o fosso que separa a Região do País e da União Europeia.

A criação de emprego estável e de uma situação de justiça remuneratória, o combate à pobreza e à exclusão e, ainda, uma política de habitação virada para quem não tem recursos próprios, a melhoria dos sistemas de saúde e educação, do apoio social e do desenvolvimento cultural dependem, segundo os comunistas, da política de expansão económica apontada.

Recuperar prejuízos

Lembrando ainda na sua declaração que o PCP foi o único

partido que se pôs à disposição do poder regional para colaborar em todas as acções e medidas de urgência, e que analisou e propôs saídas para as dificuldades acrescidas levantadas pelos temporais que assolaram os Açores, José

do concelho sobre as prioridades a estabelecer.

Acompanhado por Duarte Melo, do Secretariado da Comissão da Ilha de São Miguel do PCP, o coordenador do PCP foi recebido na Ribeira

Decq Mota lamentou que esta análise e propostas tivessem sido ignoradas pela televisão pública nacional e regional.

O coordenador regional do PCP sublinhou algumas das propostas então apresentadas, considerou que nesta emergência a Região deve ser dotada de meios suplementares e garantiu que o PCP não aceitará «qualquer posição de passividade e desresponsabilização europeia, de insuficiência de solidariedade nacional e de conformismo do poder regional com uma eventual falta de recursos».

No seguimento já desta declaração, José Decq Mota, acompanhado de outros dirigentes do PCP e da CDU, visitou o concelho da Povoação com o objectivo de observar directamente os trabalhos de recuperação dos prejuízos provocados pelos temporais de Dezembro e ouvir as populações e as autoridades

Quente pelo vereador da Câmara Municipal, sr. José Manuel, com quem percorreu as zonas sinistradas da freguesia, dirigindo-se depois à Vila da Povoação onde, de igual modo, visitou os locais mais atingidos. Ao fim da manhã, reunido com o Presidente da Câmara, dr. Carlos Ávila, José Decq Mota ouviu as preocupações da Autarquia, quer em relação aos problemas de financiamento comunitário e da cooperação com os órgãos regionais, quer dos calendários a imprimir às recuperações.

Alertado pela população da Ribeira Grande para o facto da empresa concessionária dos transportes colectivos não ter ainda reposto a carreira para as Furnas, apesar de a estrada já permitir a passagem, José Decq Mota foi porta-voz dessa reivindicação junto do Presidente da Câmara.

CAMARADAS FALECIDOS

Fernando Mouga

Faleceu no dia 15 de Janeiro o camarada Fernando Mouga, de 82 anos de idade, advogado, membro da Organização Concelhia de Viseu. Antifascista activo, homem de convicções e desde jovem ligado ao PCP foi, após o 25 de Abril, responsável em Viseu pela Associação de Amizade Portugal-URSS e advogado do Movimento Sindical. Publicou recentemente o livro «Janela da Memória», sobre a sua experiência de comunista durante o fascismo, que deveria ter sido apresentado ao público no passado dia 18.

Manuel Bernardo Gomes

Faleceu no passado dia 9 de Janeiro, com 88 anos de idade, o camarada Manuel Bernardo Gomes (Manuel da Piedade), natural de Gândara dos Olivais, Marrazes-Leiria. Tendo ingressado no Partido ainda muito jovem, fez parte do comité local de Leiria na clandestinidade e conheceu as prisões de Caxias e Aljube. Mais tarde integrou a célula da Baquelite e estava actualmente organizado pela Comissão de Freguesia de Marrazes.

Manuel António Canhoto Frade

Faleceu no dia 17 de Janeiro o camarada Manuel António Canhoto Frade, de 43 anos de idade, advogado, militante do PCP desde 1984. O camarada, que gozava de grande estima e respeito junto dos camaradas e amigos, trabalhou para o Secretariado das UCP/Cooperativas da Refor-

ma Agrária e para o Movimento Sindical, foi membro da Assembleia Municipal de Beja e pertenceu à Comissão Distrital de Beja do PCP.

Armando Henrique da Cruz

Faleceu no passado dia 16 de Janeiro, no Sanatório de S. Brás de Alportel, o camarada Armando Henrique da Cruz, pescador reformado. Membro do PCP desde 1974, contava 65 anos de idade e residia em Olhão, onde se encontrava organizado, desenvolvendo de forma dedicada e abnegada a sua actividade partidária.

Luciano Eduardo Pedro

Com 73 anos de idade, faleceu no dia 3 de Janeiro, em Tenerife, Canárias, onde se encontrava a passar férias, Luciano Eduardo Pedro, natural de Caldas da Rainha. Antifascista de longa data e leitor assíduo do «Avante!», pertenceu ao MUD e era um activista do movimento associativo na emigração.

Manuel Afonso Pereira dos Santos

Com 74 anos, faleceu no dia 17 de Janeiro o camarada Manuel Afonso Pereira dos Santos, membro do Partido desde 1974. Militava actualmente na organização de Ermidas, de cuja Comissão de Freguesia fez parte durante vários anos.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Setúbal Empresas furam as 40 horas

A Direcção Regional de Setúbal alerta para o recrudescimento dos salários em atraso, despedimentos e encerramentos de empresas, para a tentativa fraudulenta do patronato e Governo de evitarem a efectiva redução dos horários de trabalho para as 40 horas semanais.

Em conferência de imprensa realizada na passada semana, a DORS do PCP denuncia o agravamento da situação social e laboral no distrito e cita os casos particulares da Torralta, Ford Electrónica, Indelma, Melka, Quimitécnica, CO e nas empresas de trabalho temporário da Ponte 25 de Abril.

Na nota divulgada, a organização comunista manifesta a sua solidariedade aos trabalhadores em luta e acusa o governador civil de Setúbal, que é também o presidente da distrital do PS, de um «sintomático mutismo» não só face a estes problemas económicos e sociais e como à «proliferação de situações onde se verifica (...) uma despudorada promiscuidade

de entre o Estado e as estruturas do PS».

O PCP refere nomeadamente a actuação de responsáveis políticos locais do Partido Socialista que, dirigidos pelo governador civil, distribuem de forma discriminatória subsídios e outros apoios a várias entidades e associações.

A entrega de subsídios a colectividades, muito recentemente anunciados como «pompa e circunstância por membros do Governo e pelo governador civil», é interpretada pelos comunistas com «uma operação que tenderá a prosseguir batendo aos pontos a famigerada política dos sacos azuis do Governo PSD». A DORS reclama a «definição de uma linha alargada efectiva de apoios ao movi-

mento associativo, a transparência e a publicitação» dos critérios utilizados.

A Regional de Setúbal do PCP repudiou também a escalada dos preços (telefonos, gasolina, medicamentos, electricidade, gás e portagens) afirmando que só por si anulam os reduzidos aumentos de salários e pensões que o Governo impôs.

Considerando particularmente escandaloso o aumento dos telefonos, a DORS acusa o primeiro-ministro de tentar enganar os portugueses ao falar numa redução em média das tarifas telefónicas em 0,7 por cento, uma vez que os valores das assinaturas, das chamadas locais e das chamadas regionais, para a generalidade dos clientes residenciais (2,7 milhões dos seus 3,1 milhões de clientes) sofrem um agravamento de 8 por cento.

«É um aumento injusto e inaceitável que não se desliga da privatização em curso e do propósito de aumento sistemático do lucro que em 1996 se prevê

que ultrapasse os 50 milhões de contos».

Preparação das autárquicas

A reunião da DORS apreciou ainda a preparação das próximas eleições autárquicas, considerando que o reforço da CDU «é um objectivo que está plenamente ao seu alcance». Para tanto conta com os «princípios que norteiam a sua acção, os programas eleitorais e o valioso trabalho realizado no distrito pelo poder local democrático», que valem à CDU a maioria e a presidência em 12 dos 13 municípios e em 63 das 82 freguesias.

Os comunistas continuam a apostar forte na resolução dos problemas das populações, no seu envolvimento e participação como a melhor garantia para o reforço da votação da CDU - coligação que colocou já o distrito de Setúbal com índices de qualidade de vida dos mais elevados do país.

Expo'98 Governo quer inviabilizar projectos

A actuação do Governo PS está em contradição com as promessas que continua a «semear», afirmam os comunistas de Sacavém no encontro que, no passado dia 16, tiveram com a comunicação social. Também os atrasos, indefinições e falta de informação aos órgãos autárquicos sobre o andamento de alguns dos mais importantes projectos a realizar no concelho de Loures merecem ao PCP muitas reservas e apreensão.

Uma das razões que levaram ao apoio, desde a primeira hora, da realização da Expo'98 na frente ribeirinha do Tejo, nos concelhos de Lisboa e Loures, foi o seu projecto prever «alterar urbanisticamente a área onde está implantado» - das «zonas mais esquecidas e degradadas de Lisboa» -, permitindo a requalificação de toda a área e a aceleração de todo um conjunto de projectos que, de outro modo, levariam muitos anos a concretizar.

Na opinião do PCP, a «guerrilha» e suspeições sobre «derrapagens financeiras» podem significar que o Governo se prepara para «empatar e, se possível, inviabilizar» alguns projectos requalificadores da zona da Expo'98.

Um das situações que os comunistas querem ver desde já clarificada é a que se refere ao futuro do Parque Urbano Tejo e Trancão, cujo cronograma de execução e modelo de gestão após encerramento da Expo devem ser informados sem ambiguidades.

Também a Gare Ferroviária de Sacavém é motivo de preocupação para o PCP e os seus eleitos na Câmara de Loures que entendem ser «intolerável» que a Gare possa continuar a operar, após as obras de modernização da Linha do Norte, nas condições deficientes em que agora se encontra.

«Paredes meias» com a Expo'98 e junto a algumas das principais «entradas» de Lisboa (Aeroporto da Portela, Auto-estrada do Norte e futuro nó de Sacavém) - alertam, por outro lado, os comunistas -, existe um dos mais complexos problemas da Área Metropolitana de Lisboa: a Quinta do Mocho, onde vivem em condições sub-humanas vários milhares de pessoas. Trata-se de um problema ignorado pelo governo PSD e para o qual, em 1993, o PS e o seu então candidato à Câmara de Loures, António Costa, prometiam uma rápida solução. A verdade é que, agora no Governo, o PS e António Costa não só não apresentaram qualquer solução como, alinhados com o CDS/PP, rejeitaram na Assembleia da República a proposta do Grupo Parlamentar do PCP de inclusão no Orçamento de Estado para 1997 de verbas para solucionar o problema. Enquanto o PS assim actuava, o seu Governo ia formulando novas promessas, desta feita com a secretária de Estado da Habitação a garantir o realojamento das famílias da Quinta do Mocho nos próximos dois anos.

Ao invés de promessas, a Câmara Municipal de Loures contemplava no seu Plano de Actividades uma verba de um milhão e meio de contos para a Quinta do Mocho, aguardando, segundo palavras do seu Presidente, Demétrio Alves, que passos idênticos fossem dados pelo Governo e banco proprietário.

Situação idêntica é a que se verifica com o Quartel para os Bombeiros Voluntários de Sacavém, que em 1997 comemoram o seu centenário.

Hoje já sem quaisquer condições de operacionalidade, os Bombeiros de Sacavém vêem agora as suas responsabilidades acrescidas, seja com a própria Expo'98, com a Nova Travessia sobre o Tejo, com o Terminal Ferroviário de Mercadorias da Bobadela ou com a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos.

Mas o Governo, ignorando a situação, não só não inscreveu no PIDDAC as verbas necessárias para a concretização do novo Quartel como inviabilizou as propostas do PCP nesse sentido. Ao mesmo tempo, os secretários de Estado Armando Vara e António Costa, em visita aos Bombeiros de Sacavém, prometiam novas instalações no Forte Monte Cintra até ao final de 1996. Mas... até à data não deram notícias.

Face a tanta promessa, o PCP promete que, a não serem tomadas medidas claras e sem ambiguidades em todos estes domínios, apelará à capacidade de indignação e luta dos sacavenenses, por cujos direitos e interesses lutará com determinação.

Coimbra Governo Civil utiliza verbas para promoção eleitoral

A situação política nacional e a realidade do distrito foram as principais questões analisadas pela Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP, na sua primeira reunião deste ano.

Em relação à situação política nacional, a DORC diz serem notórias as disparidades entre as promessas eleitorais do PS e as consequências concretas da política do seu Governo, designadamente no que se refere ao desemprego e à política de preços e impostos.

Quanto ao distrito de Coimbra, «mantêm-se e aparecem novas situações de salários e subsídios em atraso», sendo que em sete empresas de vários sectores de actividade cerca de 1200 trabalhadores não recebem, há dez meses, salários e subsídios, caso da Foznave. Também a falta de eficácia dos Tribunais na resolução de cerca de uma dezena de processos de falência mantém, só nas empresas Termec, Ideal e Cerâmica Argus, cerca de 2500 trabalhadores sem rece-

berem salários e indemnizações há mais de dez anos em atraso, num valor que ultrapassa o meio milhão de contos. Nos 17 concelhos do distrito, segundo dados do IIEFP, entre Março de 95 e Março de 96 surgiram mais três mil desempregados. A precariedade do trabalho, a prepotência patronal, a violação da liberdade sindical e a «grande fraude do século - as 40 horas dos patrões», são outros factores a agravar a situação social da região.

Por outro lado, os agriculto-

res do Vale Mondego - orizicultores, produtores de milho, de leite e carne - vítimas da aplicação da Política Agrícola Comum (PAC) e da subida dos factores de produção, depois de lutarem pela reposição do rendimento perdido e terem obtido alguns compromissos da parte do Governo, esperam agora a concretização desses compromissos.

Por fim, depois de denunciar a aliança PS-PP que, quando da discussão do Orçamento de Estado, votou contra as propostas do PCP e se assumiu contra Coimbra, os comunistas afirmam que a utilização ampla e incontrolada de verbas do Governo Civil para promoção eleitoral fazem antever a partidarização do aparelho governativo do distrito, onde permanece, ao mais alto nível do PS, a confusão de responsabilidades partidárias com o desempenho de funções governativas.

É neste contexto que se insere a anunciada visita do primeiro-ministro ao distrito, afirmam os comunistas, defendendo que só a luta das populações poderá levar à resolução de inúmeros problemas locais e do interesse público, como provou a recente vitória judicial dos cidadãos de Taveiro.

Vila Real Desemprego dispara

Os comunistas de Vila Real chamam a atenção para o agravamento da crise do desemprego que no distrito atinge pelo menos 11 mil pessoas, segundo indicam as inscrições nos centros de emprego.

A estrutura do PCP acompanha ainda com preocupação o alastramento do trabalho precário e dos salários em atraso, referindo designadamente o caso da ACCIOP - Urbanização da Quinta da Trindade em Chaves, e de muitas outras empresas onde os direitos dos trabalhadores não são respeitados no que toca à organização dos horários de trabalho e pausas para almoço.

O comunicado distribuído após a reunião do executivo regional repudia a onda de

aumentos dos preços, «muito acima dos 3 por cento» e acusa o Governo de fazer demagogia com a taxa de inflação a qual só serviu para impor aumentos reduzidos de salários e pensões, degradando o poder de compra dos trabalhadores.

A reunião debateu igualmente a preparação das próximas eleições autárquicas e a provou o plano de iniciativas para o primeiro semestre deste ano, onde destaca as comemorações do aniversário do PCP, do jornal «Avante!», do Dia Mundial da Mulher, o Dia da Juventude, a luta pela Regionalização e o 25 de Abril. A DORVIR decidiu também realizar a sua 3ª Assembleia de Organização Regional no próximo mês de Março.

Alentejo continua a perder população

Os números estão aí. Entre o terceiro trimestre de 1995 e o terceiro trimestre de 1996 o Alentejo perdeu mais 3900 habitantes, ou seja, a mesma média que se verificou ao longo da década do cavaquismo.

A população activa desceu de 231.300 para 229.900 e o emprego diminuiu de 204.500 para 303.500, o que significa que só num ano perderam-se mil postos de trabalho.

Estes dados foram divulgados pelo Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP que cita as estatísticas do Ministério para a Qualificação e o Emprego, e acusa o Governo e os comissários políticos do PS nos governos civis e outras instituições de «mentirem quando afirmam que a situação na Região está a melhorar».

O PCP refere ainda as estatísticas da segurança social fornecidas em Dezembro passado que mostram um aumento do número de reformados nos três distritos alentejanos, passando de 158.558 para 159.155, entre Outubro de 1995 e Junho de 1996. Este acréscimo de 597 representa um ritmo médio superior a 66 reformados por mês.

Agricultores penalizados

Na sua nota, o OIRA do PCP condena energicamente

as penalizações decididas pela Comunidade Europeia que reduzem o subsídio de 1996 no trigo e no girassol na ordem dos 50 por cento e no milho de regadio em 8 por cento.

Estas medidas vão manter-se neste ano e afectam particularmente os agricultores alentejanos que vêem as suas receitas por quilo de cereal diminuir entre 60 a 65 por cento.

Os comunistas consideram que o PS, PSD e CAP têm graves responsabilidades nesta matéria, uma vez que aprovaram a Política Agrícola

Comum - PAC, que obriga Portugal a pagar pelos excedentes produzidos por outros países, como a França, Reino Unido e Dinamarca. Recorde-se que Portugal importa 56 por cento dos cereais que consome, os quais podiam e deviam ser produzidos no Alentejo, conclui o OIRA do PCP.

O aumento dos preços foi outro tema da reunião do Organismo que destaca em especial o «escandaloso e brutal aumento dos transportes» que se verificou a partir do passado dia 1 na carreira Beja-Moura, de 68 por cento, e Beja-Serpa, de 77 por cento.

CCRA recusa plano integrado

Ignorando as propostas do Conselho da Região, das autarquias, agentes económicos, sociais e culturais, o presidente da CCRA confirmou durante o debate do plano de actividades para 97 não ser sua intenção avançar nos próximos anos com a elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento para o Alentejo.



Guarda

Corrupção de governantes não contém descrédito

O corrupção de ministros e secretários de Estado do Governo PS ao distrito da Guarda, para visitar o «Portugal profundo», seria de louvar não fora entrar em contradição flagrante com recentes decisões suas implicando o desenvolvimento do distrito, diz a Direcção da Organização Regional da Guarda do PCP.

Na recente discussão sobre o Orçamento de Estado, o PS, ao rejeitar a inclusão no PID-DAC de um conjunto de obras estruturantes e potenciadoras do desenvolvimento, tendentes a estancar a desertificação e fixar as populações, consagrou o atraso da região. Virem agora, «com descaradas jornadas de propaganda eleitoral», prometer o que não quiseram inscrever no Orçamento do Estado é, na opinião dos comunistas, uma posição de hipocrisia, já que tendo tido «o queijo e a faca na mão», e podendo ter contemplado o distrito com o dinheiro e as obras reclamadas, o Governo e o Partido Socialista não o fizeram.

Este «frenesim» eleitoralista tem ainda o objectivo de conter «o descontentamento e o descrédito do governo» - dizem os comunistas -, sobretudo no sector têxtil e na agricultura. O PCP exemplifica o

que diz com a deslocação ao distrito do secretário de Estado Adjunto Pina Moura que, depois de um dia inteiro de reuniões, partiu sem deixar qualquer medida concreta para o sector têxtil, apresentando para o facto a desculpa de ter vindo apenas recolher dados, cabendo a outro secretário de Estado o anúncio das medidas.

Também as suas afirmações de que «a situação não se agravou nos últimos meses» merecem uma crítica da parte da DORG do PCP que pergunta se não será

agravamento da situação a perda de centenas de postos de trabalho em quase todas as empresas, desde a visita feita em Junho por este secretário de Estado. Recordando ainda que a empresa Estevão Ubach, em Gouveia, espera há meses pelo desbloqueamento de um empréstimo de escassos milhares de contos para a aquisição de matéria-prima que lhe permita laborar, os comunistas afirmam que existe, de facto, um agravamento da situação e que o mesmo deve ser assacado, em primeiro lugar, «à inércia e à

contemporização do Governo PS».

Há muito que o PCP vem batalhando pelo lançamento de uma Operação Integrada de Desenvolvimento para a Corda da Serra, onde domina a indústria têxtil, cuja concretização o Governo agora anunciou. É necessário, no entanto, pôr rapidamente a O.I.D. no terreno, defende o PCP na Guarda, para que este anúncio não seja um «mero expediente para servir de argumento político aos autarcas socialistas em ano de eleições».

Casal Ventoso Vereadores do PCP contestam protocolo

Os vereadores do PCP discordam do protocolo de acordo assinado pelo Presidente da CM de Lisboa, o Gabinete de Reversão do Casal Ventoso e as empresas Assisconstrói e Hagen, considerando que «as soluções urbanísticas para o Casal Ventoso e Vale de Alcântara necessitam de uma visão estratégica de intervenção, inseparável da aprovação de instrumentos urbanísticos de planeamento, o que está pronto a ser feito a breve prazo. E

devem consagrar o fim dos guetos e a melhoria das condições de vida da população do Casal Ventoso».

Mais adiante, a nota divulgada à imprensa salienta que «a negociação que este protocolo consagra dever ser acompanhada por uma oferta pública que permita verificar se outros concorrentes oferecem melhores condições para realizar as intenções da Câmara de um rápido realojamento da população do Casal Ventoso».

Porto

Tarifa do lixo é um novo imposto

O PCP e os vereadores da CDU nas autarquias da Área Metropolitana do Porto são contra a criação de uma nova tarifa dos resíduos sólidos urbanos, sublinhando que se trata de mais um imposto, uma vez que surgirá indexada à conta da água, independentemente do volume de lixo recolhido.

Os comunistas sustentam que «não há uma relação directa entre os consumos de água e a produção do lixo» e deixam desde já o alerta que, apesar de as taxas agora propostas serem baixas, os estudos da LIPOR apontam para valores 100 por cento superiores a aplicar num futuro próximo.

A nova tarifa a juntar-se aos aumentos da água e do saneamento já decididos na área do grande Porto, que atingem em alguns casos cinco por cento, é vista pela DORP como «uma medida injusta que tende a agravar as dificuldades financeiras das famílias, sobretudo das que têm menores recursos económicos».

Recorde-se que as receitas geradas destinam-se a financiar o exagerado aumento dos custos de construção e tratamento de resíduos sólidos, na futura central de incineração, conhecida por LIPOR II. O PCP afirma que esta foi a opção mais onerosa e ambientalmente menos correcta, frisando que os municípios não foram consultados.

Aveiro

DORAV aprova plano de actividades

Reunida no passado sábado, a Direcção Regional de Aveiro discutiu e aprovou o plano de actividades para 97, o qual é marcado pelo desenvolvimento de um vasto conjunto de acções.

A DORAV tem como primeira preocupação reforçar a intervenção dos comunistas no distrito, destacando como as principais questões políticas a Regionalização, a revisão constitucional, a alteração da lei da interrupção voluntária da gravidez e a revisão do tratado da União Europeia.

Ao mesmo tempo, é seu objectivo continuar a acompanhar outras áreas como os direitos dos trabalhadores e defesa dos interesses económicos e sociais das diferentes camadas da população.

A reunião discutiu ainda formas de melhorar a intervenção das organizações de base e dos comunistas que dirigem ou participam nos mais diversos movimentos de massas.

Quanto às eleições autárquicas, a DORAV reconhece a

populações e perder os comissários políticos, os sacos azuis dos governos civis, directores gerais, etc.».

Por último, os comunistas denunciam o financiamento, por parte da CM de Ourique de um jantar/convívio do PSD, realizado no passado dia 9 do corrente mês. O PCP salienta como particularmente grave o que tal «ilegalidade» tenha sido apadrinhada pelas «mais gradas figuras do PSD, entre as quais a do seu presidente, Marcelo Rebelo de Sousa».

necessidade intensificar a sua preparação, propondo-se concorrer a todos os órgãos municipais e ao maior número possível de freguesias, e, no quadro da CDU, reforçar os resultados eleitorais.

A Direcção Regional recomendou às organizações concelhias que procedam à urgente calendarização das acções pré-eleitorais e eleitorais, tendo como referência a Conferência Nacional do PCP, marcada para 12 de Abril, e o Encontro Distrital da CDU que terá lugar em 10 de Maio.

Foi ainda decidido anunciar publicamente os cabeças de lista o mais rapidamente possível e de forma descentralizada, mas nunca depois do Encontro Distrital da CDU.

Os comunistas de Aveiro vão ainda realizar no próximo dia 22 de Fevereiro, um Encontro Distrital de Quadros que contará com a participação de membros dos organismos executivos do Comité Central.

TRABALHADORES

Para dia 31, contra o desmembramento da CP Ferroviários marcam greve

A FSTFP/CGTP anunciou anteontem que vai convocar uma paralisação de 24 horas para o último dia deste mês, contra a continuação do desmembramento da CP, por garantias claras de manutenção dos direitos dos trabalhadores e dos postos de trabalho, e pela resolução de diversos problemas laborais vividos nas empresas do grupo.

«Esta greve só se concretizará se o Governo e o conselho de gerência da CP continuarem insensíveis e nada fizerem para solucionar o conflito», ressalva a Comissão Executiva da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses. Na nota distribuída terça-feira à comunicação social, a federação reafirma-se «disponível para, através do diálogo e da negociação, encontrar soluções», e anuncia o propósito de reunir com os responsáveis da CP e da tutela.

A possibilidade do recurso à greve fora admitida na semana passada, numa conferência de imprensa da federação e das comissões de trabalhadores da CP, da EMEF e da Soflusa. Nessa altura estavam já a decorrer plenários nos locais de trabalho e ia realizar-se uma reunião com outras organizações sindi-

cais de ferroviários, precisamente para debater as formas de luta a desenvolver. Recorde-se que a mais recente greve no Grupo CP, realizada dia 29 de Novembro, teve objectivos semelhantes à luta agora convocada e granjeou uma adesão que foi considerada como das mais fortes dos últimos dez ou quinze anos.

Novamente sem fundamentos

«Tal como o famigerado Plano de Reestruturação do Caminho-de-Ferro do cavaquismo (1988/94), a reestruturação ora iniciada surge sem qualquer suporte credível, em termos de estudos prévios, pelo que não admira que os responsáveis pela operação se furtem à previsão de resultados devidamente quantificados e necessariamente calen-

darizados», comentaram as organizações representativas dos trabalhadores ferroviários, na conferência de imprensa de dia 15, acusando o Ministério de João Cravinho e a gerência da CP de, em vez de apurarem o que correu mal no plano cavaquista, preferirem «fugir aos efeitos demolidores da escandalosa derrapagem verificada nas idílicas previsões».

O Governo é acusado de assestar «mais um golpe na unidade orgânica da CP», prosseguindo na linha do PSD. «O cavaquismo entreteve-se a criar mais de uma dúzia de empresas, todas elas subsidiárias da CP», e o Governo socialista «decide, para já, criar mais duas, fazendo-o, mais uma vez, sem ter mandado elaborar qualquer estudo prévio», dando assim «mais um salto no escuro». Tal «aventura», segundo as ORTs ferroviárias, «tem menos a ver com a necessidade de resolver os problemas da CP e do caminho-de-ferro do que com a necessidade dos nossos governantes darem satisfação ao poderoso lobby do fundamentalismo neoliberal que manda hoje em Bruxelas».

Perante os jornalistas foi afirmada a recusa de «entrar no jogo» do Governo, que «não discutiu o seu plano de reestruturação com ninguém, decidiu tudo no silêncio dos gabinetes, para pretender agora vir discutir as vírgulas com os parceiros sociais».

Os representantes dos ferroviários pretendem que João Cravinho confirme «preto no branco», num documento formal, as suas promessas mediáticas de manutenção do emprego e dos direitos dos trabalhadores. Protestam ainda contra o recuo do actual conselho de gerência da CP (nomeado já pelo ministro socialista) relativamente à redução do horário de trabalho das guardas de passagem-de-nível, acordada no ano passado. Entre outros problemas que devem ser resolvidos com celeridade e justiça estão as negociações do Regulamento de Carreiras na CP e na EMEF (cujo início tem sido sistematicamente adiado), a imposição de um «regime de apartheid» entre trabalhadores de diferentes categorias no uso dos dormitórios, a «escandalosa sobrecarga de trabalho» do pessoal de estação (com escalas normais de 12 horas diárias) e o «regime iníquo» de avaliação profissional.

Multiplicam-se os protestos

Cerca de 25 mil trabalhadores, segundo a União dos Sindicatos de Braga, cumpriram em todo o distrito a redução do horário de trabalho «conforme a lei determina e não segundo o desejo dos patrões» no sábado passado (dia da manifestação dos têxteis, vestuário e calçado em Lisboa - ver págs. centrais). A USB/CGTP revelou que a Inspeção de Trabalho interveio já em algumas empresas, como a Riopele, confirmando a razão dos trabalhadores nesta matéria. São apontadas várias empresas que continuam a excluir as pausas na contagem do tempo de trabalho: Maconde, Fanjo, C. Facho, Leica, Kromberg, Rivela.

Na sexta-feira concentraram-se à porta da empresa os trabalhadores da Pio Barral Marques, impedidos de trabalhar porque a gerência mantém os estabelecimentos encerrados desde 3 de Janeiro, numa atitude que o sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa classifica como lock-out. Não se considerando despedidos, os trabalhadores têm-se apresentado diariamente ao serviço e encaram outras formas de luta.

Para anteontem à tarde foi convocada uma greve dos trabalhadores da ABB, SA contra a imposição de aumentos salariais unilaterais e a retirada de direitos e regalias sociais. Navalha Garcia, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do distrito de Lisboa, disse à Lusa que a empresa desrespeitou as normas legais e contratuais, ao aplicar aumentos por acto de gestão, sem os negociar com os órgãos representativos dos trabalhadores.

A ABB, SA resultou da fusão de sete outras empresas do grupo ABB, concretizada em Dezembro.

O pessoal da Companhia Portuguesa do Cobre tinha um plenário convocado para ontem à tarde, com o objectivo de debater novas formas de acção em defesa dos 300 postos de trabalho ameaçados pela falta de resposta aos compromissos do Governo quanto à recuperação da empresa e ao pagamento dos salários em dívida. O sindicato dos Metalúrgicos do distrito do Porto revelou que os trabalhadores encaravam a hipótese de realizar um protesto público junto às instalações da empresa, na Estrada da Circunvalação.



Levar para a sede do Conselho de Ministros, na passada quinta-feira, um coração gigante ladeado de palavras de ordem de protesto, foi a forma que dirigentes e delegados sindicais do STAL da região de Lisboa encontraram para «dizer ao Governo do Eng. Guterres que a prática seguida até agora para os trabalhadores da Administração Local não serve os seus interesses, não os dignifica nem respeita», como refere um comunicado do sindicato

Benesses calculadas em 250 mil contos anuais

Banco de Portugal foge ao Fisco

Automóvel, gasolina, telefone e cartão de crédito são benefícios que o Banco de Portugal concede aos seus funcionários de topo, mas que não são sujeitos aos descontos que incidem sobre remunerações do trabalho. Segundo a comissão sindical do Norte do BP, só de IRS ficarão por cobrar cerca de cem mil contos por ano.

Numa carta enviada há cerca de um mês ao ministro das Finanças, a comissão sindical refere que as prestações não pecuniárias são atribuídas «de forma casuística» pelo conselho de administração do Banco central; embora abranjam um número «significativo» de funcionários e tenham «carácter regular e permanente», tais formas de pagamento não constam do Regulamento de Retribuições, em vigor há um ano, «mantendo-se por isso no desconhecimento, ao menos oficial, dos empregados e dos seus órgãos institucionais de representação».

As chamadas «remunerações em espécie» têm actualmente «um considerável peso na estrutura salarial» de quem as aufer e que, nota a comissão sindical, «é o grupo de empregados titulares dos rendimentos mais elevados». Esta situação é classificada como «profunda iniquidade social e fiscal» na carta enviada igualmente ao Provedor de Justiça e aos grupos parlamentares.

A comissão sindical aponta, como eventuais benefícios concedidos àqueles funcionários (para além do salário constante da tabela-base do acordo colectivo de trabalho e dos diversos complementos remuneratórios ligados às funções e ao mérito profissional):

- um automóvel de topo de gama, renovável cada três anos, para uso total e com opção de compra, no final do triénio, por um valor residual exíguo; durante os três anos, o Banco de Portugal paga o seguro, as despesas de manutenção e o preço de duas lavagens por mês;
- consumos de gasolina que podem ir até 250 litros mensais (benefício já baptizado de «meia-pipa»);
- telefone (não é indicado se na viatura ou no domicílio, ou em ambos, mas é reconhecida a dificuldade de quantificar a despesa a que corresponde);
- a utilização de um cartão de crédito que, «julga-se», terá um plafond até sete mil contos anuais.

Mais do que os montantes de tais benefícios, a comissão sindical põe em causa «a subtilidade da sua aplicação». Estimando que esta prática custe ao Banco de Portugal cerca de duzentos e cinquenta mil contos por ano, aquela estrutura conclui que se está perante um processo de evasão fiscal, perversão dos resultados do exercício (ao transformar reais custos com pessoal em virtuais custos de exploração) e ilusão da tutela, do Ministério do Emprego e da opinião pública na quantificação do leque salarial existente na empresa.

É também lesado o sistema público de Segurança Social, considera a comissão sindical do Norte, afirmando que, «se é verdade que os portugueses mais favorecidos não fazem o esforço fiscal que lhes corresponde para manter um sistema de Saúde e Segurança Social decente para todos, não faz sentido que o Banco de Portugal, enquanto empresa pública e autoridade monetária, constitua exemplo vivo e consentido da subversão do contrato social que subjaz a uma democracia moderna».

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Contratos a termo nas escolas



A Assembleia da República debateu na passada semana a petição subscrita pela Federação

Nacional dos Sindicatos da Função Pública onde se apela à adopção de medidas excepcionais para a integração nos quadros dos contratados a termo certo com três anos ou um ano de serviço, aprovados em concurso pelo Ministério da Educação para desempenho de funções não docentes nas escolas do ensino básico e secundário.

Trata-se de trabalhadores que têm permanecido sempre no exercício efectivo de funções nos estabelecimentos de ensino não superior, suprimindo necessidades permanentes e duradouras dos serviços, como salientou o deputado comunista José Calçada, quando a verdade é que "nunca deveriam ser contratados a termo", uma vez que, acrescentou, o "recurso a esta figura só é permitido para a «satisfação de necessidades transitórias dos serviços de duração determinada»". Para José Calçada esta é uma política, por conseguinte, não apenas "profundamente desrespeitadora dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores", como também "lesiva do bom funcionamento do sistema educativo e das instituições escolares".

Denunciado pelo parlamentar do PCP foi ainda o facto de a situação, no essencial, não ter sido objecto de alteração, isto é, de o Governo PS "seguir à letra a política da década anterior", continuando designadamente a "propiciar que as escolas utilizem o recurso à figura do contrato a termo certo para resolver as necessidades permanentes e duradouras dos serviços".

"Os Verdes" protestam



O Partido Ecológico "Os Verdes" apresentou na semana transacta no Parlamento um voto de protesto

contra a circulação em águas da Zona Económica Exclusiva portuguesa de um navio que transporta resíduos nucleares de alta actividade para o Japão. "Os Verdes", que recomendavam ao Governo uma posição diplomática firme de recusa total de autorização da passagem destas cargas nas águas territoriais, lamentam vivamente a posição da bancada socialista, a única a opor-se à discussão e votação daquele voto, remetendo-a para uma das sessões plenárias da semana em curso.

António Campos reafirma acusações



O eurodeputado António Campos voltou a acusar o Ministério da Agricultura de falta de credibilidade e transparência junto da Comissão Europeia,

Aumentos de preços de bens e serviços essenciais

Governo sacrifica nível de vida dos portugueses

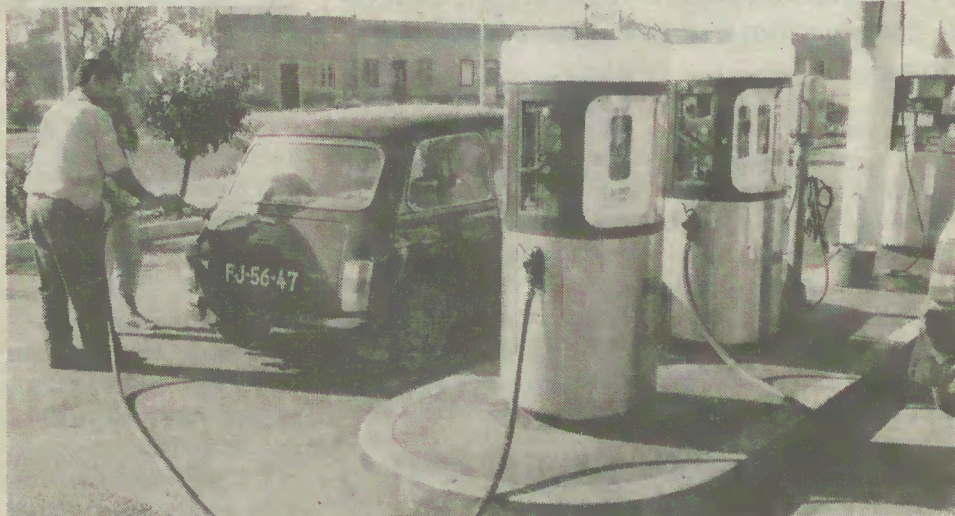
Os recentes aumentos de preços de bens e serviços essenciais estiveram em debate no Parlamento. Para o Grupo Parlamentar do PCP (que requereu, tal como o PSD, o seu agendamento com carácter de urgência), esta foi mais uma oportunidade para demonstrar como o Governo também neste capítulo opta por penalizar os trabalhadores portugueses - e fê-lo com exemplos irrefutáveis -, decretando agravamentos de preços que Octávio Teixeira não hesitou em apelar de "socialmente injustos, economicamente injustificados e politicamente criticáveis e inaceitáveis".

Em moldes idênticos pronunciou-se o deputado Vieira de Castro (PSD), ao acusar o Governo de estar a prejudicar sobretudo as famílias de mais baixos rendimentos e de preferir "sacrificar os indefesos", com os aumentos recentemente praticados. "A consciência social, tal como a tradição, afinal já não é o que era", assinalou, acentuando que o "Governo vai cumprir o défice à custa da redução do rendimento dos consumidores".

Maria José Nogueira Pinto, do PP, por sua vez, considerou que o executivo se está a esquecer de "cuidar da pequena classe média, incessantemente penalizada", a qual, disse, quando deixar "de poder telefonar, usar água quente ou transportar-se é

natural que se sinta suficientemente desmoralizada e injustificada para cruzar os braços e, à porta do ministério da Solidariedade Social, exigir um Rendimento Mínimo Garantido".

Leitura distinta fizeram-nas as bancadas do Governo e do partido que o apoia. Para o PS, segundo Hasse Ferreira, não há que ter dúvidas: "Não se consegue o desenvolvimento sem reforçar a capacidade produtiva e competitiva das empresas. E beneficiar as condições de funcionamento das empresas é beneficiar a vida das pessoas, é contribuir para a criação do emprego e do aumento da produção." João Cravinho, ministro do Planeamento, foi mais longe no sofisma ao considerar que os aumentos médios registados



Os combustíveis sofreram nos últimos doze meses um aumento médio de oito por cento

ficam abaixo da inflação prevista para este ano (2,5 por cento), cabendo-lhe ainda a infeliz afirmação de reduzir o debate a um mero intuito demagógico da oposição, o qual, do seu ponto de vista, não leva a "lado nenhum".

Ora a verdade é que a realidade, como tratou de exemplificar o líder da bancada do PCP, Octávio Teixeira, mostra exactamente o contrário, ou seja, "para os trabalhadores portugueses a taxa de inflação oficial parece que só se lhes aplica quando se trata de fixar os aumentos salariais". O presidente da bancada comunista considerou mesmo que a generalidade dos portugueses, especialmente "os que vivem de magros rendimentos fixos provenientes dos salários ou das pensões de reforma, conhecem

e sofrem aumentos de preços substancialmente superiores à taxa de inflação oficial, sentem que o custo de vida aumenta mais que os salários, sentem que continua a sobrar mais mês e a faltar mais dinheiro".

E é aqui que verdadeiramente reside a questão, pois, tais aumentos - embora camuflados por médias estatísticas - não atingem todos por igual, isto é, "há quem pague mais e quem pague menos". Octávio Teixeira foi muito claro nos vários exemplos que deu. Veja-se o caso dos telefones onde a actualização média dos preços, segundo o Governo, representou uma redução dos preços de 0,7 por cento. Uma afirmação que não passa de uma "verdade virtual", na opinião do PCP, pelo simples facto de que "a verdade real" é bem diferente, ou seja, a generalidade

dos cidadãos tem um aumento de oito por cento (porque foi no preço das assinaturas e das chamadas locais e regionais que incidiu o aumento de oito por cento), enquanto que, em contrapartida, os preços para o «mercado empresarial» registaram uma diminuição de três por cento.

"Aí está a verdade da tal média sofisticadamente propagandada pelo Governo: aumentos brutais para os trabalhadores, para os cidadãos, para «as pessoas», e diminuição de preços para as empresas", anotou Octávio Teixeira, antes de expressar a sua convicção de que "cada vez mais o Governo sacrifica, no altar da Moeda Única e da endeusada competitividade, as legítimas aspirações dos portugueses a um nível de vida melhor".

Petições ao Parlamento

A caricatura do Papa com um preservativo no nariz, publicada em 1992 no semanário «Expresso», foi discutida no Plenário da Assembleia da República, ano e meio após a elaboração de um relatório pela Comissão de Petições. No documento, redigido em Junho de 1995, considerava-se que o cartoon "ultrapassa os limites da liberdade de expressão, ferindo a honra das pessoas", argumento no essencial idêntico ao invocado pelos subscritores da petição.

Definindo a posição da sua bancada, o deputado comunista Ruben de Carvalho colocou a questão em termos de se saber se foi rompido o equilíbrio entre o direito à crítica e à liberdade de expressão e o direito à consideração e ao respeito pelas crenças. Apesar da natureza subjectiva do juízo, concluiu não ter havido essa ruptura, fazendo ainda notar que, igualmente importante, é perceber que o uso do preservativo - antes um método de controlo da natalidade utilizado segundo a vontade e as convicções de cada um - passou a ser, com o flagelo da SIDA, uma "terapia para este mal que afecta toda a Humanidade, todos os homens e mulheres, sejam quais forem as suas convicções religiosas".

Professores aposentados

Debatida na mesma sessão plenária foi uma outra petição, subscrita por mais de seis mil professores, relativa à situação dos que se encontram aposentados antes de 1989. Em causa está o facto destes professores que se aposentaram antes do novo sistema retributivo (1989) receberem reformas que se situam em valores extremamente baixos, menos de um terço dos vencimentos dos professores no activo.

Para a deputada Luísa Mesquita, que interveio em nome do PCP, trata-se de uma "flagrante injustiça e discriminação" que é reveladora, do seu ponto de vista, do "esquecimento ou do tratamento arbitrário e arrogante por parte dos governos que, ao longo dos anos, mais não fizeram que silenciar situações de indignidade gritantes".

Luísa Mesquita chamou ainda a atenção para o facto de esta não ser "uma questão datada", mas sim um problema que "continua a penalizar os professores que hoje se aposentam". É mesmo, disse, uma "questão estrutural", fundamentando a sua afirmação com o que se passou com os docentes aposentados em 1996, os quais se viram impedidos de "aceder aos novos índices criados nos 9º e 10º escalões".

Trabalhos parlamentares por TV Cabo

Em votações, na generalidade, especialidade e final global, a Assembleia da República aprovou o texto alternativo apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais ao projecto de lei do PS que autoriza a difusão de trabalhos parlamentares nas redes públicas e privadas de TV CABO. Com esta aprovação - para a qual contribuiu decisivamente a pressão do Grupo comunista em sede de comissão parlamentar (que seria secundada pelo PSD e posteriormente aceite pelo PS) -, o assunto voltará ao plenário do Parlamento para que a decisão a adoptar seja objecto de projecto de resolução. O diploma foi aprovado com os votos a favor do PS, PSD e PP e a abstenção do PCP e PEV.

Embora sem objecções de fundo à medida preconizada, para o Grupo Parlamentar do PCP, como tratou de explicar o deputado comunista Ruben de Carvalho, importa que ela seja convenientemente ponderada e analisada "com o rigor exigido a quem está a lidar com alguma coisa de tão importante quanto é uma emissão de televisão".

E se é verdade que são evidentes desde logo, por exemplo, as vantagens para o regime democrático que resultam "de uma maior conhecimento do trabalho da Assembleia da República" - o objecto do diploma é precisamente o de remover

o actual impedimento legal, garantindo essa visibilidade aos trabalhos parlamentares -, não é menos certo, como tratou de sublinhar Ruben de Carvalho, que esse conhecimento resulte automaticamente, uma vez que, alertou, "informar não é uma pura acção técnica", do mesmo modo que "uma melhor informação não resulta da utilização de um emissor com a mesma naturalidade com a qual o sumo brota das laranjas".

Tanto mais que, foi ainda o parlamentar do PCP a lembrá-lo, numa alusão à evolução ocorrida neste plano nos últimos anos em Portugal, "ter mais televisão e, em certa medida, mais informação" está longe de significar que "tenhamos passado a ter melhor televisão e melhor informação".

Daí o apelo da bancada comunista para uma conveniente clarificação da questão, no pressuposto de que qualquer medida avulsa ou pontual, sem que esteja estabilizado o panorama da televisão, poderá vir a revelar-se contraproducente, para além de que importa atender à "complexidade de operar um meio de comunicação de massas", isto é, como frisou Ruben de Carvalho, "não se pode responsabilmente transformar sem mais um puro circuito interno funcional [como o actualmente existente no hemiciclo] na raiz de uma emissão televisiva".

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

AR aprova diploma do PCP em defesa dos agricultores e dos consumidores

Observatório dos Mercados Agrícolas e das Importações

Em Silves, no Algarve, na última campanha foram destruídas e enterradas mais de duas centenas de toneladas de citrinos por não terem escoamento. Entretanto, foram importadas laranjas de Espanha para garantir o funcionamento da fábrica de sumos de Silves. Foi para obviar a que situações absurdas como esta possam ocorrer no futuro que o Grupo Parlamentar do PCP propôs a criação do Observatório dos Mercados Agrícolas e das Importações Agro-Alimentares. Materializada em projecto de lei, esta proposta foi debatida faz hoje oito dias na Assembleia da República, vindo a ser aprovada com os votos do PSD, PCP e PEV. A bancada do PS absteve-se e o CDS/PP votou contra.

Mas o caso das laranjas algarvias está longe de ser o único que testemunha a actual situação de desregulamentação e ultraliberalização dos mercados em prejuízo da produção nacional. Lembrados no debate pelo deputado Lino de Carvalho foram outros exemplos que atestam esta realidade, como sejam, entre tantos outros, as importa-

ções de vinho espanhol que no país vizinho estava destinado à queima e que em Portugal é misturado com outros vinhos, a importação de gado bovino do Reino Unido ou de países do Leste sem condições higio-sanitárias, ou ainda os produtos que enchem as prateleiras dos hipermercados sob a forma de "marcas brancas" (vejam-se as latas



Agricultores e consumidores têm sido fortemente prejudicados pela desregulamentação e ultraliberalização dos mercados

de conserva ou o leite), sem rotulagem, sem descrição da composição ou origem, em violação de todas as regras da concorrência.

Sucedem que todas estas situações têm, no fundo, de algum

modo, a ver, como chamou a atenção Lino de Carvalho, com a crescente liberalização imprimida ao comércio internacional e com a eliminação que lhe está associada das barreiras aduaneiras e do sistema de controlos pela Administração Aduaneira.

O resultado para a produção agrícola nacional, está bem de ver, tem sido desastroso, com a sua crescente substituição por produção importada, como aliás revela a taxa de cobertura do comércio agro-alimentar do País, que passou de 51 por cento em 1986 para cerca de 35 por cento actualmente.

É, pois, neste quadro - onde avulta ainda o imobilismo do Governo perante a necessidade de "conhecer melhor a situação dos mercados e definir instrumentos de intervenção", como assinalou Lino de Carvalho - que ganham importância as medidas preconizadas no projecto de lei do PCP, diploma que "não pretende obviamente fechar o comércio às trocas internacionais", nem "substituir-se ou duplicar as funções de organismos oficiais com competências específicas em áreas par-

celares da política de mercados e de importações".

A funcionar sob a tutela do Ministério da Agricultura, este Observatório, no entender do PCP, deve ser uma estrutura "leve, desburocratizada e independente", com a competência de "recolher e elaborar informação referente ao funcionamento dos mercados e da balança agro-alimentar", cabendo-lhe ainda "formular propostas para o Governo sobre medidas de controlo e fiscalização das importações e de promoção da produção nacional".

Trata-se, ao fim e ao cabo, como sintetizou Lino de Carvalho, de uma estrutura inovadora que inscreve nos seus objectivos um melhor conhecimento quanto à "situação dos mercados e das importações agrícolas, às condições higio-sanitárias dos produtos consumidos, aos pontos de estrangulamento que importa resolver", propondo simultaneamente "medidas de política que permitam defender melhor a produção agrícola nacional, os agricultores mas também os consumidores".

A renúncia de Álvaro Barreto

A Mesa da Assembleia aprovou na semana transacta os pareceres elaborados pelo presidente do Parlamento, Almeida Santos, que apontam para a compatibilidade dos deputados Henrique Neto e Álvaro Barreto, ao contrário do que decidira a Comissão Parlamentar de Ética. Esta deliberação da Mesa teve a oposição dos deputados João Amaral (PCP) e Corregedor da Fonseca (ID) e a abstenção do socialista Manuel Alegre, no caso concreto de Álvaro Barreto.

João Amaral e Corregedor da Fonseca justificaram em declaração de voto a sua posição afirmando não acompanharem as considerações "críticas de natureza política" formuladas nos pareceres, que

consideram "deslocadas e injustas", para além de entenderem que à Mesa incumbe aplicar a Lei e o Regimento e não apreciar a Lei das incompatibilidades que está em vigor há mais de catorze meses.

Apesar da interpretação de Almeida Santos, contrariando os pareceres da Comissão de Ética - e logo depois do seu anúncio - Álvaro Barreto renunciou ao mandato de deputado. Situação no mínimo curiosa, esta "partida" do presidente da Soporcel, que esperou que o problema da sua compatibilidade fosse resolvido, foi por si justificada em carta aos deputados nomeadamente com o aumento de responsabilidades na empresa.

afirmando que está a prejudicar o País em muitos milhões de contos. Foi na Assembleia da República, onde foi ouvido faz hoje oito dias a pedido dos deputados do CDS/PP, numa reunião conjunta das comissões parlamentares de Agricultura e dos Direitos, Liberdades e Garantias.

António Campos, a propósito da questão que o opõe ao ministro Gomes da Silva, referiu que o primeiro-ministro, António Guterres, "foi enganado em todo este processo". Mantida foi, por outro lado, a acusação de que "o Ministério da Agricultura não tem nenhuma credibilidade na Comissão Europeia, o que, a continuar, irá lesar gravemente o País e a agricultura".

"Não há transparência, é imoral e haverá mesmo alguma ilegalidade em todo este processo. Trata-se de uma grande questão nacional, pois é vital credibilizar o Ministério da Agricultura junto da Comissão Europeia, já que, com as condenações do Tribunal Europeu, a comissão não poderá deixar de estar todos os dias em Portugal a efectuar fiscalizações", garantiu António Campos.

A estas acusações respondeu o ministro, no mesmo dia, também na Assembleia da República, classificando-as de "falsas e caluniosas". Numa exposição escrita onde procura refutar as afirmações do eurodeputado socialista, lida perante os deputados presentes na reunião das comissões parlamentares, Gomes da Silva teceu duras críticas a António Campos acusando-o de estar a reiterar "mentiras" e de usar uma prática de "falta de escrupulos".

Contas da Expo-98



O recém-demissionário comissário da Expo-98 afirmou na Assembleia da República que devia

"receber uma estátua" em vez de andar a prestar contas da Exposição Mundial de Lisboa. Perante a Comissão Eventual de Acompanhamento da Realização da Expo-98, António Cardoso e Cunha assegurou que existe "apenas" um diferencial de cerca de sete por cento em relação aos custos previstos e interrogou-se - numa atitude interpretada por vários observadores como de grande arrogância - sobre "a autoridade do Estado português" para o criticar, dando o exemplo recente do "aumento de custos em 100 por cento do Hospital de Matosinhos, com obras atrasadas em dois anos". O ministro António Vitorino, que tem a tutela do empreendimento - embora quase sempre não o pareça -, esteve em idêntica sessão sexta-feira passada. Perante os deputados, revelou que a Expo 98 esteve dez meses sem prestar contas da sua actividade ao Governo, atribuindo o facto à falta de "dinamização dos canais de comunicação" e não a qualquer sonegação de informação por parte dos responsáveis do Parque Expo.

Lei do Aborto

PCP agenda projecto para Fevereiro

O Grupo Parlamentar do PCP agendou para a terceira semana de Fevereiro o debate na Assembleia da República do seu projecto sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez. Entre as propostas a submeter ao juízo da Câmara está o alargamento de 12 para 16 semanas do prazo em que é permitido o aborto, por perigo de morte ou grave lesão física ou psíquica da mulher, bem como igual alargamento para mães toxicodependentes, e de 16 para 22 semanas por previsível doença incurável do nascituro (incluindo HIV).

No caso de violação, os deputados comunistas pretendem que este prazo seja alargado de 12 para 16 semanas e de 22 semanas para menores de 16 anos ou incapazes por anomalias psíquicas. A formação comunista defende ainda a legalização do aborto, a pedido da mulher, até às 12 semanas, ou seja, uma despenalização da conduta da mulher que consinta na interrupção voluntária da gravidez fora dos prazos e das condições estabelecidas na lei.

A admissão da prática do aborto em hospitais públicos constitui outra das propostas avançadas pelo Grupo Parlamentar do PCP que defende, por outro lado, que a objecção de consciência seja aceite, mas com obrigação de encaminhar a mulher grávida para outro médico.

O acesso a consultas de planeamento familiar é outra das medidas defendidas pelo PCP, que considera que a última decisão sobre a interrupção voluntária da gravidez cabe sempre à mulher, pelo que quem ninguém pode impor qualquer decisão sobre o assunto.

Resposta ao PP

A líder da bancada do PP, Maria José Nogueira Pinto, contestou entretanto o agendamento

potestativo do PCP, considerando-o "um expediente" para acelerar o debate e a votação do projecto de lei sobre o aborto. Acusou o Grupo comunista, concretamente, de querer passar por cima das audições parlamentares sobre esta matéria decididas no âmbito das comissões parlamentares de Saúde, Paridade e Assuntos Constitucionais.

A resposta não se fez esperar. Octávio Teixeira, líder da bancada do PCP, rejeitou os argumentos do PP, recordando, por um lado, que o projecto de lei sobre a IGV foi apresentado há já sete meses, e, por outro, com o facto de a questão da IGV ser de "grande importância para as mulheres", não podendo, por esse motivo "estar congelada no Parlamento".

"Este é daqueles projectos de lei que não podem estar indefinidamente nas gavetas das comissões. Passados sete meses pensamos que é altura de o agendar", salientou Octávio Teixeira, antes de lembrar que o PCP está a agendar o debate e votação com mais de um mês de antecedência, o que "seria suficiente para ouvir as entidades que qualquer comissão pretendesse".

O projecto de lei do PCP vai ser debatido na terceira semana de Fevereiro, provavelmente a 20 ou 21, juntamente com os diplomas da JS e do deputado socialista Strecht Monteiro sobre a mesma matéria, face à abertura no sentido dessa discussão simultânea dada pela bancada comunista. Por si rejeitada é, todavia, a discussão do projecto de resolução do PSD para a realização de um referendo sobre o aborto.

O Grupo Parlamentar do PCP vai requerer que o seu projecto de lei seja votado no próprio dia do debate, um direito regimental que, recorde-se, assiste aos partidos que recorrem ao agendamento potestativo para marcar debates sobre as suas iniciativas legislativas.

MUD Juvenil Comemorações no Porto

Os cinquenta anos do MUD Juvenil vão ser agora comemorados no Porto, com um almoço de convívio/confraternização, no próximo dia 25 de Janeiro, uma exposição documental, que estará patente no salão do Ateneu Comercial do Porto, entre 27 de Janeiro e 4 de Fevereiro, e a colocação de uma lápide comemorativa do funcionamento dos Tribunais Plenários e do "julgamento dos 52", em 1957 (o MUD Juvenil viria então a ser declarado ilegal), no edifício onde esse tribunal funcionou.

A comissão organizadora das comemorações lembra que "o julgamento que ocupou o Tribunal Plenário do Porto por seis meses e se prolongou por 55 sessões suscitou um enorme movimento de solidariedade com os jovens democratas e uma vaga de protesto contra o regime salazarista, tanto no país como no estrangeiro".

O MUD - Movimento de Unidade Democrática - surgiu na sequência da derrota do nazismo, em 1945, momento em que a luta pela democracia conquistou, em Portugal, "um reduzido mas importante espaço de acção legal".

Évora debate desporto

A Associação de Municípios do Distrito de Évora vai realizar, no próximo dia 31, em Évora, as 3.ª Jornadas de Reflexão sob o tema "Desporto, Autarquias e Regionalização".

O debate irá desenvolver-se em dois painéis. Um primeiro sobre "o papel da regionalização no processo de desenvolvimento desportivo" e um segundo sobre "o desporto na Região: que articulação entre as autarquias locais, as escolas e a estrutura federada".

A iniciativa dirige-se a autarcas, dirigentes federativos e associativos, técnicos desportivos, educadores e praticantes e a todos os que se interessam pelo desenvolvimento desportivo do país.

Emigrantes

A comunidade portuguesa em França foi a que registou em 1996 mais inscrições - 7.516 - no âmbito da actualização do recenseamento eleitoral.

O documento, com dados ainda provisórios, elaborado pela Comissão Organizadora do Recenseamento Eleitoral dos Portugueses no Estrangeiro, indica que as inscrições no ano transacto atingiram um total de 10.977, totalizando 171.469 os emigrantes com direito a voto nas eleições legislativas.

No Círculo da Europa houve 9.513 inscrições que elevaram para 93.828 os eleitores, enquanto no Círculo Fora da Europa os números são, respectivamente, 1.464 e 77.641.

O número de novas inscrições foi o mais elevado dos últimos anos. Em 1994 o número total de novas inscrições foi de 6.908 e em 1995 de 8.095.

No escrutínio provisório da eleição para a Assembleia da República em 1 de Outubro de 1995 a soma de inscritos era de 192.329 nos Círculos Europa e Fora da Europa, sendo 93.279 no primeiro caso e 99.050 no segundo.

No entanto, apenas votaram 45.852 emigrantes, dos quais 25.855 na Europa e 19.997 Fora da Europa, o que dá uma taxa de abstenção de 74,2 por cento.

Vale do Côa

As gravuras do Vale do Côa "são autênticas, paleolíticas", e têm "uma idade média de 20 mil anos", revela um parecer sobre a importância científica do Côa elaborado por uma comissão de peritos estrangeiros.

O relatório confirma a idade de 20 mil anos das gravuras pré-históricas do Côa, a sua autenticidade e, segundo Paul Bahn, investigador e vice-presidente da "Australian Rock Art Research Association", é "um fenómeno único e a maior colecção de arte rupestre que existe no mundo".

O investigador afirmou ainda que se trata de uma exemplo "revolucionário de estudo, uma oportunidade única de estudar um sítio tido como um santuário da arte rupestre no mundo".

A comissão, composta por um especialista inglês, dois franceses e três espanhóis, deslocou-se a Foz Côa a convite do Ministério da Cultura, na sequência de uma sugestão apresentada pela direcção do Parque Arqueológico.

Alfabetização

Apoiar o combate à iliteracia é o objectivo do primeiro centro de alfabetização e educação extra-escolar do País, a funcionar desde Novembro em Idanha-a-Nova.

Com um investimento previsto da ordem dos 300 mil contos, o centro resulta de uma candidatura apresentada à UNESCO e envolve mais de centena e meia de pessoas, de várias idades, entre analfabetos e letrados, que se dedicam a actividades como a pintura artística tradicional, bordados, carpintaria.

Outros municípios do distrito de Castelo Branco mostraram-se já interessados em instalar centros semelhantes. É o caso das localidades de Boidora, Ninho do Açor e Vila de Rei.

Saúde

PIDDAC/97: verbas ridículas

Na tomada de posse do presidente do Conselho de Administração do Hospital Distrital do Montijo, entre cujas presenças se destacavam as da ministra da Saúde e do Governador Civil de Setúbal, a presidente da Câmara do Montijo, Jacinta Ricardo, eleita pela CDU, aproveitou a breve intervenção que fez para deixar alguns recados.

Começou Jacinta Ricardo por recordar os violentos «ataques» de que o município foi alvo por parte de empresas que detinham o negócio do tratamento dos lixos hospitalares, que utilizaram instalações industriais desactivadas ou inertes em Sarilhos Grandes e Afonsoeiros para procederem à queima e armazenagem ilegais dos mesmos resíduos. Mais tarde, continuou a presidente da Câmara do Montijo, o rumor insistente sobre a intenção de os responsáveis governamentais da Saúde procederem à desactivação das urgências do Hospital Distrital do Montijo levou à reacção viva das populações que, em três semanas, juntaram milhares de assinaturas opondo-se a tal procedimento.

Se estas são questões já encerradas, considerou a edil, o mesmo não se pode dizer quanto à verba manifestamente insuficiente de 5 mil contos afectada no PIDDAC/97 para

iniciar as obras do Centro de Saúde de Montijo, em terreno já cedido pelo Município à ARS de Setúbal, para servir as populações da Atalaia, Alto Estanqueiro/Jardia, Afonsoeiros e Sarilhos Grandes.

Jacinta Ricardo lembrou à ministra da Saúde que a construção da Ponte Vasco da Gama irá induzir um conjunto muito complexo de factores e, prevendo para o território do Município, nos próximos dez anos, um crescimento de mais de vinte mil habitantes, afirma estar o concelho carenciado de mais e melhores equipamentos de saúde. A autarca crê mesmo poder afirmar - «sem correr o risco de ser excessivamente reivindicativa» - que o Montijo, a muito curto prazo, irá necessitar de um novo Hospital. Para o efeito - e por não estar «apenas a reivindicar» -, manifestou desde logo a disponibilidade do Município para ceder terreno para a sua instalação.

Portimão sem incineradora

Também a «ridícula» verba de 5 000 contos inscrita no PIDDAC/97 para o actual Hospital Distrital de Portimão merece a crítica da Comissão Coordenadora da CDU de Portimão.

Madeira

Que futuro para o «Atlantis»?

Dois anos passados sobre o encerramento do Hotel Atlantis, e nada havendo de concreto em relação às ilusões criadas pelo Governo da República sobre a solução do problema, levaram Leonel Nunes, deputado da CDU, a questionar a Assembleia Legislativa Regional da Madeira sobre o assunto.

Lembrando a pouca clareza do processo, que conduziu a que duzentas famílias sobrevivam há dois anos apenas com o subsídio de desemprego (algumas já nada recebendo desde Agosto), o deputado da CDU, acusa o Governo da República de ter abandonado a apreçoada política de diálogo, substituindo-a neste caso pelo maior dos secretismos e pela negociação de gabinete entre Governo e patronato.

O caso do Hotel Atlantis configura uma situação de secretismo e «exclusão dos trabalhadores» inédita no Portugal democrático, diz Leonel Nunes, denunciando também a «estranha política» do Governo Regional que, em relação ao assunto só no dia 6 de Dezembro, quando da visita à Região do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, «deu um arzinho da sua graça» - com o secretário da Economia a comprometer-se publicamente na busca de solução para o Atlantis -, para de imediato se remeter de novo ao silêncio. No mesmo dia foi, contudo, anunciada a constituição de uma comissão para o

estudo da situação futura dos trabalhadores que, entretanto, ou funciona sem a participação dos visados ou nem sequer existe.

Por outro lado, a Grão-Pará, ao desistir do «Processo de Recuperação da Empresa», e os representantes do Estado, ao aceitarem essa desistência, assumiram a responsabilidade de encontrar uma solução para o problema, prossegue o deputado da CDU que reforça a sua tese com o facto de o Tribunal ter também anulado o despedimento colectivo.

Face a essa grave responsabilidade, Leonel Nunes considera ter chegado o momento de a Assembleia Legislativa Regional inquirir sobre o que se tem passado e sobre qual o futuro que se prevê para o Hotel Atlantis.

Pacific Teal

Um navio com uma carga nada pacífica...

Portugal encontra-se na rota do *Pacific Teal*, um navio transportando a bordo 112t de resíduos radioactivos de alta actividade, que irá penetrar cerca de 40 milhas na Zona Económica Exclusiva (ZEE), junto à Madeira.

O Partido Ecologista "Os Verdes", em comunicado de imprensa, considera que o governo português deve tomar uma posição clara sobre esta situação - "em primeiro lugar, impedir o trânsito do navio em águas nacionais; e em segundo lugar, fazer chegar às partes envolvidas, pelas vias consi-

deradas necessárias, um veemente protesto e uma forte condenação pelo secretismo desta operação". "Os Verdes" sublinham ainda que "um pouco por todo o lado *chovem* as críticas a este transporte, mobilizando gente e organizações ecologistas, ambientalistas, pacifistas" e lembram que há quatro anos o *Akatsuki Maru* cruzou os oceanos, desde Cherburgo (França) até ao Japão, carregado com 1,7t de plutónio - "uma série que se irá prolongar por mais 10 anos até atingir um total de 1.280t de resíduos radioactivos transportados".

Em comunicado à população, a CDU considera que o actual Centro de Saúde de Portimão não tem há muito condições para fazer face às necessidades, salientando ter o vereador da CDU proposto na Câmara Municipal a construção de um novo Centro de Saúde, «proposta que foi aprovada no Executivo Camarário por unanimidade». O Grupo Parlamentar comunista propôs para o efeito a inclusão de uma verba de 50 mil contos no Orçamento de Estado/97 inviabilizada pelos votos contra do PS.

Outra proposta da CDU aprovada por unanimidade na Câmara Municipal, que o Governo inviabilizou, foi a construção de uma incineradora no Hospital Distrital de Portimão. Trata-se de uma obra urgente, uma vez que os esgotos do Hospital, lançados directamente no rio sem qualquer tratamento através da rede antiga da cidade, expõem diariamente os habitantes à poluição.

Quanto às 400 camas inicialmente prometidas para o novo Hospital, elas já foram reduzidas para 250!

Face a esta situação, a Coordenadora em Portimão da CDU diz que «a saúde est: doente em Portimão!» e promete continuar a ser uma «voz activa na defesa das populações».

Saneamento básico

Um problema sempre adiado

Os problemas de saneamento básico da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e o processo de ratificação do PDM de Almada - foram os temas fundamentais abordados pela Junta Metropolitana de Lisboa, em reunião realizada em Almada.

A Junta decidiu manifestar a sua preocupação pelo sistemático adiamento "de decisões imprescindíveis à resolução dos graves problemas de saneamento básico".

Em Moção aprovada refere-se que mais de 30 por cento da população do país se concentra na Área Metropolitana de Lisboa.

"Apesar do enorme esforço desenvolvido pelas autarquias locais da AML nos últimos 20 anos, a percentagem de população abrangida por sistemas de tratamento de águas residuais é

ainda claramente insuficiente, ficando bastante aquém dos valores médios da União Europeia e dos objectivos definidos para Portugal no âmbito do actual Quadro Comunitário de Apoio" sublinha a Moção.

Os esforços desenvolvidos pelos municípios para dar resposta a esta situação não tiveram ainda resposta, quase dois anos volvidos sobre iniciativas concretas para a construção do Sistema Integrado de Tratamento das Águas Residuais da Península de Setúbal.

Neste quadro, a Junta exige "que sejam tomadas as decisões que urgem para garantir, ao mais de 3 milhões de habitante da AML, a qualidade de vida que merecem".

UNIÃO EUROPEIA

Pescas

Comissão suspende verbas para modernização da frota

A Comissão Europeia decidiu suspender as verbas destinadas à reestruturação e modernização da frota de pesca comunitária, o que afecta particularmente Portugal, numa altura em que também as regras do acordo com Marrocos são alteradas.

De acordo com um comunicado dos deputados do PCP no Parlamento Europeu, a suspensão das verbas do Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (IFOP),

caso não fossem aprovadas as suas propostas de promoção de novos abates de barcos e de novas e inadmissíveis diminuições no esforço de pesca».

respectiva concretização, a qual «afectará directamente os investimentos no sector das pescas em Portugal».

No seu documento, os eurodeputados defendem que o Governo se deve opor «à concretização desta chantagem», mesmo que esta se venha a acobertar em artificios jurídicos e/ou venha a ser viabilizado o pagamento retroactivo de verbas, dado que isso «não impedirá o agravamento das con-

que a Comissão aceitou o aumento, de dois para quatro meses, do período de paragem biológica previsto no acordo, os eurodeputados do PCP alertam que «é inaceitável a alteração das regras» em vigor há pouco mais de um ano, sobretudo quando tal alteração pode afectar as frotas pesqueiras nacionais, particularmente em Sesimbra e no Algarve.

De registar que também nesta matéria o Governo manteve silêncio, quando se impunha uma posição firme sobre «a má-fé que parece continuar a rodear a posição marroquina e sobre a passiva aceitação das respectivas imposições pela Comissão».

A situação é tanto mais absurda quando se sabe - Bonino confirmou - que Marrocos não pretende renovar o acordo de pescas, o qual expira em 1999.

Recordando que o Governo sempre defendeu a aprovação do acordo de associação comercial com Marrocos, em nome do qual foram feitas cedências no domínio das conservas e de produtos agrícolas, sempre com o argumento dos benefícios daí resultantes para «um bom acordo de pescas», os deputados do PCP exigem que o executivo esclareça «se está ou não disposto a tomar a iniciativa de iniciar desde já as diligências indispensáveis à profunda revisão do referido acordo comercial com Marrocos, cuja duração prevista é de doze anos».

Questões sociais fora das prioridades holandesas

A Presidência holandesa da União Europeia inscreveu nas suas prioridades três assuntos que estão na ordem do dia: a conclusão da Conferência Intergovernamental, a terceira fase da União Económica e Monetária, e o alargamento da UE. Temas óbvios e certamente importantes, que não devem no entanto fazer esquecer outros particularmente sentidos pelas populações, como é o caso dos crescentes problemas sociais.

Esta a posição defendida pelo eurodeputado do PCP, Joaquim Miranda, ao intervir no debate sobre a Presidência holandesa na última sessão do Parlamento Europeu, onde exprimiu a convicção de que «pouco ou nada se avança no programa desta Presidência» relativamente «ao grave flagelo do desemprego, à participação dos cidadãos na vida e nas decisões comunitárias, e à efectivação, ou não, dos princípios consagrados nos Tratados da coesão e da solidariedade comunitárias».

Segundo aquele deputado, não se vislumbram quaisquer mudanças significativas da política comunitária no domínio do emprego, o que - agravado pela obsessão de implementar os critérios de convergência nominal - abre o horizonte a negras perspectivas de «maior flexibilização, maior desregulamentação, mais emprego precário, mais desemprego».

Outro tanto se pode dizer quanto à participação dos cida-

dãos, sistematicamente arrebatados das opções comunitárias. Como refere Joaquim Miranda, «em vésperas do termo da CIG e da terceira fase da UEM seria de esperar uma atitude empenhada numa forte participação» das populações, designadamente através de uma «ampla, plural e participada discussão, orientada para a sua auscultação, através de referendos», como o próprio PE tem defendido. Ao invés, o que se verifica é a repetição de lugares-comuns e limitadas expectativas quanto aos resultados da CIG.

A coesão nem sequer consta das preocupações holandesas, o que não deixa de ser sintomático e revelador duma certa concepção da comunidade, como frisou Joaquim Miranda.

Na sua intervenção, o eurodeputado comunista referiu-se ainda às recentes afirmações do ministro das Finanças holandês quanto ao núcleo restrito de países que, segundo disse, deverá constituir-se no início da terceira fase da UEM. Trata-se, como é evidente, de dar «prioridade aos níveis de desenvolvimento ou à pujança das economias desses países», secularizando-se «o respectivo respeito (ou não) pelos critérios de convergência nominal».

Para os comunistas, uma tal tomada de posição era de se esperar, não só porque sempre consideraram «artificiais e arbitrários» os referidos critérios, mas também porque «são evidentes as dificuldades em preenchê-los, mesmo por parte de países com economias fortes», porque «o que se pretende é a criação de uma moeda forte», e porque, em última análise, as decisões neste domínio serão «adoptadas em função de critérios marcadamente políticos».

Quanto ao alargamento da UE, o eurodeputado faz notar que a visão holandesa se centra aparentemente nos aspectos financeiros desse alargamento e nas alterações a introduzir nalgumas políticas, aspectos que sendo de inegável importância deixam no entanto de fora o alcance do alargamento, a natureza dos períodos de transição e, em particular, qual o quadro financeiro que a União deverá adoptar para o período posterior a 1999.



Bruxelas suspende verbas à modernização da frota

decidida na sequência da não aprovação do Plano de Orientação Plurianual no Conselho de Pescas de Dezembro último, traduz o cumprimento da «ameaça/chantagem que a Comissão tinha anunciado

Os deputados comunistas, que exigem explicações ao Governo por não ter dado conhecimento público daquela decisão, consideram ser urgente a adopção de «uma posição firme» por parte do executivo de forma a impedir a

dições dos investimentos em curso» no sector.

Motivo de preocupação para os eurodeputados é também o acordo de pescas com Marrocos. Após a confirmação, pela Comissão Emma Bonino, de

«Deputados do PCP na Direcção do PE» - rectificação

Ao contrário do que foi referido, por lapso, no texto publicado na semana passada, o deputado Sérgio Ribeiro foi reeleito para o cargo de «questor» do Parlamento Europeu e não «gestor». Faltou ainda referir as comissões e delegações parlamentares acompanhadas por Honório Novo, que são as seguintes: Comissão da Política Regional, Comissão da Agricultura, Comissão das Pescas e delegação para a América Central.

Por último, faltou referir os cargos ocupados por outros deputados do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, onde se insere o PCP, e que são: uma vice-presidência do PE, a presidência da comissão parlamentar das Relações Económicas Externas, a vice-presidência da comissão dos Assuntos Sociais e da comissão da Cooperação e Desenvolvimento, a presidência das delegações para o Magrebe e Transcaucásia e a vice-presidência de outras delegações.

Interesses

A França está interessada em que a República Checa seja um dos primeiros países da Europa de Leste a entrar na União Europeia. Em recente visita a Praga, o ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Hervé de Charette, afirmou que uma data perfeitamente credível para a integração da República Checa na UE poderia ser o ano 2000.

«Nessa data, a República Checa deveria estar preparada também para incorporar o novo sistema da moeda única europeia», disse o ministro francês. As autoridades checas consideram «termos gerais», se deve potenciar o processo da moeda única, considerada fundamental para levar a cabo os projectos de integração europeia.

Durante o presente ano os Quinze deverão decidir quais os países do Centro e Leste europeu que serão os primeiros a aderir à UE.

Valorizar o tabaco

A Comissão Europeia apresentou segunda-feira, em Bruxelas, aos ministros da Agricultura, as suas propostas sobre a reforma do sector do tabaco.

A Comissão projecta substituir o actual regime de subsídios ao sector por um sistema orientado para a promoção e valorização do tabaco de qualidade, mantendo o nível global das despesas relacionadas com esta cultura na UE.

As ajudas europeias à produção de tabaco, cuja indústria emprega na UE cerca de 200 mil pessoas, totalizam 198 milhões de contos anuais.

Em Portugal, o tabaco produz-se essencialmente em regiões economicamente frágeis, como o Alentejo e as Beiras, ocupando parcelas tão pequenas que é difícil reconvertê-las. Em 1995, a participação nacional na produção comunitária foi de 1 por cento, contra os 40 por cento da Itália e os 36 por cento da Grécia. Os projectos da Comissão de introduzir um sistema de reforma antecipada dos produtores que não quiserem ou não puderem produzir bom tabaco podem significar o fim desta actividade.

Itália
Produtores de leite exigem aumento de quotas

Os produtores de leite italianos estão em luta contra as quotas europeias que lhes foram atribuídas e exigem que o Governo pague as multas impostas por Bruxelas em 1995/96 por terem sido ultrapassados os limites de produção fixados pela União Europeia (UE).

Os agricultores, cujo bloqueio dos acessos ao aeroporto de Milão-Linate no final da semana passada tinha já provocado uma redução de 30 por cento no afluxo de passageiros e ameaçava paralisar toda a região, exigem ainda que a Itália obtenha uma revisão em alta dessas quotas.

A produção leiteira italiana ultrapassou em 500.000 toneladas as quotas fixadas, elevando-se as multas a um total de 246,5 milhões de dólares.

De assinar que a Itália tem direito a produzir 9,9 milhões de toneladas de leite, para um volume de consumo que atinge os 18 milhões de toneladas.

No domingo, cerca de 3.000 manifestantes anunciaram que irão prosseguir sua acção, com a ajuda de tractores, após o primeiro-ministro italiano, Romano Prodi, ter declarado que não é possível «desobedecer a um acordo (europeu) que a Itália assinou».

Estas declarações não impediram no entanto que o ministro da Agricultura, Michel Pinto, tenha sido enviado para Bruxelas, no início da semana, com a incumbência de tentar obter um aumento das quotas italianas de produção de leite em 600.000 toneladas.

INTERNACIONAL

Rosa Luxemburgo/
/Karl Liebknecht

Cerca de cem mil pessoas participaram recentemente em Berlim numa marcha destinada a assinalar o assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Esta iniciativa, convocada pelo PDS, DKP e outras forças de esquerda alemãs, iniciou-se simbolicamente na antiga Praça Lenine, percorreu a Avenida Karl Marx e terminou no Monumento ao Socialismo, mausoléu onde os restos mortais de grandes combatentes socialistas alemães repousam. Esta marcha, que se realiza desde os tempos da RDA, foi a mais participada nos anos 90.

Chanceler demite-se

Viktor Klima é o novo chanceler austríaco e presidente do Partido Social Democrata (SPOe), depois da demissão de Franz Vranitzky, no poder desde 1986. Klima, até agora ministro das Finanças, é um dos principais obores do orçamento de austeridade de 1996, que pressupôs sérios golpes no sector social e que foi alvo da crítica da população, e um dos principais artefatos da privatização do segundo banco austríaco, o Creditanstalt. O SPOe perdeu nove por cento dos votos nas últimas eleições europeias, realizadas em Outubro, em relação às legislativas de Dezembro de 1995.

Rebeldes zairenses apelam ao diálogo

Os rebeldes zairenses, maioritariamente da etnia *tutsi*, lançaram um apelo ao diálogo com as autoridades civis e militares de Kinshasa, na sexta-feira. Em conferência de imprensa, o chefe da rebelião, Laurent-Désiré Kabila, propôs a realização de uma «Conferência Nacional» em Goma onde discutiria a formação de um «Governo de Transição». «É tempo dos filhos deste país resolverem esta grave crise em volta de uma mesa de negociações», afirmou na ocasião. Os rebeldes têm actualmente em seu poder mais de 600 quilómetros ao longo das fronteiras do Uganda, do Ruanda e do Burundi.

Ofensiva no Sudão

O Exército Popular para a Libertação do Sudão (EPLS) conquistou no final da semana passada a cidade de Maban, junto à fronteira com a Etiópia, e anunciou uma ofensiva à central hidroeléctrica de Ad Damasin, que abastece Cartum, a capital do país. Segundo os rebeldes, cerca de mil soldados e oficiais do exército fugiram e mais de 900 efectivos das forças governamentais «juntaram-se às fileiras da EPLS». Em resposta, o Governo sudanês acusou a Etiópia e a Eritreia de participarem na ofensiva. Apenas o Iraque e o Iemene manifestaram o seu apoio ao Sudão.

México

A Voz de Zapata em Chiapas

Os grupos revolucionários armados estão na ordem do dia. Um pouco a norte do Peru, pátria dos Tupac Amaru, no México, os zapatistas têm vindo a desenvolver uma forte oposição ao governo neo-liberal de Zedillo, que a 11 de Janeiro recusou o «Acordo de Concórdia e Pacificação».

Eis os ecos que nos chegam da selva de Chiapas, através da Internet.

Trabalho, habitação, alimentação, sistema de saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz são as reivindicações do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Exigências básicas? No México nem tanto, especialmente se se referir aos camponeses pobres e aos índios (que na maioria dos casos coincidem).

Com sede na selva de Chiapas, os zapatistas têm levado a cabo diversas acções, desde 1993. A pressão tem sido tão grande sobre os governos, primeiro de Carlos Salinas e depois de Ernesto Zedillo, que as autoridades se viram obrigadas a assinar com a guerrilha os Acordos de Santo Andrés, em Fevereiro do ano passado. A 11 de Janeiro de 1997, o «Acordo de Concórdia e Pacificação com Justiça e Dignidade», reforma constitucional sobre matéria indígena, foi recusado pelo executivo de Zedillo, numa grave negação aos acordos firmados onze meses antes.

Aos olhos dos zapatistas, a contra proposta governamental «contém elementos inconstitucionais e liberta os fantasmas que deveria exorcisar: a "balcanização" do país, a formação de reservas e o isolamento dos povos indígenas. Supõe um grave risco para a unidade nacional. Parte de uma concepção racista, etnocêntrica e discriminatória. Cada direito dos povos índios que diz reconhecer torna imediatamente limitado e subordinado a leis secundárias no próprio texto constitucional, com graves incongruências jurídicas mas com um claro significado político: reduzir os indígenas a cidadãos de segunda».

A proposta recusada pelo governo foi delineada por uma instância do poder legislativo federal, a Cocopa, após o conhecimento da realidade sobre a qual legislou. Pelo contrário, e segundo o EZLN, «a proposta governamental, baseada na consulta de supostos especialistas, revela uma clara ignorância sobre os povos índios, a técnica jurídica, a Constituição e as leis mexicanas».

Quatro dias depois do anúncio da posição do executivo, a 15 de Janeiro, um porta-voz do governo afirmou que nenhuma ofensiva militar estava a ser preparada. Contudo, há notícias de que, nessa mesma altura, ocorreram incursões militares nas comunidades indígenas de San Cristobal, e era bem visível o aumento da presença do exército em mui-

tas estradas e localidades da região.

Abandono e unidade

Nas suas fileiras, o EZLN conta essencialmente com cam-

expressar, mas que nunca o puderam fazer.»

Em 1993, o Exército Zapatista de Libertação Nacional publicou a sua «Declaração de Guerra», onde, pela primeira vez, apresenta as suas reivindicações e se identifica.

«Somos o produto de 500 anos de lutas: primeiro contra a escravidão; depois durante a Guerra da Independência contra Espanha liderados pelos insurreccionistas; para evitar ser absorvido pelo imperialismo norte-americano, para promulgar a nossa constituição e expulsar o império francês da nossa terra; e, mais tarde, quando a

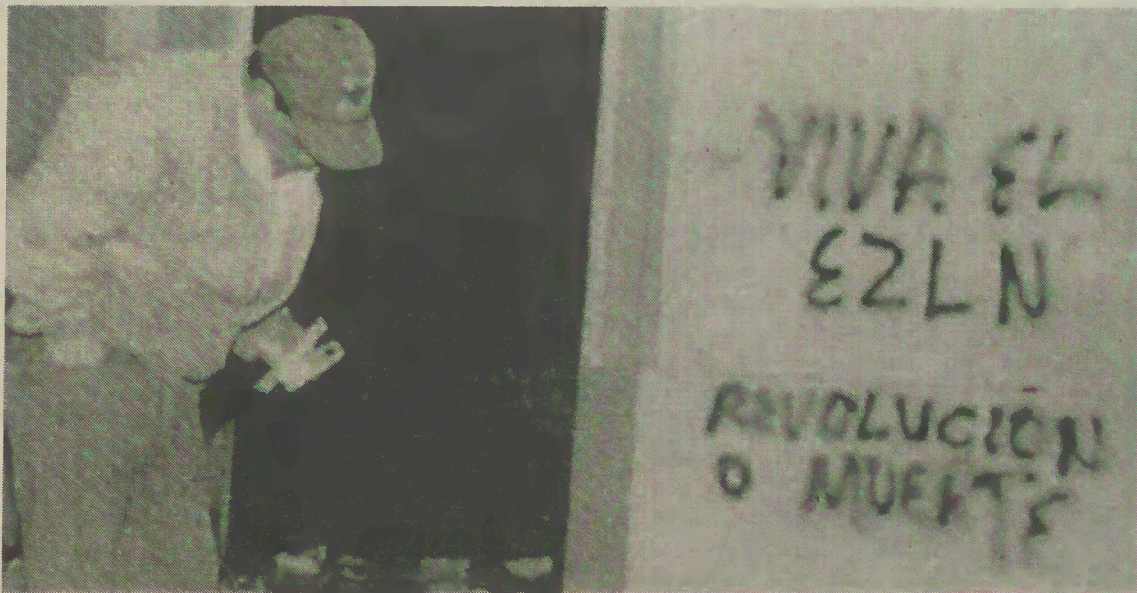
tamente nada, nem sequer um tecto sobre a cabeça, nem terra, nem trabalho, nem sistema de saúde, nem comida ou educação. Nem se estamos preparados para eleger livre e democraticamente os nossos representantes políticos, nem se há paz ou justiça para nós e os nossos filhos.»

Em 20 de Dezembro último, o Congresso Nacional Indígena, numa declaração conjunta com o EZLN, defendeu que o principal marco da autonomia deveria ser o reconhecimento das terras e territórios dos ameríndios. No documento, exige ainda que as suas reivindi-

controlo, expedem-se milhares de ordens de prisão, cercam-se comunidades inteiras».

«Não estamos a pedir caridade ou assistência temporária, mas sim mudanças de fundo no pensamento e na relação política dos nossos povos com o Estado mexicano. Poderemos falar de paz quando 10 milhões de mexicanos índios vivem na pobreza e na exclusão política? Poderemos sonhar com um México plural e consciente da sua diversidade?», questionam.

Resta dizer que o México, desde a década de 80, tem assistido à desregulamentação dos seus mercados, à promoção do



«Revolução ou morte», inscrição do EZLN em San Cristobal

poneses sem posses. A identidade dos seus líderes é desconhecida, mas o subcomandante Marcos é o mais destacado dirigente do movimento (ver caixa).

Em entrevista a um jornalista irlandês, Marcos explicou que os zapatistas se estabeleceram em Chiapas, quando procuravam um lugar isolado, seguro, com zonas despovoadas, lugares onde o seu exército secreto não pudesse ser detectado, áreas propícias a um trabalho político. Foram os prórios *campesinos* que propuseram Chiapas: «Eles disseram-nos: por que não vêm para cá? Podem-se esconder nas montanhas; se estamos tão mal e abandonados, é precisamente porque ninguém aqui vem.»

À pergunta sobre o porquê da luta armada o subcomandante explica: «Tentámos tudo o mais e não nos levou a lado nenhum. É só quando a luta armada surge que o país se sensibiliza e é abandonado, até mesmo ao nível das relações externas.»

No entanto, Marcos afirma que o papel dos zapatistas vai ser praticamente insignificante na história do seu povo: «Não dêem muito peso ao EZLN. Não é mais do que um sintoma de algo mais.» E lembra que, quando a organização se levantou contra o governo, receberam notas de solidariedade e simpatia não só de mexicanos, mas de povos indígenas do Chile, Argentina, Canadá, dos Estados Unidos e da América Central. «Eles disseram-nos que a nossa revolta representava aquilo que eles queriam

ditadura de Porfirio Diaz nos negou a justa aplicação das leis da Reforma e a população se revoltou e líderes como Villa e Zapata surgiram, homens pobres como nós.

«Eles não se importam que nós não tenhamos nada, absolu-

cações «não sejam contestadas com violência, repressão e militarização. Hoje, como desde há já muito tempo, vive-se um clima de repressão e hostilidade nas regiões indígenas contra dirigentes e população civil; instalam-se postos de

investimento estrangeiro, à venda das empresas estatais, à redução do sector público e às políticas que mantêm o México com uma «vantagem comparativa» - baixos salários e flexibilidade da força produtora - no mercado mundial.

«Marcos

é todas as minorias discriminadas»

A propósito da suposta homosssexualidade do subcomandante Marcos, destacado líder dos zapatistas, atribuída por um jornal, o EZLN emitiu o seguinte comunicado:

«Marcos é gay em São Francisco, negro na África do Sul, asiático na Europa, hispânico em San Isidro, anarquista em Espanha, palestino em Israel, indígena nas ruas de San Cristobal, *rocker* na Cidade Universitária, judeu na Alemanha, feminista nos partidos políticos, comunista no pós-guerra fria, pacifista na Bósnia, artista sem galeria e sem *portfólio*, dona de casa num sábado à tarde, não importa de que

cidade de um qualquer México, guerrilheiro mexicano no fim do século XX, jornalista das páginas interiores de um jornal, machista num movimento feminista, mulher no metro depois das 10 da noite, camponês sem terra, editor marginal, operário sem trabalho, médico sem consultório, estudante inconformista, dissidente do neoliberalismo, escritor sem livros e sem leitores e, sobretudo, zapatista no sudeste do México. Finalmente, Marcos é um ser humano em qualquer parte do mundo. Marcos é todas as minorias discriminadas e oprimidas que resistem e dizem "basta!".»



O subcomandante Marcos e outros dirigentes do EZLN, numa conferência de imprensa

INTERNACIONAL

Hebron volta a ser palestina



O quotidiano dos cidadãos de Hebron alterou-se profundamente com a retirada de Israel

Hebron voltou finalmente às mãos dos palestinos. Depois de três meses de negociações intensas e de 30 anos de ocupação militar, Yasser Arafat e Benjamin Netanyahu assinaram no dia 15 o acordo sobre esta cidade da Cisjordânia, onde vivem 400 colonos judeus e 120 mil palestinos.

O Governo israelita aprovou o documento do acordo com onze votos a favor e sete contra, enquanto no Knesset, o parlamento judaico, 87 dos 120 deputados votaram favoravelmente. Como forma de protesto, o ministro da Ciência, Benny Begin, filho do ex-primeiro-ministro Menachem Begin, apresentou a sua demissão.

Netanyahu, assegurando aos colonos israelitas que podem permanecer na cidade, afirmou que este é o melhor acordo possível para o país: «é melhor, mais seguro e mais responsável».

Os israelitas abandonarão a Cisjordânia em três etapas. A retirada desta zona inicia-se em Março, a segunda fase decorrerá

a partir de Setembro e a terceira em meados de 1998.

Hebron foi oficialmente entregue à Autoridade Palestiniana na sexta-feira, num ambiente de festa. Bandeiras palestinianas foram içadas pela primeira vez em 30 anos de ocupação militar.

Oitenta por cento da cidade foi entregue aos árabes, mas as forças israelitas permaneceram nas zonas autónomas da localidade. Segundo os acordos, patrulhas conjuntas podem entrar em áreas controladas por judeus apenas se ocorrerem incidentes que envolvam árabes.

Uma medida a implantar é a reabertura do mercado árabe por parte de Israel, bem como a principal estrada próxima dos enclaves judeus. A libertação de prisioneiros palestinianos está igualmente prevista.

Reacções

Apenas a Síria, o Irão, a direita israelita e os radicais palestinianos se manifestaram contra os acordos.

Kofi Annan afirmou estar «muito encorajado» com a decisão dos dirigentes de ambos os países.

A União Europeia considerou que o acordo constitui «um passo importante para uma paz justa e estável no Médio Oriente». Jacques Chirac disse que a França e a Europa «apoiarão a procura da paz» e o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Malcolm Rifkind, diz ver no acordo «um passo essencial para desbloquear o processo de paz».

O chefe da diplomacia nipónica tem uma posição semelhante: «O Japão também se congratula do fundo do coração pelo acordo».

O rei Hussein da Jordânia, um dos obreiros do acordo, exprimiu a sua «alegria», enquanto o presidente egípcio, Hosni Mubarak, foi o primeiro a felicitar a assinatura do documento.

Por seu lado, o norte-americano Bill Clinton sublinhou que «mais uma vez as forças da paz prevaleceram sobre uma história de divisões».

Para a Síria, o acordo equivale «à paz da subjugação». «O processo de paz está agora mergulhado num mar de contradições e extremismos israelitas», afirmou o director da agência oficial síria, segundo foi veiculado pela Lusa.

Segundo os movimentos radicais árabes, o documento assinado na semana passada equivale a uma «capitulação» perante Israel e ameaçam «continuar a resistência contra a ocupação sionista».

A rádio estatal iraniana encara o acordo como um «sinal da passividade» dos «partidários da capitulação».

Impasse no Peru

O presidente Alberto Fujimori reafirmou, na terça-feira, que não cederá às exigências dos revolucionários do Movimento Tupac Amaru, mantendo a situação com os guerrilheiros num impasse. O Governo peruano continua a rejeitar negociar a libertação dos 460 presos militantes da organização. A sua única proposta passa pela libertação de todos os reféns, em troca da possibilidade do exílio dos sequestradores. Entretanto, no sábado, o MRTA libertou mais um refém, mantendo em seu poder 73 pessoas.

Venda de armas em 1996

Os Estados Unidos foram o principal vendedor de armas no ano passado, seguidos pela Rússia. De acordo com o diário «Cevodnia», citado pela Lusa, a Rússia obteve 3.4 mil milhões de dólares em vendas de material bélico, precisando que, apenas nos meses de Dezembro de 1996 e Janeiro de 1997, este país assinou contratos de longo prazo de valor superior a dois mil milhões de dólares. Em 1994, as exportações de armas russas atingiram 1.7 mil milhões de dólares e, no ano seguinte, praticamente dobrou este número.

Canadá/Cuba

O ministro dos Negócios Estrangeiros canadiano, Lloyd Axworthy, terminou ontem uma visita oficial a Cuba, com o objectivo de incrementar o «diálogo bilateral» e «eliminar as diferenças» entre os dois países. Um dos assuntos abordados na visita foi a lei norte-americana Helms-Burton, que acentua o bloqueio económico a Cuba. O Canadá é o principal investidor estrangeiro em Cuba nos sectores do petróleo e do níquel.

Manifestações na Albânia

Milhares de pessoas manifestaram-se na semana passada em Tirana, capital da Albânia, contra o regime de direita de Sali Berisha. «Abaixo a ditadura» foi a frase mais ouvida nas manifestações organizadas pelos ex-comunistas. A polícia tentou dispersar os populares com matracas, provocando um ferido. Os protestos foram desencadeados pela falência fraudulenta de várias sociedades de aforro.

Tensão na Jugoslávia

No domingo, o dirigente da oposição jugoslava Vuk Draskovic deu dez dias ao presidente Milosevic para este reconhecer a alegada vitória da coligação «Juntos» nas autárquicas de Novembro. Caso isso não venha a acontecer, Draskovic ameaça com «uma explosão social», falando em «banho de sangue» e não excluindo a hipótese de guerra civil. Entretanto, as comissões eleitorais de Belgrado e Nis reconheceram a vitória da oposição nas eleições.

Congresso do PDS O desemprego como inimigo n.º 1

Reunido no passado fim de semana em Schwerin, o Partido do Socialismo Democrático (PDS), herdeiro do Partido Comunista da ex-RDA, apontou como principal objectivo derrotar a coligação de centro-direita liderada pelo chanceler Helmut Kohl nas eleições legislativas de 1998. Para isso, admite coligar-se com o SPD e os Verdes.

Os 500 delegados, representantes de 110 mil militantes, aprovaram uma moção para o combate do desemprego, na qual

se exige, entre outras coisas, a redução do tempo de trabalho activo de pelo menos 20 por cento, com o pagamento do salário inteiro.

Outra medida reivindicada pelo SPD é a absorção dos quatro milhões de desempregados alemães, através de um alargamento do sector público.

Para tal é necessário aumentar os encargos e os impostos às pessoas que tenham salários acima da média. Na sua proposta de reforma fiscal inclui uma taxa «única e

limitada» sobre as grandes fortunas em dinheiro ou em bens.

No decorrer dos trabalhos, Lothar Bisky foi reeleito presidente do partido com 87.6 por cento dos votos, mais cinco por cento que em 1993, data em que o ex-director da Escola de Cinema de Potsdam-Babelsberg substituiu Gregor Gysi, actual chefe parlamentar do PDS no Bundestag, a câmara baixa do parlamento germânico.

Segundo a agência Lusa, a Plataforma Comunista não ele-

geu nenhum dos seus representantes para a nova direcção política. Os congressistas decidiram acabar com a possibilidade de dupla filiação no PSD e no Partido Comunista Alemão (DKP), e rejeitaram uma proposta para a restrição do período para o exercício de mandatos.

Actualmente, o PDS é a terceira força política na antiga República Democrática Alemã, onde recebeu 20 por centos dos votos nas eleições legislativas de 1994.

Coreia do Sul Greves à quarta-feira

A confederação sul-coreana dos sindicatos (KCTU) decidiu abrandar o movimento grevista que se vive no país, apesar de se manter a pressão antigovernamental na rua com confrontos entre a polícia e os manifestantes.

O abrandamento da luta sindical passa, desde segunda-feira, pela realização de greves apenas à quarta-feira, de modo a poupar o sector público.

«A iniciativa visa minimizar o impacto (das greves) sobre a economia e manter o apoio popular (à nossa causa)», afirmou Kwon Young-Kil, líder da KCTU, ao falar no fim-de-semana no recinto da catedral de Myongdong, em Seul, onde se encontram refugiados diversos dirigentes sindicais.

Milhares de pessoas continuam entretanto a sair às ruas em manifestações de protesto, sucedendo-se os confrontos com a polícia. Entre as palavras de ordem já se ouviu «Kim Young-Sam (presidente), demissão».

Os protestos, que se estendem por outras capitais de província, destinam-se a exigir a revogação da lei do trabalho adoptada a 26 de Dezembro que liberaliza os despedimentos e retira regalias aos trabalhadores.

Grécia

A greve dos marinheiros gregos continuava, no encerramen-

to desta edição, a paralisar o tráfico marítimo do país, entrando assim na sua segunda semana.

O governo foi forçado a recorrer a aviões de transportes militares e a dois vasos de guerra para assegurar o escoamento de diversos produtos.

Estas medidas foram tomadas depois de algumas centenas de agricultores de Creta terem provocado incidentes no porto de Héradion, onde exigiam o escoamento dos produtos, bloqueados devido à greve dos marinheiros.

Os marinheiros, que reclamam nomeadamente a manutenção das suas regalias fiscais, ameaçadas pelo programa de austeridade do governo de Costas Simitis, decidiram prolongar a sua luta, apesar dos tribunais terem declarado a semana passada que a greve é «ilegal e abusiva».

Eleito em Setembro, o governo esteve já a braços com o bloqueio dos agricultores em Dezembro, encontrando-se agora confrontado com nova vaga de greves contra a política orçamental restritiva que pretende pôr em prática. No início da semana, os professores do ensino superior entraram em greve por tempo indefinido por melhores salários, enquanto a maior confederação sindical grega (GSEE) anunciava uma marcha nacional de 24 horas em protesto contra o novo sistema fiscal. Também os agricultores ameaçam voltar aos bloqueios de estrada se até 4 de Fevereiro o governo não responder às suas reivindicações de mais subsídios e redução do preço do gasóleo e dos impostos.



Desde a baixa até São Bento, não houve um momento de silêncio durante o desfile de 18 de Janeiro. As palavras de ordem «40 horas sim, vigarice não», «Não e não ao conto do vigário», «CGTP unidade sindical», «Guterres, escuta, o povo está em luta» ou «Olé, olé, 40 horas já» eram sublinhadas e entrecortadas com estridentes assobieladas. Entre os manifestantes sobressaíam os sotaques nortenhos, o grande número de mulheres e jovens, as muitas crianças que acompanharam as mães (ou a mãe e o pai) nesta jornada. Os cartazes e faixas assinalavam a presença de trabalhadores das maiores empresas têxteis, do vestuário e de calçado

Milhares de trabalhadores dos têxteis, vestuário e calçado concentraram-se à porta de Guterres

Pelas 40 horas contra a vigarice

Textos: Domingos Mealha
Fotos: Jorge Caria

A grande manifestação dos têxteis, vestuário e calçado, no dia 18 de Janeiro, exigiu ao primeiro-ministro o cumprimento das promessas feitas na campanha eleitoral, reafirmando que os trabalhadores vão prosseguir a luta pela efectiva redução dos horários, a caminho das 40 horas semanais e do fim do trabalho ao sábado. Foi reclamado o fim do apoio do Governo às posições do patronato mais conservador, que pretende fazer da Lei 21/96 um instrumento para liquidar direitos e aumentar a exploração dos trabalhadores.



Não pode haver confusão — disse a CGTP ao primeiro-ministro

Aos trabalhadores de Braga, Porto, Aveiro, Castelo Branco, Lisboa e Setúbal, concentrados no sábado à tarde em São Bento, o coordenador da CGTP deu nota da reunião que a central tivera na véspera com António Guterres, notando que «a ganância do lucro limita as mentes de muita gente que, no fundo, tem a interpretação de que a razão está do nosso lado, mas que oscila perante a pressão do poder do capital».

Há «centenas de empresas onde a redução do horário de trabalho não está a ser feita, por teimosia do patronato e insistência na exploração dos trabalhadores», disse Carvalho da Silva, frisando que este «não é um problema de dificuldades de interpretação da lei», mas o resultado dos objectivos do patronato mais retrógrado: «fazer de conta que reduzem o horário, deixar tudo na mesma e intensificar ainda mais a exploração».

Cumprir o prometido

Assim, a delegação da CGTP salientou ao chefe do Governo que «não há confusão nenhuma nesta matéria», sendo apenas necessário que o executivo «assuma com clareza as suas posições», de acordo com o que foi prometido aos trabalhadores e não segundo aquilo que resulta dos compromissos com o capital.

A CGTP insurge-se contra a ideia de que a redução do tempo de trabalho pode pôr em causa a competitividade das empresas. «Há muito que os patrões sabem que têm que reduzir o tempo de trabalho, que têm que investir nas empresas e não desviar os lucros para bens pessoais», sublinhou o coordenador da central, retomando o argumento de que, «se o problema da competitividade fosse uma questão de horas de trabalho e de salários, nós seríamos os mais competitivos da Europa, porque

somos os que temos os horários mais longos e os salários mais baixos».

No memorando deixado na portaria da residência do primeiro-ministro condena-se firmemente este modelo, uma vez que «os baixos salários e os elevados horários de trabalho não garantem estabilidade nem emprego no futuro». Em contrapartida, «a luta democrática dos trabalhadores por melhores salários e pela redução do horário de trabalho há-de levar os empresários a procurar e a implementar os verdadeiros factores de competitividade».

Também são refutadas pela *Inter* as «ameaças de que pode haver desemprego» com a redução do horário; pelo contrário, «a luta pela redução do horário é também importante para a criação de emprego».

Na intervenção de Carvalho da Silva foi também avançado um comentário a «concepções contrárias às que, nas relações normais com as empresas, os trabalhadores estabelecem como práticas de contagem de tempo de trabalho», nomeadamente «a tentativa de criar uma nova figura: desde que o trabalhador esteja à disposição da empresa».

A este propósito, o coordenador da CGTP afirmou que «não há nenhum caso» em que os trabalhadores reivindicam a contagem de pausas de almoço ou outras, que permitem a saída da empresa. O problema está em pretender «que a pausa a que o trabalhador tem direito fique dependente da vontade do patrão».

Os dirigentes da CGTP sublinharam ao primeiro-ministro que, «por parte dos trabalhadores e dos sindicatos, não há nenhuma confusão», sendo «evidente que, nas meias-horas dos turnos ou nas pequenas pausas, os trabalhadores estão dentro das empresas, as máquinas continuam a laborar e, em caso de emergência, o trabalhador está disponível para ser chamado». Só não pode e ficar «disponível para o patrão o obrigar a estar com uma mão na máquina e outra mão nas sandes».



Os trabalhadores têxteis, do vestuário e do calçado que se deslocaram a Lisboa no sábado - vindos de Guimarães ou de Corroios, do Porto ou do Cacém, de Aveiro ou da Covilhã - receberam calorosas manifestações de solidariedade. Carlos Carvalhas, Jerónimo de Sousa, Henrique de Sousa e António Andrez, tal como vários dirigentes e militantes comunistas do distrito de Lisboa, estiveram com eles na Praça da Figueira e deixaram uma especial saudação nas mãos dos dirigentes da Fesete. Dirigentes e activistas da CGTP, de diversos sindicatos, federações e uniões, integraram-se no desfile até São Bento. Ao longo do percurso notaram-se outras expressões solidárias e de simpatia para com a luta dos trabalhadores

Nas ruas da baixa lisboeta, no desfile pelo Chiado e a Calçada do Combro e na concentração junto da residência oficial do primeiro-ministro, a palavra de ordem mais gritada foi, sem dúvida «40 horas, sim! Vigarice, não!», traduzindo o sentimento que grassa entre os trabalhadores, ao verem uma lei que lhes foi anunciada para reduzir o horário de trabalho ser aplicada impunemente de forma que mantém ou chega mesmo a aumentar o tempo em que estão ao serviço das empresas.

Para os trabalhadores dos têxteis, vestuário e calçado não há dúvida de que, durante a campanha eleitoral para as legislativas de 1995, o actual primeiro-ministro e outros altos responsáveis do Partido Socialista prometeram ir ao encontro de uma sentida aspiração de mulheres, homens e jovens que têm salários muito baixos: a redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas semanais e o fim do trabalho ao sábado. E, naquela altura, nenhum dos candidatos ao poder disse que tal redução seria feita deixando de contar as pausas e intervalos praticados há 20 ou 30 anos e desde sempre contados como período normal de trabalho.

Pode ser forte o qualificativo, mas o que está a suceder em dezenas de empresas, com o beneplácito do Governo - sobretudo do secretário de Estado do Trabalho e da ministra do Emprego - só pode ser visto como vigarice: os patrões declaram que cumprem a lei mas, em vez de reduzirem o horário, deixam simplesmente de contabilizar como tempo de trabalho os intervalos de 30 minutos nos turnos ou de 10 minutos nas tarefas monótonas e cadenciadas. Na prática, o período normal de trabalho mantém-se (há até casos em que as empresas pretendem aumentá-lo), e a redução formal resulta num aumento da exploração dos trabalhadores.

Lutar com razão

O «conto do vigário» é demasiado evidente. A razão da CGTP e dos trabalhadores, que exigem uma efectiva redução dos horários, foi já reconhecida por todos os grupos parlamentares e pelo Provedor de Justiça. O próprio Governo foi obrigado a alterar à última hora as afirmações sobre o tema, enleando-se no entanto em novas contradições.

Nas sete semanas decorridas desde a entrada em vigor da lei, marcada pela firme acção dos trabalhadores em dezenas e dezenas de empresas, «muito se caminhou», realçou Carvalho da Silva na sua intervenção, recordando: «há sete semanas diziam que o problema do horário de trabalho estava a ser empolado pela CGTP», que entretanto provou ter «uma leitura real da vida, da dimensão social dos problemas do País». «Resistimos, lutámos, e hoje podemos dizer que ganhámos força, razão e confiança», congratulou-se o coordenador da *Inter*, para quem, «se desta lei resultar um retrocesso nas formas de relacionamento nas empresas, com maior desvantagem para o trabalhador, o primeiro-ministro há-de ter vergonha daquilo que está a fazer».

Este tem sido um período de luta muito dura, como recordou o coordenador da Federação dos Têxteis, Vestuário e Calçado. Manuel Freitas, apelando ao reforço da organização sindical nas empresas e da unidade dos trabalhadores, realçou que este é um sector onde os salários, na esmagadora maioria dos casos, não chegam a atingir os 60 contos e onde há patrões que não têm qualquer pejo em descontar 10, 15 ou mesmo 35 contos como punição contra quem participa na luta pela redução do horário.

Uma semana bastaria...

«Se o Ministério deixar de apoiar os nossos patrões, não temos dúvidas de que, numa semana, todas as empresas vão cumprir a lei», afirmou o coordena-

dor da Fesete/CGTP, exigindo a alteração clara da posição da ministra e das orientações que partem da Praça de Londres para a Inspeção do Trabalho. Manuel Freitas afirmou a convicção das estruturas sindicais de que «não vai ser preciso voltar segunda vez a esta rua, ao sábado ou à semana, para que o primeiro-ministro tome medidas».

No entanto, ficou bem sublinhada a disposição dos trabalhadores e dos sindicatos para prosseguirem o combate pela efectiva redução do horário, imputando toda a responsabilidade aos empresários que não cumprem a lei e ao Governo que os apoia.

«Não nos vencem», reafir-

mou Manuel Freitas, apontando um exemplo de como a determinação e a unidade derubam as mais fortes adversidades: «Alguns dos trabalhadores que estão aqui vieram directamente da fábrica, sem dormir.»

O coordenador da Fesete sintetizou as direcções em que a luta vai prosseguir no imediato:

— recolher «milhares de assinaturas» para uma petição endereçada à Assembleia da República, reclamando que os deputados exijam o cumprimento da lei que aprovaram;

— prosseguir nas empresas as greves ao trabalho que ultrapasse o limite legal da redução do horário;

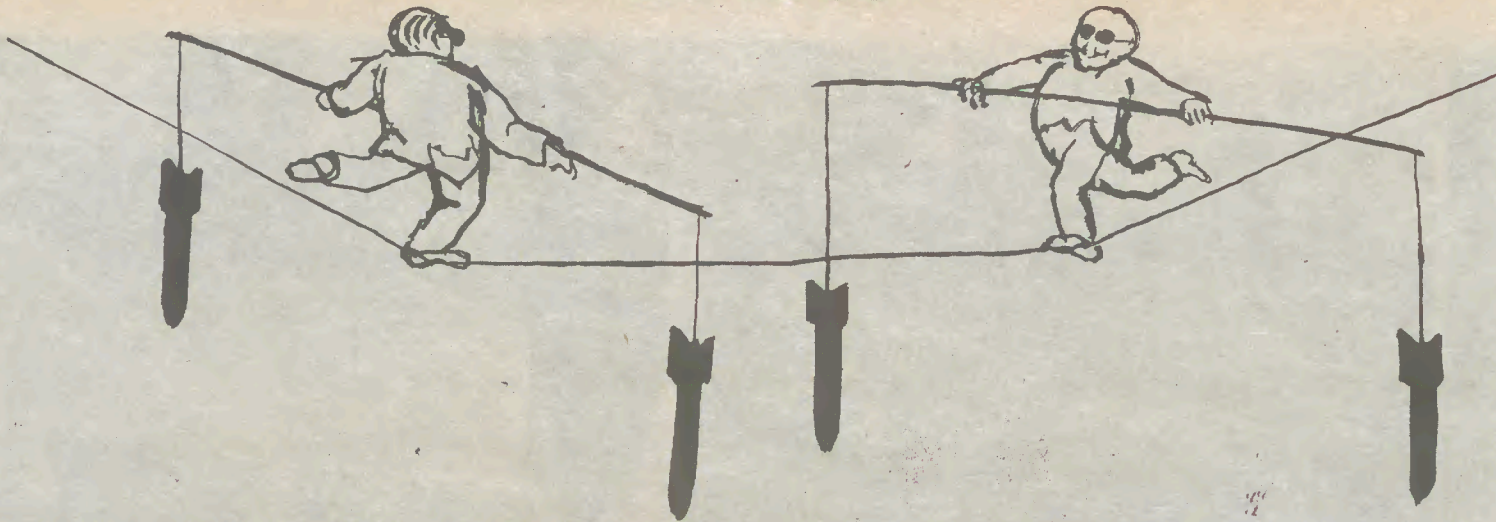
— continuar a realizar plenários nas empresas (anteontem Carvalho da Silva iria participar num plenário na Arco Têxteis, uma das maiores empresas do distrito do Porto);

— aumentar a sindicalização e reforçar a organização sindical (segundo Manuel Freitas, há empresas onde os índices de adesão à greve atinge quase cem por cento, mas onde não há delegados sindicais e onde a maioria dos trabalhadores não está sindicalizada).

Como garantia mais firme de que as 40 horas semanais serão conquistadas, a Fesete/CGTP reafirma a importância de «maior esclarecimento, maior confiança e maior unidade» dos trabalhadores.



EM FOCO



Pactos de irresponsabilidade

EM DEZEMBRO passado, na Cimeira realizada em Dublin, os Chefes de Estado e de Governo da União Europeia aprovaram um denominado Pacto de Estabilidade.

Se usarmos como medida as declarações públicas que sobre o assunto foram feitas pelo Primeiro-Ministro António Guterres e por outros membros do Governo, ou mesmo o realce que os analistas ou os acérrimos defensores da moeda única lhe prestaram em público, os portugueses ficarão certamente convencidos que aquele Pacto é nulo de significado para o seu futuro.

O silêncio sobre mais esta decisão tomada à margem do esclarecimento e da informação da opinião pública, do Povo, foi a nota dominante.

Em abono da verdade, quase se pode dizer que daqueles quadrantes políticos só o anterior Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, se permitiu publicamente lançar como que uma piada questionando "não sei se os senhores deputados já se deram conta do que isto representa" (cito de memória).

É evidente que os deputados e os dirigentes do PSD fizeram ouvidos de mercador, e os deputados e dirigentes do PS consideraram que o recado não era para eles, pois que se o eng. Guterres nada tinha dito sobre o assunto é porque dele nada haveria de relevante a dizer.

Mas a realidade é bem outra.

De facto, o dito pacto de estabilidade é mais uma grave decisão de profundas implicações e consequências para o futuro dos portugueses (como para o futuro de outros Povos europeus).

O pacto de estabilidade impõe a todos os Estados-membros participantes da terceira fase da União Económica e Monetária, participantes da moeda única, a obrigação de manter, como norma, saldos orçamentais equilibrados ou mesmo excedentários, isto é, impõe a norma da austeridade orçamental duradoura e permanente e prevê penalidades automáticas e draconianas para os participantes que não respeitarem os seus critérios, simultaneamente reduzindo (ainda mais) ou eliminando a margem de manobra dos países que, uma vez embarcados na moeda única, pudessem ser tentados a abrandar a austeridade orçamental.

Desde logo, a aprovação deste pacto foi mais um enorme passo na legitimação da lei do mais forte, do diktat da Alemanha sobre o futuro e a evolução da União Europeia. Parece que a França ainda terá terçado armas para evitar este resultado ou, pelo menos, para aligeirar/aliviar o seu conteúdo.

Mas o Governo do eng. Guterres, do que consta, nem isso. Todos sucumbiram ou aderiram alegremente à legitimação de quem põe e dispõe na União Europeia da moeda única é o chanceler alemão.

A proposta e a imposição pela Alemanha deste pacto tem à partida razões políticas internas da própria Alemanha. O Governo alemão exige garantias de estabilidade e sanções porque isso é politicamente necessário para ele: os eleitores alemães têm de ser convencidos de que o Euro será tão forte como o Marco, ou então poderão recusar a moeda única. E o sr. Helmut Kohl não esquece que em 1998 (ano em que serão definidos os países que participam na moeda única a partir do início do ano seguinte) haverá eleições gerais na Alemanha. Tal como sabe (embora os defensores da moeda única em Portugal sempre o escamoteiem) que será igualmente nessa altura que a Alemanha terá de decidir em definitivo se aceita ou não a moeda única. (Contrariamente ao que se passa em Portugal - em que o eng. Guterres como o dr. Cavaco Silva, o PS como o PSD, querem impor que a ratificação do Tratado de Maastricht em 1992 seja substitutiva da audição da vontade do Povo português sobre a adesão ou não à moeda única - na Alemanha aquela ratificação não elimina a necessidade de haver uma decisão autónoma sobre a moeda única.)

E se na origem do pacto estão razões políticas internas da Alemanha, é igualmente verdade que a sua aceitação pelos restantes Governos visa projectos políticos da maior importância para o nosso próprio futuro colectivo.

A União Económica e Monetária foi, desde o seu parto, um projecto essencialmente político, com enormes consequências no

domínio político como no económico e social, marcando uma direcção para a criação de uma Federação de Estados europeus. O pacto de estabilidade agora decidido, mais uma vez à margem da auscultação da vontade dos povos, se vier a concretizar-se será a confirmação "irreversível" da evolução da União Europeia para uma qualquer espécie de federalismo.

Com a aceitação do pacto de estabilidade, os Governos aceitaram que do centro supranacional Banco Central Europeu/Comissão

Europeia lhes sejam impostas fortes restrições às políticas nacionais fiscais e de despesas públicas. Mais. Esses Governos, entre os quais o do eng. Guterres e do PS, não apenas aceitaram ser restringidos nas suas opções e competências nacionais, como autorizaram que se violem as regras sejam punidos, bem como os cidadãos dos seus países (pois são estes que pagam todas as facturas, incluindo as eventuais penalizações) por entidades supranacionais.

Do que decorre, aliás, uma outra consequência política: o alargamento do chamado "défice democrático" que acompanha toda a UEM. Já decorria, expressamente, do Tratado de Maastricht que o Banco Central Europeu, que conduzirá a política monetária e cambial do EURO, será independente dos Governos, o que significa que a sua responsabilidade não poderá ser politicamente julgada pelos

eleitores, pelos cidadãos que sofrerão as consequências das suas opções e decisões. Agora, com o pacto de estabilidade, é a Comissão da União Europeia que é chamada a desempenhar um papel importante no processo de controlo e punição dos Estados-membros, uma Comissão não eleita democraticamente pelos Povos e que igualmente por estes não pode ser politicamente julgada. Ou seja, o "défice democrático" que já existe na União Europeia aumentará intoleravelmente com a moeda única e o pacto de estabilidade, com os Governos e os Parlamentos nacionais submetidos a um Banco Central Europeu onipotente e a uma Comissão igualmente intocável e politicamente irresponsável.

Não é legítimo que os Governos possam fazer tais opções, que os Governos possam hipotecar de tal forma e com tal profundidade os destinos das Nações, sem que elas sejam livres e conscientemente sufragadas pelos cidadãos.

Mas o pacto de estabilidade agrava, igualmente, as graves consequências económicas e sociais decorrentes da União Económica e Monetária de Maastricht.

O PCP sempre afirmou que, sendo certo que os custos para cumprir os critérios de Maastricht eram intoleravelmente pesados para a economia nacional e para o nível de vida dos trabalhadores portugueses, os principais custos económicos e sociais estariam para vir, quando e se entrássemos na aventura da moeda única.

Pelo contrário, ainda há poucos meses o Governo do PS afirmava que valeria a pena a austeridade subjacente ao Orçamento do Estado para 1997, porque o fundamental dos custos para a entrada no "primeiro pelotão" da moeda única já haviam sido suportados pelos portugueses. Deixando assim entender que, depois de pagar a jóia para entrar no "clube dos ricos", não haveria novos custos a pagar com a cotização diária e permanente a pagar, em termos económicos e sociais.

O pacto de estabilidade veio agora deixar tudo a claro, e negar as declarações do Governo do PS e dos defensores e fundamentalistas da moeda única.

Para entrar no "clube" o défice orçamental não pode ser superior a 3% do PIB. Mas para se manter no "clube" dirigido pela Alemanha, depois da entrada é exigida uma austeridade orçamental per-

manentemente mais apertada: os objectivos fixados são o de saldos orçamentais equilibrados ou excedentários em tempos "normais", para que possam ter défices até ao limite de 3% em anos excepcionais! Aquilo que agora, com os apertos e consequências económicas e sociais que conhecemos (em termos de crescimento económico, "flexibilidade" do mercado de trabalho, desemprego, salários, pensões e reformas...) é normal, passa no futuro a ser excepcional. Porque a norma será muito mais apertada, mais exigente, mais austera.

Mas o pacto de estabilidade não esquece que possa haver quem, depois, entenda poder furar as regras estabelecidas, e ultrapassar o défice orçamental de 3% do PIB. E estabelece a pena: nessas situações os Países "prevaricadores" serão penalizados, podendo a penalização (primeiro depósito obrigatório não remunerado, depois multa pura e simples) atingir 0,5% do PIB. O que para Portugal significa, em valor actual, qualquer coisa como 85 a 90 milhões de contos!!!

Excepto se a ultrapassagem do limite do défice seja devida a "circunstâncias inabituais fora do controlo do respectivo Estado-membro e tiver um impacto importante na situação financeira das Administrações Públicas ou quando resultar de uma grave recessão económica".

Mas o que quer isto significar? Sobre o que é "uma grave recessão económica" o pacto esclarece: "se se verificar uma

quebra anual do PIB real de pelo menos 2%".

Repare-se: nem o Governo de Cavaco Silva recusou, à posteriori embora, reconhecer que a recessão económica vivida em 1993 (quebra real do PIB de 1,2% segundo o BP) foi grave. E, nesse ano, o défice orçamental saltou dos 3,3 para os 7% do PIB.

Pois com as regras do pacto de estabilidade essa recessão não seria consi-

derada grave e, por consequência, a Comissão Europeia puniria Portugal em largas dezenas de milhões de contos. Para agravar ainda mais a situação...

Aliás, a lógica económico-social deste pacto de estabilidade que o Governo do PS abraçou sorridente e alegremente, é totalmente inaceitável: o défice orçamental não pode aumentar para, por exemplo, pagar mais subsídios de desemprego numa época de recessão decorrente da moeda única. Mas pode aumentar esse défice para pagar a multa imposta supranacionalmente por ter pago aqueles subsídios de desemprego...

O pacto de estabilidade, tal como União Monetária da moeda única, é politicamente intolerável, economicamente injustificável e socialmente irresponsável.

Exige-se travar urgentemente esta irresponsabilidade de contínuas fugas para a frente que têm vindo a ser protagonizadas, em Portugal como noutros países da UE, por Governos e Partidos socialistas marchando de mãos dadas com Governos e Partidos conservadores assumidos.

Impõe-se que estas opções e irresponsabilidades não possam amarrar definitivamente Portugal sem que os portugueses, devida e previamente informados, sobre elas se possam consciente e livremente pronunciar e decidir.

Um referendo em Portugal sobre a moeda única (e os respectivos atrelados como o pacto de estabilidade) tem de ser um facto politicamente incontornável.

E porque o Governo e o PS do eng. Guterres, tal como o PSD, antidemocraticamente o não querem, tal só será possível com a afirmação e exigência política claras do povo português, e em particular dos trabalhadores portugueses. Porque serão eles as principais vítimas da irresponsabilidade que neste campo vai grassando a nível governamental.



OCTÁVIO TEIXEIRA
Membro da Comissão Política

O pacto de estabilidade agrava, igualmente, as graves consequências económicas e sociais decorrentes da União Económica e Monetária de Maastricht.

Contar ovelhas dá milhões...

Nas últimas semanas, o País foi atravessado por uma intensa polémica com origem nas bandas do Partido Socialista opondo António Campos – que deu rosto a um processo envolvendo alguns sectores do PS – e o Ministro da Agricultura do seu próprio Governo.

Como é habitual neste tipo de polémicas, entre oficiais do mesmo ofício, isto é, neste caso, entre oficiais da mesma área ideológica, as divergências e designadamente a sua expressão mediática ficaram-se pelos aspectos superficiais e secundários passando ao lado das questões de fundo que a envolvem (e que o PCP levantou na audição parlamentar realizada).

E sobre as quais vale a pena reflectir, até porque confirmam o que há muito o PCP vem afirmando.

É uma evidência que uma parte desta polémica e a sua origem tem, além de inquestionáveis contornos e peculiaridades de ordem pessoal, muito a ver com lutas internas no Partido Socialista e no

tão que também inquieta certos sectores do próprio Partido Socialista.

Vejamos alguns exemplos:

O Governo do PS entregou um projecto, particularmente importante, de avaliação do II Quadro Comunitário de Apoio e das políticas agrícolas a seguir a uma equipa onde participa o professor universitário Francisco Avillez que é exactamente o mesmo que, com um outro universitário actualmente assessor do ministro Gomes da Silva, foi o responsável por estudos e análises prospectivas realizadas para os governos do PSD, nos tempos dos ministros Arlindo Cunha e Duarte Silva. Estou-me a lembrar, por exemplo, do livro intitulado «Dois Contributos para um Livro Branco sobre a Agricultura e o Meio Rural» editado com a chancela do MAP de Duarte Silva.

A gestão dos dois principais institutos financeiros para o apoio à agricultura, o IFADAP e o INGA, eram para ter sido entregues num caso, e efectivamente entregues, noutra, a altos quadros comunitários da plena confiança dos governos do PSD e da CAP. Estou-me a referir, respectivamente, aos eng. Sevinato Pinto e Cabral da Fonseca.

O Governo e o ministro da Agricultura mantêm em lugares de responsabilidade

os mesmos quadros que tinham as mesmas responsabilidades nos governos do PSD então é, porque, como o PCP tem insistentemente afirmado, as políticas são as mesmas.

Ao lado

E foram, precisamente, as políticas para a agricultura que, no essencial, passaram também ao lado desta polémica porque não é neste terreno que reside o essencial da divergência protagonizada por Campos e Gomes da Silva. É que o Governo do PS continua a aceitar pacificamente a actual Política Agrícola Comum, não a pondo em causa nem exigindo a sua reforma sabendo, como sabe, que se não houver uma reforma da PAC que respeite a diversidade das agriculturas europeias e tenha em conta os interesses das agriculturas menos desenvolvidas como a portuguesa e, em particular, a agricultura familiar e cooperativas, a agricultura e o mundo rural português têm o futuro claramente ainda mais comprometido. O exemplo recente dos cereais e da penalização aos agricultores portugueses por terem aumentado um pouco as produtividades está aí a demonstrá-lo.

No plano nacional, os regulamentos que afastam mais de metade dos agricultores portugueses dos apoios à agricultura e que fazem com que 90% dos subsídios vão parar aos bolsos de 10% dos agricultores não foram alterados. Bem pelo contrário. As orientações inscritas no Programa do Governo PS e nas Grandes Opções do Plano para 1997 traduzem uma ainda maior selectividade social no acesso aos sistemas de apoio privilegiando-se a chamada agricultura competitiva e marginalizando-se a pequena agricultura.

Continua a não haver orientações produtivas claras para os agricultores. A única medida tomada pelo Governo do PS foi alterar as prioridades para o apoio ao investimento no âmbito do PAMAF de que excluiu, aliás e espantosamente, o leite e os lacticínios.

O esforço nacional público para o investimento na agricultura continua a decer significativamente. No Orçamento de Estado para 1997, o esforço do Estado português diminuiu para cerca de 16% do total das verbas para o sector enquanto em contrapartida se exige dos agricultores que aumentem o seu esforço de financiamento traduzido num aumento das receitas próprias do Ministério da Agricultura resultante do pagamento de taxas de 19,3% para 37%.

Por outro lado, o Governo PS prossegue a mesma linha do governo do PSD ao favorecer escandalosamente os grandes proprietários latifundiários com mais 60 milhões de contos a pretexto de «indenizações» (com juros) pelo processo da Reforma Agrária.

Aqui ficam alguns exemplos de questões centrais arredadas da polémica porque, em relação a elas, não há seguramente divergências profundas entre eurodeputados, deputados históricos, independentes e *tutti quanti* povoa a família «socialista», sem prejuízo de se reconhecer que há, nesse universo, óbvias sensibilidades e preocupações diversas algumas das quais mais próximas de algumas das críticas desde sempre formuladas pelo PCP.

Suspeições

Outra das questões suscitadas pela polémica tem a ver com o desmantelamento das estruturas do Estado e, neste caso, do Ministério da Agricultura e a entrega das respectivas funções a empresas privadas. O que arrasta também o problema da utilização dos dinheiros públicos. Esta «privatização» de funções que compete ser assegurada pelos serviços públicos é uma das questões mais sérias decorrentes deste processo que agora veio a público. Não se trata somente no caso (e já era só por si importante) de acções de controlo de dinheiros públicos da responsabilidade do ministro da Agricultura serem entregues a uma empresa onde o filho tem interesses directos. É verdade que é uma quota de 5%, e que do ponto de vista jurídico António Campos não conseguiu demonstrar a ilegalidade de que acusou o ministro do seu Governo. Contudo também aqui se aplica aquele velho ditado «à mulher de César não basta sê-lo... tem de parecê-lo». E a verdade é que pairará sempre a suspeição de que a decisão do júri pode ser influenciada por tal facto ou de que os critérios de adjudicação e a ponderação de cada um estão elaborados de forma a que o resultado final conduza inevitavelmente a uma determinada empresa ou empresas.

Mas a questão central é a do desmantelamento dos serviços públicos que conduz a que fiquem na prateleira e nos quadros de excedentes milhares de funcionários até com preparação técnica de base (como, por exemplo, muitos dos trabalhadores do IROMA), é o de se afirmar que não há disponibilidades orçamentais para reforçar os apoios aos agricultores e à agricultura mas, simultaneamente, contratam-se empresas privadas a quem se paga centenas de milhares de contos por acções que o Estado poderia fazer por um custo muitas vezes inferior.

É que, neste caso concreto, o Governo adjudicou a duas empresas pelo valor total de cerca de 336 mil contos o controlo físico de cerca de 16 000 ovinos e bovinos, o que dá – e segurem-se os leitores do «Avante!» – qualquer coisa como 21 000\$00 por unidade contada. Isto é, custa mais contar uma ovelha do que o preço dela e muito mais do que aquilo que o agricultor recebe de subsídio (que é cerca de 4900\$00 por ovino). Seguramente que não se trata de ovelhas mas de bezerras de ouro!!!

Ao pé destas questões, o episódio do fax em que o secretário de Estado da Agricultura Capoulas Santos dá explicações ao seu camarada eurodeputado e se distancia do ministro é um *fait-divers*. Mas ilustra bem a solidariedade e a lealdade que reina no interior do Governo PS.

PS – Não sei se repararam uma pequena notícia divulgada no último fim-de-semana. O fabricante italiano dos Ferrari destinou dois modelos do mais recente modelo, o F-550, que custa cerca de 90 mil contos, o modelo mais caro no mercado automóvel, ao mercado português. E já estão vendidos, sendo que um deles vai para a zona do Vale do Ave destinado ao patrão da Riopele, colecionador de Ferraris e que já possui seis modelos anteriores. O mesmo patrão da Riopele que anunciou recentemente um despedimento de dezenas de trabalhadores, logo após ter recebido um apoio de milhares de contos do Governo, por causa de alegadas dificuldades económicas na empresa. Sem comentários!



■ Lino de Carvalho



seu Governo pela ocupação de lugares do aparelho de Estado. Questão que não pode ser iludida, até porque arrasta uma outra. Para o PS, trata-se de questionar a presença de «independentes» no seu Governo e a sua nomeação para altos cargos de Administração Pública, em vez de militantes do PS. Para mim, trata-se da perplexidade causada pelo facto de em funções de responsabilidade em várias áreas do Governo, no caso do Ministério da Agricultura, se manterem, terem sido nomeados ou indigitados «independentes» (ou não «independentes») responsáveis pela política agrícola do Governo do PSD que era suposto ser alterada com a mudança do Governo. E em abono da verdade quero crer que esta é uma ques-

quadros que nos governos do PSD foram responsáveis, nessas mesmas funções, por graves irregularidades, fraudes e utilização do património público para os seus negócios e enriquecimento pessoal, como o PCP oportunamente denunciou, inclusivamente com uma proposta de inquérito parlamentar (chumbada então pelo PSD) e, entretanto, alvo de processos-crime em instrução na Polícia Judiciária. Estou a pensar, por exemplo, nos serviços florestais do Ministério da Agricultura em Trás-os-Montes.

É evidente que se o Governo e o ministro da Agricultura mantêm em funções estratégias responsáveis por reflexões e propostas de orientação para o futuro da agricultura e pela sua execução no terreno

Ensino em debate

Professores e estudantes criticam ministro

Muita teoria mas pouca realização

Depoimento de Cunha Serra

O Ministro da Educação apresentou, a semana passada, em conferência de imprensa, um balanço de actividade e algumas medidas para as diferentes áreas de ensino, com destaque para um documento de orientações para o ensino superior. Balanço e opções que entretanto registaram diversas apreciações e críticas de estudantes e professores. Em causa estão - tanto as dúvidas sobre a concretização de "boas palavras" como a recusa de orientações que apontam para a privatização do ensino superior e, uma vez mais, para o pagamento de propinas. A propósito das declarações feitas por Marçal Grilo, o «Avante!» foi ouvir a opinião de João Cunha Serra, do Secretariado Nacional da FENPROF. Apreciando as opções enunciadas, João Cunha Serra fez o depoimento que transcrevemos.

O meu primeiro comentário seria que isto é muita parra e pouca uva. O ministro provavelmente quis fazer o ponto da situação, acusado como estava de não ter estratégia.

Mas a realidade concreta é que, tudo espremido, não disse grande coisa. Em particular as coisas mais importantes estão por fazer.

Quando se fala aqui em bolsas, em Acção Social Escolar, no apoio à inserção na vida activa - é um repertório de intenções. Mas o que importa é em que medida a prática vai corresponder a estas intenções.

Um outro problema - a questão da avaliação. É uma coisa que vai a passo de caracol ao nível da universidade, praticamente não avançou ao nível dos politécnicos. E no privado, onde a situação exigiria uma rapidez enorme do processo de avaliação, de separação do trigo do joio, não se faz nada. Há uma comissão nomeada pelo ministro - para pensar novamente no estatuto do particular e cooperativo - mas aparentemente, sempre que muda o ministro muda o estatuto.

Mas a realidade concreta não muda. E, portanto, o ensino superior particular e cooperativo continua - em média - de muito baixa qualidade. Não se resolve o problema do cumprimento das exigências de qualidade. Não se resolve, em particular, o problema do respectivo corpo docente - continua a ser baseado na canibalização dos docentes do ensino superior público.

Isto é indispensável que seja alterado - e não se vê. Há muita conversa mas pouca concretização.

Outra coisa preocupante neste documento é a persistência na questão das propinas. E embora se diga que o financiamento do ensino superior se subordina ao princípio, indeclinável da responsabilidade financeira do Estado, na prática, o que se pretende é ir buscar o dinheiro às famílias dos alunos.

Não há aqui nenhum compromisso claro e vai-se sobre-carregar as famílias dos estudantes - que já hoje estão bastante sobrecarregadas com os custos do ensino superior, que não se limitam aos custos das propinas. Há os custos de frequência que são, obviamente, bastante elevados.

Quando aqui se fala que é objectivo do governo - como está aliás no seu programa - acabar progressivamente com o *numerus clausus* no ensino superior, é lícito duvidar se isso é uma posição sincera, se é real-

mente para cumprir. Basta ver que o subsecretário de Estado, ainda há pouco tempo, vinha a dizer que o número de vagas no ensino superior público ia aumentar para o ano em 7%. E que no privado ia aumentar 9%.

Portanto, o que parece decorrer daqui, é que a ideia de acabar com o *numerus clausus* no ensino superior é abrangendo também o ensino superior privado. Contam com as vagas do privado para depois vir dizer que estão em vias de acabar com o *numerus clausus* no acesso ao ensino superior.

Privatização?

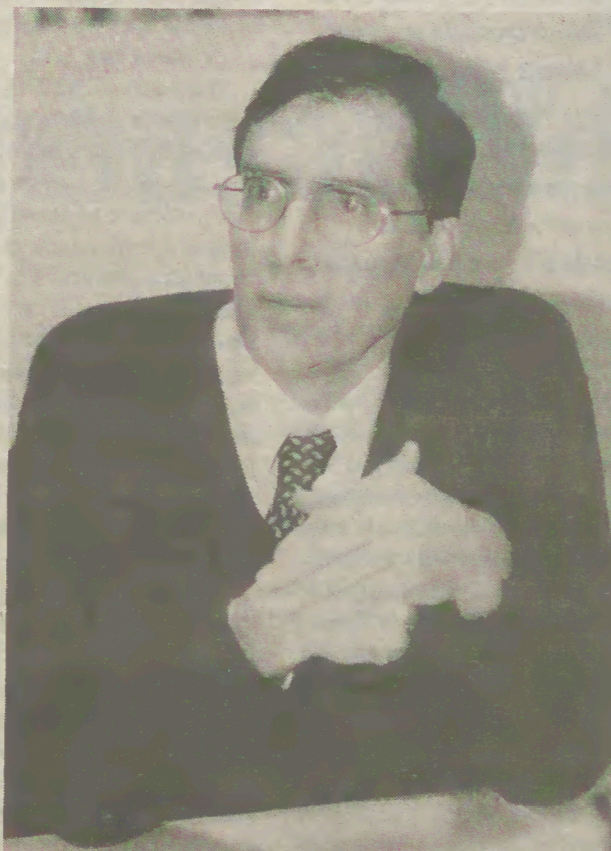
Há várias vias de apoiar o privado - pelo apoio ao financiamento, através dos programas comunitários.

O Ministério da Educação está claramente na via da privatização do ensino superior - que assume uma expressão, aqui no nosso país, que não se compara com os outros países da Europa. Aqui, neste momento, já o privado ultrapassou o público em matéria de vagas, de entradas. Não em número de alunos - ainda não tiveram o número de anos suficiente - mas em número de entradas já ultrapassou.

Em relação ao privado, há uma coisa que nos preocupa muito - que é a questão da regulamentação do trabalho docente, em termos de carreira, em termos de contratação colectiva. No privado, às vezes, nem o regime geral de trabalho é aplicado. Procuram-se usar os docentes como mão-de-obra precária.

E neste documento não há uma única referência a isso. E é um problema grave.

Quanto à questão das alterações à Lei de Bases, o governo reafirma as suas posições. Com a novidade de apresentar aqui aquilo a que chamamos sistema de acreditação dos cursos de formação de professores, a ideia de criar uma instituição capaz de acreditar os cursos de formação para a docência. Que de facto em muitos casos estão desacreditados. É que há coisas inacreditáveis que se passam ao nível da formação de professores, em particular no campo do privado. Simultaneamente, surgem a concorrer para os mesmos lugares de professores do ensino básico e secundário, pessoas com diversas formações, com classificações que não são referidas e depois levam à seriação dos docentes. É uma situação que não pode continuar e o governo avança aqui com esta ideia - que não sei se será suficiente: propõe-se criar uma insti-



«Sempre que muda o ministro, muda o estatuto» do ensino particular e cooperativo, diz João Cunha Serra, da Direcção da FENPROF

tução, num futuro próximo - nem sequer está aqui nenhum horizonte claro, não estão definidos prazos.

De facto, isto é uma necessidade - não sei se não estará aqui só para calar a boca à contestação que tem havido à Lei de Bases e às dúvidas que têm surgido relativamente às capacidades de algumas instituições - nomeadamente as ESEs - de formar docentes para o 3º ciclo do ensino básico.

É claro que há uma coisa que é positiva - que é definir-se o nível de licenciatura como exigência a todos os docentes - do pré-escolar ao básico e secundário. Isso é uma reivindicação antiga da Fenprof. Esse reconhecimento não estava feito naquelas alterações propostas à Lei de Bases por parte do Ministério - está agora feito e achamos bastante importante. Mas isso não chega. É preciso verificar, discutir com todos os interessados, a questão das exigências de formação. Em particular a questão dos estágios, integração profissional. Não basta dizer - vai ser tudo licenciado. É necessário que os cursos tenham a qualidade e a pertinência adequada para o ensino.

Nós achamos que deve ser aberto um largo debate sobre esta matéria. Há aqui problemas ligados com o equilíbrio que tem que existir, numa formação deste tipo, entre a componente das ciências de educação e a componente da ciência específica. E esse equilíbrio tem que ser alcançado, sob pena de se formarem pessoas que poderão saber ensi-

prof também tem tomado posição.

E as carreiras?

Há aqui uma questão que nos toca em particular - aos sindicatos do ensino superior - a questão da carreira - e também aparece aqui um ponto sobre isso.

E a primeira coisa que achamos curioso é que o governo - que sempre tem fugido e nunca tinha colocado estes objectivos para a revisão do estatuto de carreira com esta clareza, ainda que nos pareça que não está ainda suficientemente claro - choca-nos bastante que aqui apareça com um ar definitivo, quando ainda estamos a negociar, e por outro lado, diga assim aqui no fim que isto é uma matéria que está em ampla discussão - com o Conselho de Reitores, com o Conselho Coordenador, bem como com as organizações sindicais de professores.

O que nós estamos a fazer é uma negociação - não é uma discussão. E os primeiros interessados somos nós - nós, os docentes do ensino superior, é que somos os protagonistas fundamentais - nós e o governo. O Conselho de Reitores e o Conselho Coordenador obviamente devem ser ouvidos mas com quem se negocia é conosco.

Há aqui a ideia de desvalorizar essa negociação, da parte do Ministério - que é uma coisa que não nos agrada de modo nenhum.

Aparece aqui depois a célebre crítica aos cursos - à forma como têm vindo a ser criados cursos do ensino superior, que são bastante de banda estreita - o que não é desejável. Deve-se evitar a especialização precoce. Nós aí estamos de acordo. Agora, o que é que o governo faz para isso, não fica claro. Não aparece nada de concreto. Eu compreendo - há uma razão para não aparecer coisas muito concretas, visto que a questão de cursos é da autonomia das instituições. No entanto, através do financiamento, o governo tem controlado bastante essa actividade.

Quando falam aqui no aprofundamento, clarificação e responsabilização da autonomia - nós estamos de acordo. O que é, também, é que não se tem visto grande coisa sobre isso. Vamos ver.

No funcionamento da autonomia, em particular, existe a tendência para criar - criaram-se ao longo de muitos anos muitas instituições particulares sem fins lucrativos, para poder ter liberdade de acção - que não era possível ter dentro da autonomia. E essa é uma situação indesejável, porque cria uma confusão de instituições nas escolas, nas universidades. Assim, a ideia da flexibilização parece uma ideia correcta. Só que de facto, aqui não diz praticamente nada sobre essa matéria. Prevê-se que seja uma coisa que vai até Setembro de 97 - suponho que estará a ser negociado com o Conselho de Reitores.

Há ainda a questão da modificação do acesso ao ensino superior, que também é muito importante.

Nesta ideia do aumento da autonomia aparece aqui um ponto que diz respeito à modificação do sistema de acesso ao ensino superior. Considera-se que a existência de exames nacionais de 12º ano permite simplificar sistemas de acesso devolvendo às instituições do ensino superior, no quadro da respectiva autonomia, a competência para seleccionar os seus estudantes.

Esta ideia - que é de facto uma ideia muito cara às instituições do ensino superior, que acham que deviam ser elas a seleccionar os seus estudantes - tem bastantes problemas. Porque, dada a enorme dispersão de instituições que existe ao nível do nosso país, torna-se muito complicado, sem prejuízo para o estudante, passar essa responsabilidade inteiramente para as instituições. Pois, às tantas, o estudante tem de andar aí a passear, de escola para escola, para fazer os exames. E depois, como não tem garantia de que entra naquela área, terá que experimentar várias áreas, em várias escolas - é uma confusão muito grande.

A alteração à Lei de Bases do sistema educativo não garante nada. Tem que ver com a regulamentação que se faz posteriormente e, sobre isso, nada é dito. Muita conversa, mas nada de concreto.



Passar das boas palavras a uma boa prática

«Urge passar das boas palavras e das boas intenções a uma boa prática», afirma a Federação Nacional dos Professores, em comunicado de imprensa sobre a divulgação, pelo Ministério da Educação, de medidas relativas a vários graus de ensino.

A Fenprof destaca a aceitação, por parte do ME, de «que a licenciatura seja o grau académico necessário para o ingresso na docência, medida pela qual a Fenprof vinha lutando há vários anos» e considera que «a concretização desta medida contribuirá necessariamente para o aumento da qualidade dos processos de aprendizagem e poderá criar condições para que a docência do 1º Ciclo possa aparecer como uma primeira escolha para os jovens».

Ainda no que se refere ao 1º Ciclo, a Fenprof «considera positivo que estas escolas venham a ser abrangidas por um modelo de

gestão e administração que se espera democrático, participado e propiciador de autonomia profissional», mas sublinha que o ME «ainda não apresentou qualquer modelo para a gestão das escolas».

As medidas anunciadas para o pré-escolar merecem, genericamente, a concordância da Fenprof que, por outro lado, questiona «a legitimidade da aplicação de dinheiros públicos para financiar a iniciativa privada» e reafirma a necessidade de controlo pedagógico e sobre a aplicação de subsídios, garantindo-se ainda que o Estatuto da Carreira Docente seja aplicado a todos os educadores.

No que respeita ao ensino secundário, a Federação Nacional dos Professores comenta que «o texto divulgado pelo ME não passa de um conjunto de intenções. Só o modo como estas vierem a concretizar-se permitirá ajuizar do seu efectivo valor».

Propinas

Um imposto sobre a educação

«Vamos empenhar-nos activamente, através das formas mais adequadas, na oposição à taxa única e na defesa de um ensino superior público, gratuito e de qualidade», afirma a Organização do Ensino Superior de Évora da JCP, em comentário à Declaração do Ministro da Educação sobre política educativa.

Os jovens comunistas afirmam que «o ano de 1996, mostrou-se como um ano negro, para o ensino superior, pois além dos crónicos problemas que subsistem, a proposta de alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e a substituição do diálogo pelo monólogo, contribuíram para o agudizar dos problemas que os jovens enfrentam, e que o governo tarda em resolver».

A Organização do Ensino Superior de Évora da JCP considera as afirmações de Marçal Grilo «como uma prova clara de que o PS está empenhado em implementar uma política neoliberal para o superior» e sublinha que, «ao defender que parte do financiamento do ensino superior vai ser suportado pelos estudantes,

vai claramente contra os interesses dos estudantes e dos jovens em geral».

Uma opção que «constitui mais um passo na educação para alguns e não na educação para todos».

A taxa única, referida por Marçal Grilo, mais não é, segundo os jovens comunistas, que um «imposto selectivo sobre a educação» e põe em causa «o princípio da equidade entre todos os cidadãos e a igualdade de direitos e oportunidades».

Isto porque «nomeadamente os trabalhadores por conta de outrem, que pagam os seus impostos, vão ser confrontados com mais um novo imposto, no caso de quererem que os seus filhos tenham acesso à universidade».

«O financiamento do ensino superior não pode passar pelos estudantes, mas sim pelo Estado - defende a JCP de Évora. Porque, assim, a educação deixa de ser um direito, mas passa a ser um serviço a que nem todos os jovens têm acesso.»



Fábricas e operários - uma eterna questão

Salvem a fábrica de Halewood!

■ Manoel de Lencastre

O capitalismo não está aí para salvar fábricas. O destino da Halewood, em Merseyside (Liverpool), onde se produzem os Ford «Escort», está em perigo porque o novo modelo daquele tipo de carros será fabricado na Alemanha e em Espanha (tudo uma questão de custos...) e Halewood, a famosa Halewood, encerrará.

Isto vai acontecer numa zona de profunda crise social, em Liverpool, onde apenas 25% das pessoas têm trabalho e tudo o resto... A miséria alarga-se, infiltra-se na existência do povo e do próprio ambiente da cidade. A chuva não cessa. Em certas paragens de autocarro, homens em desespero discutem com outros homens e com mulheres. Criam-se conflitos desnecessários. A polícia ri. Passa, em automóveis velozes, e desaparece. Operários desorientados não põem em perigo o papel e a estrutura do Estado. Se os amigos e as amigas que nos lêem viessem a Liverpool... Entretanto, existem diversas maneiras de pôr fim às fábricas.

Tema de ficção

A questão do encerramento de fábricas causa-nos particular emoção. Estamos a traduzir neste momento um romance de autor português, mal conhecido, mas que editores internacionais estão preparados para pagar a peso de ouro. Nesse romance, a fábrica «Lusófila», situada entre Setúbal e Alcácer, foi mandada fechar a cadeado porque o respectivo director, Aníbal Figueiras, tinha resolvido reabrir a cantina para que as operárias pudessem aquecer a sopa que traziam de casa. O despedimento de Figueiras foi formalizado por um administrador ido a toda a pressa de Lisboa. Aconselhado pelo guarda-livros, que era informador da Pide-DGS, mandou chamar a Guarda Republicana e a polícia. O capitão da Guarda, ao ver chegarem os pides, disse que o seu serviço não era aquele e mandou formar o pelotão, que comandava, para regressar a Setúbal. A Pide, entretanto, fez o seu trabalho. A greve das operárias da «Lusófila» (cerca de oitocentas mulheres) era sólida. Mas eles só queriam as comunistas. O guarda-livros, célere, apontou-as: «Aquele! Aquela! Aquela!» No fim, Lúcia e Joselina, heróicas militantes e defensoras dos interesses da classe trabalhadora, foram sofrer sevícias monstruosas nos calabouços e mandaram-nas, depois, apodrecer ao longo de uma crimonosa sentença judicial. Eram flores de raiz portuguesa que mal despontavam para a vida. Foram tratadas a veneno. O director da fábrica teve de fugir para o estrangeiro. Maria Inês, funcionária do PCP, desapareceu. João da Silva, controlador do trabalho partidário na «Lusófila», avisado no momento derradeiro, atravessou a fronteira na zona de Campo Maior. A «Lusófila» fechou. Os seus proprietários, um grupo bancário, continuaram a prosperar. O advogado e administrador, Augusto Portas, «entrou, mais tarde, para a democracia». E o guarda-livros, roído pelo ódio às trabalhadoras, viu realizada a sua glória.

Realidade

A fábrica de Halewood, que em tempos empregou 14 000 operários, fechará dentro de três anos mas, para já, serão 1500, num efectivo de 4500, aqueles que perderão os seus empregos. Os «Ford Escort» têm sido produzidos em Halewood há quase 30 anos mas, como atrás se disse, vão passar a ser fabricados noutros países. Note-se que nos últimos anos a indústria automóvel britânica perdeu, só na região do Noroeste, cerca de 180 000 postos de trabalho. Há dias, o negociador principal do sindicato «Transport & General Workers Union» disse: «Não faz sentido, económico ou político, o encerramento da fábrica de Halewood.» E acrescentou: «Se a Ford decidir acabar com esta fábrica, o pessoal das restantes, principalmente em Bridgend e Swansea, no

País de Gales, sentirá que também o seu futuro corre perigo. E a própria fábrica gigante, em Dezembro (Essex), poderá ver os seus programas de trabalho profundamente alterados.»

Só no ano passado, a Ford vendeu mais de 129 000 «Escorts» na Grã-Bretanha. Trata-se de um modelo de carro que tem grande popularidade neste país. Entretanto, parece que, segundo os números da empresa-mãe, a Ford americana, em Detroit, será mais lucrativo passar a fabricar em Valência e em Saarlouis e transformar a Ford britânica, talvez com excepção de Dagenham, numa simples empresa importadora.

A incerteza é enorme, no mercado. O presidente da Ford, Alec Trotman, e o chefe das operações para o sector europeu, Jac Nasser, informaram que a empresa carece de realizar profundas economias. David Gorman, chefe do departamento industrial para a Europa, manifestou-se favorável a discutir a situação de Halewood com Tony Woodley, negociador sindical. Mas avisou que a razão das medidas que a Ford está a planear tem origem no facto de que os seus lucros (269 milhões de libras no primeiro semestre de 1996 - 70 milhões de contos) se haviam transformado em perdas de 472 milhões (123 milhões) só no terceiro trimestre. Tony Woodley, entretanto, afirmou: «Se a Ford decidir entrar no campo da loucura e fechar Halewood terá de sofrer as consequências de uma greve à escala de toda a Grã-Bretanha.»

Automóveis, essa tirania

A indústria automóvel tem 100 anos. A sua importância não pode ser diminuída. Oferece trabalho a milhões de pessoas e fabrica produtos essenciais na vida do nosso tempo. Mas os efeitos da comercialização em massa, os excessos de produção, a subjugação das empresas produtoras às chamadas leis do mercado, fizeram do automóvel, a maravilha que nos entusiasma e nos ajuda, uma tirania. Observar as ruas das grandes cidades absolutamente obstruídas por filas de automóveis alinhados sobre os passeios - eis um espectáculo triste. E ver as intermináveis armadas de pequenas viaturas que demandam todas as manhã o centro

do Automóvel Britânico». Tudo começou com as iniciativas de um homem de reputação duvidosa, Harry J. Lawson, que lançou a «Daimler», a 14 de Janeiro de 1896. Terminou na falência. Mas a indústria automóvel britânica tinha uma longa estrada na sua frente. Eis a lista dos seus 20 melhores carros: 1. Mini; 2. Morris Minor; 3. Austin Seven; 4. Land Rover; 5. Rolls-Royce Silver Ghost; 6. Bentley 3 litre; 7. Aston Martin DB5; 8. Jaguar E-type; 9. MGB (mais conhecido como, simplesmente, MG); 10. Jaguar XK 120; 11. Rover P6; 12. Triumph-Herald; 13. Hillman Minx (modelo de antes da guerra); 14. Ford Model Y; 15. Vauxhall «Prince Henry»; 16. Standard Vanguard; 17. Austin-Healey 3000; 18. MG TC; 19. McClaren FI; 20. Jowett Javelin. E a dos piores: 1. Sunbeam Mabley; 2. Austin Allegro; 3. Vanden Plas 4 litre R; 4. Austin Mavi; 5. Hillman Imp; 6. Reliant Sabre; 7. Bond 875; 8. Singer Airstream; 9. Lea Francis Lynx; 10. Morris Ital; 11. Rodley; 12. Mini Clubman; 13. Hillman Husky; 14. Raport Ritz; 15. Vauxhall Victor F-type; 16. Burney Streamline; 17. Gordon; 18. Trojan; 19. Austin Gypsy; 20. Dutton Sierra.

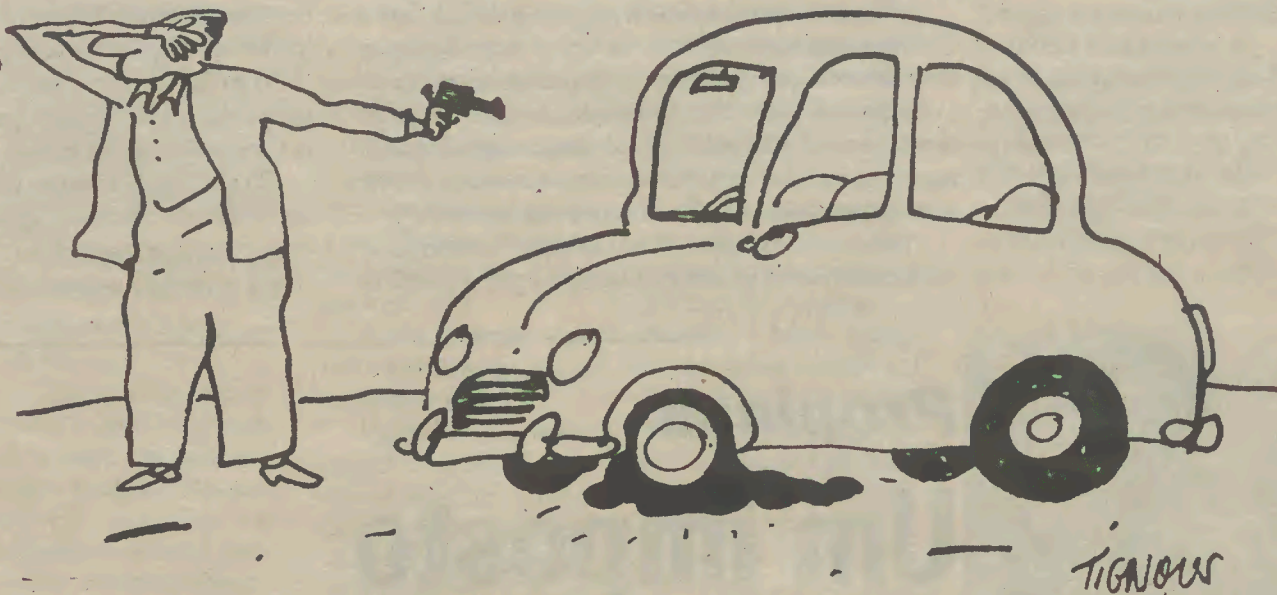
Um inacreditável fim

Muitas destas marcas não são conhecidas porque não conseguiram ganhar acesso ao mercado de exportação. Mas todas representaram um assinalável esforço, talvez selvagem, porque a indústria nunca foi planificada. Os homens de negócios que a compunham, além de produzirem carros de grande êxito no mercado e de real valor como máquinas, também fabricavam pequenos monstros sem qualidade e, conseqüentemente, sem possibilidade de venda. Neste caso, as vítimas imediatas e naturais eram os operários a quem se oferecia... o despedimento.

Mais tarde, a criação da BMC (British Motor Corporation) e a integração desta na British Leyland levaram ao aparecimento de organizações gigantescas onde se tornava impossível planear, administrar, sobreviver. A chegada dos conservadores ao governo, em 1979, e a prática das medidas de terra queimada industrial preconizadas por Margaret Thatcher, conduziram rapidamente ao desmantelamento de toda a indústria automóvel e, depois, ao seu desaparecimento. Hoje, as principais fábricas ainda existentes

são americanas (Ford e GM), alemãs (BMW) e japoneses (Nissan e Toyota). E as forças reaccionárias, que não têm pátria nem amor ao seu país, conseguiram, finalmente, o objectivo que desde sempre perseguiram - a liberdade, a liberdade que Margaret Thes ofereceu. Uma liberdade diferente, como é natural, daquela que os trabalhadores e os democratas veneram. A liberdade dos capitalistas é também difícil mas é muito menos complexa - tudo o que pretendem é poder desinvestir, fugir com o capital para terras onde ele possa multiplicar-se rapidamente, os custos sejam mínimos e as obrigações para com os trabalhadores, reduzidas ou não-existent.

Temos, assim, que a indústria automóvel britânica deixou de existir. Hoje, eliminados os controlos cambiais e liberta a exportação de capitais, desregulamentados os mercados financeiros que operam na City, o governo britânico abandonou todas as hipóteses de emprego total no país. Thatcher e Major criaram uma reserva enorme de mão-de-obra sem trabalho e destruíram, em grande parte, a capacidade de luta dos sindicatos. O desemprego em massa tornou-se numa importante arma política do Estado. Para alimentar a ilusão de que se preocupava com o desemprego, o governo facilitou a entrada na Grã-Bretanha (custos de instalação pagos) de todas as transnacionais que estivessem interessadas em fazê-lo. Trabalha-se, actualmente, neste país, sob contratos verbais precários, à hora, ao dia, à semana, à tarefa - a Inglaterra transformou-se, verdadeiramente, num país de «journeymen» e tarefeiros. O nome de todo o jogo é flexibilidade - uma palavra agradável de ouvir. Quem não quiser ser flexível, não trabalha. E quem não trabalha, não come. A exclusão reina. O capitalismo dá ordens. Mas só provisoriamente.



de cada grande capital, não deixa de fazer pensar. Há muito de errado em tudo isto. Entretanto, as fábricas prosseguem a sua luta interminável por uma ilusória supremacia no mercado. O homem ocidental (e não só...) vive atormentado no meio da sua estranha e alucinante aventura com os automóveis.

Vão fechar Halewood? O que aconteceu, porém, à grande fábrica de Linwood que o príncipe de Edimburgo inaugurou em Maio de 1963? Pertencia ao antigo grupo Rootes e começou por fabricar os «Hillman Imp» que se anunciava como a resposta ao célebre Mini. Fechou em Fevereiro de 1981, lançando no desemprego nada menos de 4800 operários. Linwood tinha sido uma aventura. Mas viveu períodos de inovação e glória, particularmente quando lançou o Hunter para concorrer directamente com os Cortinas, da Ford. Das fábricas escocesas de Linwood, saíram, também, os Avenger, os Alpine, os Sunbeam. Mais tarde, tanto o referido Grupo Rootes como a Simca (francesa) foram absorvidos pela Chrysler. E esta não tem vivido em total desafogo. As suas crises quase fatais, têm sido numerosas.

Poderíamos dar aos nossos leitores do «Avante!» alguns apontamentos a que daríamos talvez o nome de «História Secre-

EM FOCO

Vidreiros da Marinha Grande comemoraram o 18 de Janeiro

Um feito operário com valor actual

As comemorações do 63º aniversário do Movimento de 18 de Janeiro, promovidas no passado fim-de-semana, na Marinha Grande, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, mereceram ampla adesão, expressa até no facto de as inscrições para o jantar-convívio terem sido encerradas na antevéspera, por já estar esgotada a lotação da colectividade da Ordem. Ao prestarem homenagem aos participantes na revolta de 1934, os dirigentes sindicais salientaram a importância que o 18 de Janeiro teve na luta contra a fascização dos sindicatos e pela melhoria de condições de vida dos trabalhadores, mas chamaram também a atenção para aspectos que mantêm particular actualidade no presente.

As comemorações iniciaram-se no cemitério de Casal Galego, sábado de manhã, com a deposição de flores na campa de Manuel Baridó, recentemente falecido. Aqui interveio Miguel Patrício, o mais jovem elemento da direcção do Sindicato Vidreiro, para quem «os ensinamentos que nos deixaram esses homens lutadores de 1934 foram sendo transmitidos através de várias gerações sucessivas, mantendo-se hoje vivos entre nós». Notando que «muitos jovens de hoje estão cada vez mais empenhados na defesa dos grandes e nobres valores do sindicalismo, engrossando as fileiras daqueles que se empenham na construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais solidária», lembrou que a «época diferente» que hoje se vive «deve-se, sem dúvida, à luta desenvolvida por todos aqueles que, como os que hoje homenageamos, não deram tréguas ao regime tirano de Salazar e Caetano, que teve o seu fim na madrugada gloriosa do 25 de Abril de 1974».

O jovem dirigente do STIV salientou que «os homens do 18 de Janeiro de 1934 não lutaram apenas contra a fascização dos sindicatos», como também «para que o povo deste País tivesse uma vida digna, em função da riqueza produzida por quem trabalha». Contudo, «à medida que nos aproximamos do século XXI, vemos os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, vemos o número de despedidos aumentando assustadoramente», o agravamento da precariedade de emprego, a aprovação de legislação que pretende «retirar direitos, regalias e conquistas há muito adquiridas pelos trabalhadores».

Nestas condições, «os trabalhadores têm que continuar a sua luta» e na Marinha Grande «têm dado provas da sua firmeza», «legada pelos valorosos obreiros do 18 de Janeiro».

Difícil de digerir...

«Estamos a comemorar um feito que emergiu da classe operária, que foi por ela participado e constitui o mais importante facto da história laboral dos trabalhadores e do povo marinhense», afirmou o coordenador da zona Centro do STIV. Durval Gaspar protestou porque «esta realidade foi e continua a ser, 63 anos após aqueles acontecimentos, muito difícil de digerir por alguns estratos da nossa comunidade local e até nacional que, pela sua postura, tentam por vezes denegrir a nobreza de tão grandioso feito».

Acusando aqueles de tomarem tal atitude, «não por ignorância ou desconhecimento das leis da dialéctica, mas sim porque sempre se recusaram a aceitar o papel insubstituível que a classe operária teve no passado, tem no presente e terá no futuro no desenvolvimento das sociedades».

Tais estratos, «aliados àqueles que desde sempre tiveram um conceito redutor da liberdade e da democracia», «cometeram uma enormíssima injustiça, que ofende a memória dos operários do 18 de Janeiro e a própria história da Marinha Grande, dos seus trabalhadores e do seu povo, ao retirarem da artéria mais nobre da nossa cidade o nome de Avenida do Vidreiro para lhe atribuírem o nome de uma pessoa que desde sempre esteve ligada ao regime salazarista, o mesmo regime que prendeu, torturou e até assassinou homens e mulheres que aqui estamos a homenagear».

Depois de recordar os objectivos fundamentais por que se bateram os participantes na revolta operária de 1934, Durval Gaspar constatou que «os trabalhadores continuam sem

ver satisfeitas muitas das suas reivindicações, que são legítimas, que são justas e pelas quais continuam a lutar», sofrendo hoje «uma das maiores ofensivas do grande capital na tentativa de desregulamentação das leis laborais e para acentuar ainda mais a submissão do poder político ao dictat do poder económico selvagem». Apontou como exemplos o «acordo de curto prazo» e o acordo estratégico, saídos da Concertação Social.

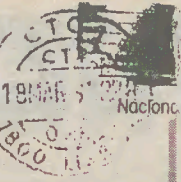
Referiu o processo de reestruturação da cristalaria, para defender que «a forma sempre solícita e afável com que o poder político responde aos interesses do grande poder económico também tem expressão a nível local». Decretada desde 1994, «em termos de reestruturação global do sector nada se fez e não se faz por falta de vontade ou de coragem política, quer do Governo do PSD, quer do actual Governo do PS». «Enquanto vivemos nesta indefinição, a situação da cristalaria continua a degradar-se em benefício do grande patronato, que com a sua postura vem demonstrando não estar interessado numa reestruturação global do sector, bloqueando por todos os meios a actuação da Vitro-cristal, organismo criado para coordenar todo o processo da reestruturação», denunciou Durval Gaspar, citando a recente intervenção de tomada de posse do presidente da Associação dos Industriais de Cristalaria.

O dirigente do Sindicato dos Vidreiros chamou a atenção para o facto de estarmos «perante mais uma pseudo-reestruturação, que apenas irá servir, e já serviu, para meter milhares e milhares de contos à disposição do grande patronato, em detrimento das pequenas e médias empresas que, no seu conjunto, são a grande massa do subsector da cristalaria». Durval Gaspar denunciou ainda o incumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo e pelo cessionário da Manuel Pereira Roldão. Os trabalhadores encaram o futuro com inquietação, realçando o dirigente sindical que os vidreiros da Manuel Pereira Roldão «não morrerão de fome e lutarão até ao fim».

Saudando os «valorosos obreiros» do 18 de Janeiro, Durval Gaspar valorizou o seu exemplo e reafirmou que «o testemunho que nos entregaram percorrerá a via certa até atingir o justo objectivo já por vós delineado».



O LEITOR



Situação na EPAC

Recebemos de trabalhadores da EPAC devidamente identificados uma carta sobre a situação na empresa, de que publicamos os principais extractos.

A EPAC encontra-se em situação económica difícil, mas é o Governo a entidade mais responsável pelo descalabro da empresa, pois:

- Não prepararam a empresa para fazer face à política concorrencial que inevitavelmente a entrada na CEE nos trouxe;

- Desmembraram a empresa, tornando-a mais frágil e menos concorrencial;

- Deixaram à empresa apenas os passivos;

- Durante 10 anos deixaram acumular juros de uma dívida que era de uma empresa que eles próprios tinham criado, a SILOPOR;

- Aprovaram políticas económicas menos correctas para a EPAC;

- Nomearam administrações, compostas por funcionários do Estado (hoje todos colocados em organismos públicos), que se revelaram, por vezes, más gestoras;

- Nomearam conselhos fiscais, compostos por homens igualmente do aparelho estatal.

Em Novembro de 1996, um ano depois da tomada de posse do actual Governo, foram nomeados novos gestores, desta vez homens do IPE (mas o IPE é também do Estado).

A primeira medida de gestão do actual Conselho de Administração foi criar um Quadro Geral Transitório, para onde transferiram 97 de um total de 500 trabalhadores, e ameaçaram que, dentro de 2 meses, serão transferidos mais 150 trabalhadores.

O clima que se vive na empresa é de tensão e terror pela incerteza do futuro, pois pretendem que os trabalhadores aceitem as rescisões por mútuo-acordo, com indemnizações que vão de 1.05 e 1.25, sob ameaça de despedimento colectivo.

Consideramos que este não é o melhor procedimento, visto que não foram os trabalhadores os causadores da situação da empresa, e aqueles que eventualmente possam ter tido alguma responsabilidade continuam impunes.

Os trabalhadores da EPAC consideram que, se há necessidade de reduzir o quadro de pessoal, ele deve ser feito através de reformas antecipadas, já que a média de idades dos trabalhadores é bastante elevada, ou da sua integração na Função Pública.

Cartas ao "Avante!"

Do leitor José P. Costa, recebemos uma carta com observações críticas, que transcrevemos:

(...) Recentemente, a propósito de notícias que tinham a ver com o XV Congresso e com Fidel Castro, escrevi ao Director do "Público" notando os erros e incorrecções noticiados, sendo que a Redacção do "Avante!" me aju-

dou num dado para correctamente corrigir uma imprecisão de Maria João Avilez. Pelo teor das correcções que fiz e porque achei as notícias em causa algo gravosas para as deixar passar sem chamar a atenção, esperava que o "Público" publicasse a minha carta, reconhecendo os seus erros e dos seus coladoradores, mas não o fez. Desta minha carta dei conhecimento à Redacção do "Avante!", com a indicação manuscrita de que, se assim o entendessem, poderiam publicá-la, o que também não aconteceu:

Por outro lado, em 24/11/96, enviei à Redacção do "Avante!" uma carta, cujo texto me foi suscitado por um artigo publicado no "Avante!", na edição de 21/11/96, sobre Cuba, o qual, como então referi, não entendi, e pareceu-me (e continua a parecer-me), no mínimo, equívoco e pouco a ver com as realidades objectivas, quer de Cuba como a própria orientação política do PCP. Aproveitando esta ideia, e porque o "Avante!", à data, estava aberto a sugestões para o XV Congresso do PCP, sugeri que a questão religiosa, para mim omissa nas Teses, fosse, nos termos que referi naquele meu texto, ou outros, dentro daquele espírito, igualmente discutida naquele Congresso do PCP, por me parecer questão óbvia e natural, até pelos exemplos com que illustrei a minha sugestão.

Todavia, também esta minha carta não mereceu a divulgação por parte do "Avante!", o que lamento, por várias razões. (...)

Nota da Redacção: A carta a que se refere o leitor J.P. Costa chegou à nossa Redacção quando já estava encerrado o debate que antecedeu o XV Congresso. Só por essa razão não foi publicada. Entretanto, já tínhamos publicado, do mesmo leitor, largos extractos das suas cartas de 13/10 e de 21/10, igualmente com observações e sugestões sobre a preparação do Congresso.

Saudação do Brasil

Também já depois do Congresso recebemos do nosso leitor e camarada brasileiro, Laudo Braga, do PCB, uma carta muito fraternal, de que, apesar de tardiamente, não queremos deixar de registar e agradecer a saudação que, por nosso intermédio, envia aos comunistas portugueses. É assim:

Certa vez, Ilya Yremburg, romancista soviético revolucionário, num de seus volumes de memória, disse que "a humanidade não cresce por igual como um trigo". Essa feliz formulação serve para, no sentido inverso, opor-se: também não regride como um trigo, por igual. Os camaradas portugueses situam-se no patamar daqueles combatentes que não regrediram com o refluxo do movimento comunista: prosseguem avançando, em frente, para a frente.

Como comunista brasileiro, particularmente alagoano, saúdo o próximo congresso dos comunistas portugueses, augurando-lhes novas glórias nessa heróica trajectória da vida, difícil, adversa, dificuldades essas que os comunistas ao longo da história sempre acabaram por superar.

Na história dos territórios e das sociedades rurais europeias, houve um curto período de algumas décadas em que a vida das aldeias e lugares assentava na população agrícola, que se havia apropriado de todo o espaço disponível. Não havia mais incultos para aproveitar. A agricultura, a sociedade rural e o espaço trilhavam destinos coincidentes.

Antes deste momento, a população, ainda em fase de expansão, deixava largas manchas de território ao abandono e a indústria ainda não havia asfixiado os ofícios e saberes não agrícolas da população rural.

Depois daquele período, a agricultura sofreu uma profunda transformação tecnológica, o mercado venceu a sua presença, passaram a sobrar terras para a produção agrícola e a sociedade rural diversificou-se, não através da agricultura, mas ao sabor das articulações com a cidade e das oportunidades de emprego na indústria e nos serviços. Este processo teve ritmos e intensidades diferentes consoante a história de cada sociedade. Nalguns países da Europa do Centro e

Tanta diferença quantitativa leva — por muito que isso contrarie os inimigos do velho Friedrich — a situações qualitativas distintas. Ou seja, o debate e a procura de soluções tem de assentar na situação existente em Portugal e não pode limitar-se a um esbracejar em que de modo mais ou menos ordenado se evocam sinergias, descobertas de recursos ociosos, dinâmicas locais e suas articulações, produtos «fermiers» de qualidade, interfaces Estado/actores sociais, etc. Este discurso tem servido como uma cortina de fumo que dificulta a procura de soluções enraizadas na realidade e tem levado à dispersão pelo país de pequenas burocracias que, enquanto cres-

Desenvolv

do Norte acentuou-se uma redução drástica da população que trabalha em agriculturas onde se verificou um forte incremento da produtividade e os contornos da sociedade rural foram sendo crescentemente moldados por ocupações e actividades associadas aos mundos industrial e urbano. Nestes países, quando hoje se abordam e debatem os problemas de desenvolvimento rural e de desenvolvimento local — e apenas me ocupo neste texto dos relacionados com o mundo rural — trata-se, sobretudo, de responder à situação da população ligada à agricultura que foi afectada, na sequência dos acordos do GATT e da reforma da PAC (Política Agrícola Comum) de 1992, pela passagem do mercado europeu ao mercado mundial como enquadramento para a agricultura europeia. Os usos não agrícolas do território e a crescente procura que alguns destes têm por parte das populações não agrícolas, são apontados como uma alternativa que pode contribuir para refazer os fios quebrados com o actual reajustamento da produção agrícola. São as políticas e iniciativas a desencadear para refazer estes fios que, consoante o nível de intervenção e o eixo por que se pretende actuar, se designam por desenvolvimento rural ou local.

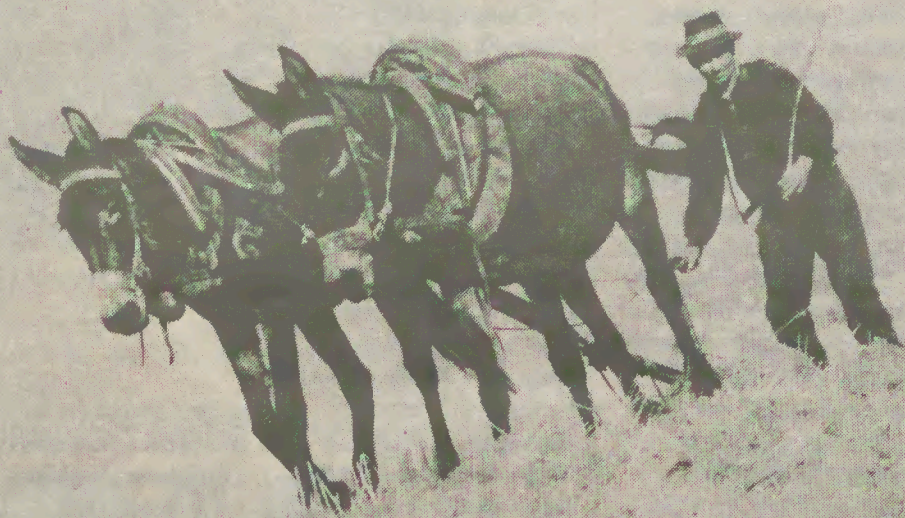
Em Portugal, como noutras zonas do sul da Europa, só formalmente a questão destes desenvolvimentos é idêntica ao panorama existente nas regiões mais setentrionais. A agricultura tem produtividades muito menores e vai previsivelmente sofrer um abalo mais forte no confronto com o mercado mundial, a população ligada à agricultura (a tempo inteiro e sobretudo a tempo parcial) tem mais peso, a procura de usos não agrícolas do território é bem menor, a escolaridade e a formação da população rural são mais precárias e os actuais níveis de rendimento e de vida são bastante menores.

cem e se auto-reproduzem, proclamam localmente as virtualidades do consumidor europeu!

Agricultura e desenvolvimento

É certo que o futuro do mundo rural passa por uma crescente diversificação de actividades, nomeadamente relacionadas com os usos não agrícolas do território, a par de um decréscimo da presença da agricultura. O que está em debate são as vias para atingir estes objectivos. Uma alternativa, hoje dominante, defende posições de onde decorre que a implantação destas actividades no espaço rural seja feita por agentes e entidades estranhos à esmagadora maioria da população mas, geralmente, com ligações a interesses e famílias tradicionalmente dominantes nas aldeias e vilas. Estes operadores propõem-se vender no mercado europeu os plairs e os flavours do rural português, mas sem qualquer preocupação efectiva com o emprego e o destino das populações que ainda aí residem.

A outra via — a única que me parece defensável — quer enraizar o futuro do mundo rural nos seus habitantes de hoje, cujos objectivos e motivações passam pelo desenvolvimento da realidade actual. Nesta realidade, tem um peso ainda muito grande e incontornável a agricultura, em especial a de pequena dimensão. É, assim, uma actividade que tem de se considerar nos debates e perspectivas sobre desenvolvimento, contrariando o aspecto mais visível e confrangedor do modo como os discursos hoje dominantes ignoram a realidade do país, ou seja, a subalternização para que remetem a dimensão que a agricultura ainda tem no mundo rural. Em Portugal quatro em cada dez



mento, agricultura

e agricultores

■ **Fernando
Oliveira
Baptista ***

peças que residem isoladas ou em aglomerados com menos de dois mil habitantes vivem numa exploração agrícola ou pertencem a uma família de

assalariados agrícolas. É certo que em cerca de dois terços das explorações a maior parte do rendimento das famílias é exterior à unidade agrícola. No entanto, na esmagadora maioria destas explorações, para não dizer na sua generalidade, a parte da produção vendida no mercado é decisiva para o equilíbrio da economia monetária das famílias.

Não se pode, assim, separar o desenho do desenvolvimento da sua componente agrícola que é uma das vertentes estruturantes do mundo rural e que não pode ser escamoteada quando se constrói o seu futuro. A política agrícola é, assim, um dos instrumentos a que tem de se recorrer para promover o desenvolvimento. Separar a PAC dos desenvolvimentos rural e local corresponde a um discurso e a uma prática que contribuem para a desestruturação do mundo rural e para permitir a fractura entre o sistema social e o sistema económico. Com o objectivo de contribuir para o debate sobre a adequação da PAC ao desenvolvimentos do mundo rural creio que convém recordar quatro aspectos desta política:

— No conjunto dos países da União Europeia, de acordo com o último cálculo disponível, 20% das explorações recebem 80% do total dos subsídios; em Portugal segundo uma estimativa grosseira — mas legítima dada a suspeita e deliberada ocultação que o Ministério da Agricultura cultivava e continua a cultivar relativamente aos beneficiários das políticas — 5% das

explorações de maior dimensão recebem 90% dos subsídios;

— não se pode evocar Bruxelas como responsável pela situação actual da atribuição dos dinheiros pois a relativamente ampla margem de manobra nacional tem sido sobretudo utilizada para favorecer as explorações de maior dimensão e para marginalizar o vasto mundo das explorações de menor dimensão;

— os critérios de atribuição de muitos subsídios privilegiam quase exclusivamente a dimensão física das explorações o que tem contribuído para, em larga medida, converter a PAC numa pagadora de rendas fundiárias;

— inquéritos e observações feitas no Alentejo mostram que em explorações acima de 500 hectares a criação de um posto de trabalho corresponde a sete a dez mil contos de subsídio; nas explorações de maior dimensão atinge-se mais de vinte mil contos por posto de trabalho.

Estes factos obrigam a um comentário. Uma política de desenvolvimento para o mundo rural implica que se criem condições que favoreçam o emprego e facilitem o enraizamento territorial da população. A PAC pode contribuir para estes objectivos se for alterada, fixando-se um limite máximo de subsídio a receber por exploração e privilegiando-se o trabalho e não apenas a dimensão física como critério para a concessão de subsídios.

O efeito destas alterações pode ser consolidado e potenciado se forem acompanhadas por uma adequada política de intervenção fundiária (tanto ao nível de propriedade como de regulamentação do arrendamento), que permita harmonizar a concessão de subsídios com o acesso à terra por parte dos assalariados e dos agricultores familiares. Estas orientações podem ser um instrumento relevante para fortalecer as iniciativas de desenvolvimento.

«... mas lá que as há, há!»

O argumento central que vem sendo utilizado para marginalizar as agriculturas de pequena dimensão é a falta de competitividade e a conseqüente ameaça de inviabilidade. Sucede, no entanto, que se for canalizada para estas unidades e para as que os assalariados agrícolas venham a constituir, uma parte substancial dos subsídios distribuídos anualmente, a existência destas explorações fica fortalecida e constituem mesmo uma estrutura capaz de contribuir para um renovado enraizamento territorial da população. Este desenvolvimento, para se consolidar, tem de integrar a diversificação das actividades hoje associadas aos diferentes usos do território. Este modelo — emprego, diversificação, fixação de população — além de coincidir com os interesses dos agriculto-

res familiares e dos assalariados agrícolas corresponde ao que a sociedade espera de uma política de desenvolvimento do mundo rural.

A PAC tem-se concentrado sobretudo em distribuir dinheiro a um grupo social cujo interesse não passa pela fixação da população, nem pelo uso harmónico e diversificado do território, mas por maximizar o montante de rendas com o menor compromisso possível com a sociedade. No dia em que cessar o fluxo de subsídios para as zonas das grandes explorações, onde têm sido vertidos grandes e constantes caudais de dinheiro, não vai sobreviver qualquer vitalidade social. Passada a colheita das rendas, muitas vezes o troco de um simulacro de relação com a terra, fica uma paisagem onde não há condições para viver e trabalhar.

O desenvolvimento só pode assentar naqueles que têm para isso interesse e motivação e não pode remeter para um discurso, mais ou menos conexo, elaborado e executado como se não houvesse diferenciação nos objectivos face ao destino do mundo rural. Por muito que pareça estranho e que não se acredite em bruxas... lá que há classes sociais, há!

* Professor do Instituto Superior de Agronomia
Texto da comunicação apresentada à MANifesta 96 —
Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local, que teve lugar
em Tondela em Novembro de 1996 e que vai ser publicado nas
actas desta iniciativa.

Um equívoco de Bénard da Costa

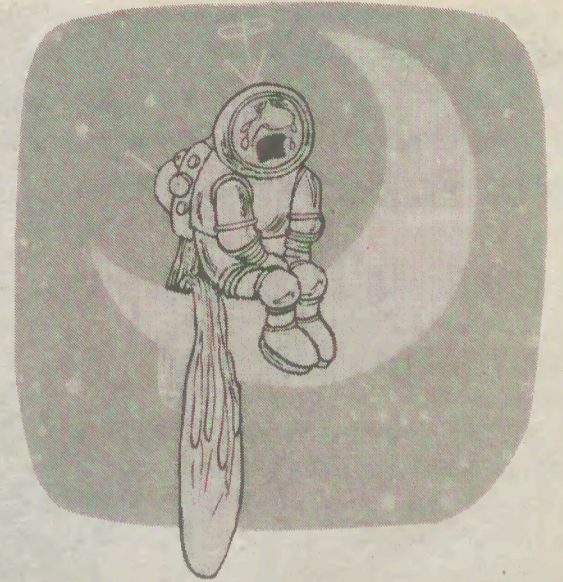
Numa, aliás interessante, entrevista dada ao *Diário de Notícias*, o director da Cinemateca Portuguesa, João Bénard da Costa, falou longamente da vida e sobretudo de cinema, onde é autoridade de reconhecida competência. Ao recordar episódios da sua vida, afirmou a dado passo que «foi nesse ano [1965] que pela primeira vez a lista da oposição, chefiada pelo [Mário] Soares, levantou a questão colonial. Isso deu um burburinho imenso pelo País, com manifestações de rua de desagravo, procissões a Nossa Senhora, acusações de traidores à Pátria, chamaram-nos tudo. Ainda ninguém tinha posto preto no

branco a defesa da autodeterminação para as colónias. Nós achávamos que tínhamos de apoiar aquela posição e fizemos um documento muito violento». E fizeram muitíssimo bem. Só que - ao contrário do que João Bénard da Costa pelos vistos supõe saber - esse documento está muito longe de ser o primeiro onde alguém, no nosso País, pôs «preto no branco a defesa da autodeterminação para as colónias». Em benefício do rigor que costuma gerir as intervenções públicas de Bénard da Costa - e sem contender, obviamente, com o seu legítimo orgulho pela sua honrosa participação nesse acto anti-colonialista nos idos de 65 - respigamos apenas dois excertos para exemplificar como é bastante anterior, no

PONTOS CARDEAIS

nosso País, o «preto no branco» do anticolonialismo. Já em 1935, o primeiro Secretário-Geral do PCP, Bento Gonçalves, afirmava, preto no branco: «Temos de consagrar uma atenção particular ao trabalho anti-imperialista do ponto de vista da luta contra a submissão política e económica à Inglaterra e ao mesmo tempo vencer as fraquezas da nossa actividade em relação com a luta pela defesa dos interesses dos povos coloniais oprimidos pelo imperialismo português, ajudá-los a conduzir a luta até à sua libertação». Posteriormente, em 1957, o V Congresso do PCP formulava

uma circunstanciada «Declaração sobre o problema das colónias portuguesas» onde, também preto no branco, se afirmava que «o V Congresso do Partido Comunista Português proclama o reconhecimento incondicional do direito dos povos das colónias de África, dominadas por Portugal, à imediata e completa independência» e se concluiu, quase premonitoriamente: «O Congresso considera que a ajuda que o Partido e o povo português prestarem ao movimento libertador dos povos coloniais, traduzir-se-á objectivamente numa ajuda à luta da classe operária e ao povo de Portugal pela sua



própria libertação, dado que um regime de opressão como o de Salazar não poderá sobreviver à libertação dos povos coloniais. A causa dos povos coloniais identifica-se com a nossa própria causa». Muitas outras intervenções, ou excertos delas, poderiam ser carreadas para ilustrar como é bastante anterior a 1965 o «preto no branco», em palavras e actos, da questão colonial no nosso País, como facilmente se pode confirmar

vai mais longe e afirma, em declarações ao *Diário de Notícias*, que está «enojado» e «farto da piroseira que é isso da transparência». Embalado no seu estilo forada-lei, Jardim zurziu igualmente a lei das incompatibilidades, cujas, no seu entender, «só serviram para, em Portugal, permitir o avanço e o progresso dos mediocres e dos incapazes». É um manifesto exagero, e Alberto João Jardim é a viva prova disso, dado que a sua mediocridade não precisou de qualquer «incompatibilidade» para progredir na governação madeirense... Mas se Jardim é, manifestamente, um mediocre, não quer dizer que seja um incapaz - pelo menos para certas coisas. Uma delas é precisamente a gestão dos dinheiros e bens do PSD/Madeira, toda feita através duma misteriosa «Fundação Social Democrata» criada por Jardim há cinco anos para gerir vultosas verbas em segredo e sem qualquer controle... mesmo do seu próprio partido.

... e poupar nas bandeiras

Talvez por ser tão obscuro e renitente em apresentar contas seja a quem for, Jardim decidiu mostrar que é poupado na administração do território. Vai daí, o seu executivo determinou há dias que as bandeiras (nacional e regional) só deviam ser hasteadas nos edifícios públicos durante os fins-de-semana, pois «a obrigatoriedade do hastear das bandeiras nos edifícios públicos, todos os dias, vem constituindo um enorme foco de despesa, com o respectivo tecido, dadas as intempéries». Imagine-se o que acontecerá quando a República Portuguesa fizer contas e avaliar a enormidade do «foco de despesa» que tem sido a administração de João Jardim «hasteada» há 20 anos na Região Autónoma da Madeira...

PONTOS NATURAIS

Mário Castriau

Aviso à navegação

I num poema célebre.
A História confirma.

II Não quero que esta reflexão seja tomada como opção partidária. Aliás, dado o local em que escrevo, não seria despropositada. Mas o assunto ultrapassa os limites partidários para assumir um significado mais amplo. Posto isto, vamos ao caso.

III Mas o mais triste veio de João Proença, líder de uma central sindical. Entrevistado, declarou ter a esperança de nunca ver (na polícia) «um sindicato único dependente de um partido político, ou seja, do PCP». O repórter quis saber a que força sindical pretendia referir-se e quais os indícios que o habilitavam a tal afirmação. - Foi extremamente significativa - respondeu - a visita recente do Partido Comunista, ao mais alto nível, à sede da ASPP... Olhem se isto se passasse em tempos ainda não muito distantes! Tinha aqui a PIDE muito por onde deitar a gadanha.

IV O caso, globalmente considerado, reflecte o medo-pânico da influência do Partido Comunista. Tal influência (e ela existe claramente, existe, nos diversos domínios sociais) resulta, antes de mais nada, do facto do PCP navegar ao sabor do vento da História e do seu total empenhamento na solução dos problemas, por mais adversas que sejam as condições. Os resultados eleitorais reflectem a influência do PCP, mas não na sua totalidade, na sua vitalidade social.

V Ah, mas não deixemos que saia do ovo a serpente bacoca do macartismo. Que seria de ti, mesmo que não fosses comunista?

VI

numa breve consulta ao *Avante!* da clandestinidade, mas estas serão certamente suficientes para rectificar a imprecisão ocorrida com João Bénard da Costa.

Esconder as contas...

«Enquanto for presidente do PSD/Madeira não mostro as contas do partido a ninguém. Não tenho que dar satisfações aos outros!», garantiu João Jardim, em resposta à pretensão do líder nacional do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, em tornar o PSD «transparente» em matéria de dinheiros. Jardim



Uma das causas da nossa ruína

O fermento é uma pequena quantidade proporcionalmente à farinha que vai levedar.

Aqui entre nós, os que estão aterrados com a influência do PCP, não têm qualquer razão para isso. Podem dormir descansados. Trata-se de um partido que não pensa e que não mexe. Para saberem como é, basta lerem os artigos do Miguel Sousa Tavares.

Ah, mas não deixemos que saia do ovo a serpente bacoca do macartismo. Que seria de ti, mesmo que não fosses comunista?

AGENDA

mud juvenil - cinquentenário da fundação



PORTO

Dia 25 de Janeiro, às 13h:
ALMOÇO-CONVÍVIO de antigos aderentes
no Restaurante do Palácio de Cristal
com a actuação do Coro Popular de Espinho
interpretando "Canções Heróicas" de F. Lopes-Graça

De 27 de Janeiro a 4 de Fevereiro:
EXPOSIÇÃO alusiva, no Ateneu Comercial do Porto

(Informações e inscrições:

Maria Adelaide Bahia da Silva - R. Afonso Lopes Vieira, 220, Hab. 66 - 4100 Porto
Tel. 02-6065280)

CDU



PCP-PEV



Matosinhos

Apresentação dos candidatos da CDU
à CM de Matosinhos / Eleições Autárquicas 1997
Quinta-feira, 23, às 18h, no Hotel Amadeos
com a participação de Luís Sá

*

Aveiro

A JUVENTUDE E O PODER LOCAL

Jantar-debate
com António Salavessa
promovido pela JCP / AVEIRO
Dia 25, às 20h, no CT do PCP

CDU CANTANHEDE

Encontro concelhio da CDU sobre as eleições autárquicas: dia 24 às 21h30,
na casa de Francisco Taraio, em Ançã.

CDU CONDEIXA-A-NOVA

Encontro concelhio da CDU sobre as eleições autárquicas: dia 25 às 21h30,
na Associação Cultural de Barreira.

CDU CORUCHE

Encontro da CDU sobre as principais linhas de trabalho para 1997 e as
eleições autárquicas: dia 25 às 15h30, no Centro de Cultura.

CDU LOURES

Em Unhos/Catujal (dia 25 às 1h), debate sobre Recuperação e Legalização
de Bairros de Génese Ilegal, com a participação do vereador Francisco
Pereira.

Reunião da CDU/Prior Velho: dia 24 às 21h, no Salão da Junta de Freguesia.

CDU SETÚBAL

A Coordenadora Concelhia da CDU promove no próximo domingo, 26, uma
deslocação a equipamentos de abastecimento de água e saneamento básico,
com particular incidência na zona de Azeitão (S. Lourenço e S. Simão).
A concentração está marcada para as 9h30 no Edifício Arrábida e os activistas e
apoiantes da CDU que pretendam participar deverão telefonar para o CT do
PCP (Tel. 522273).

CDU VILA FRANCA DE XIRA

Visita de eleitos da CDU à freguesia de Sobralinho, com concentração junto
à sede da Junta de Freguesia e início às 14h30: sábado, dia 25.

LISBOA

Reunião distrital de Quadros
sobre A MOEDA ÚNICA
Sexta-feira, 24, às 19h, no CT Vitória,
com a participação de
Octávio Teixeira

*

Encontro de Quadros
dos concelhos Norte e Oeste
do distrito de Lisboa
sobre as propostas do PCP
para estes concelhos
e as Eleições Autárquicas
com a participação de

Luís Sá

Mafra - Hotel Castelão - 25 de Janeiro, às 15h

*

LISBOA

CT Vitória, dia 30, às 18h30
Convívio e debate sobre
AS LINHAS FUNDAMENTAIS
APONTADAS PELO XV CONGRESSO
promovido pelo Sector da Função Pública da ORL
com a participação de Edgar Correia

COMÍCIO

SETÚBAL

Sábado, 25 Janeiro 15.30H
FORUM MUNICIPAL LUÍSA TODI

Intervenção de:

CARLOS CARVALHAS
Secretário Geral do PCP

Música com:

BANDA DO ANDARILHO



Um Partido forte um Distrito melhor

Reuniões e Plenários de Células e Organizações

ALMADA

Plenário da célula da Lisnave, sobre a situação na empresa e a projecção das conclusões do XV Congresso no
trabalho da célula: dia 24 às 17h, no Centro de Trabalho de Almada.

BENAVENTE

Reunião concelhia de Quadros para preparação da próxima 4ª Assembleia da Organização Concelhia:
sexta-feira, 24, às 21h.

COVILHÃ

Reunião de Quadros para discussão da situação política e dos planos de trabalho do Partido no distrito para 97
(Plano de Actividades, Plano de trabalho para as Eleições Autárquicas, marcação e definição de objectivos da V
Assembleia da ORCB): dia 25 às 15h, no CT da Covilhã.

LOURES

4ª Assembleia da Organização da Freguesia de Sacavém: dia 25 às 15h, na sede do Sacavenense, com
a participação de António Andrez.

Plenários para preparação da VII Assembleia da Organização do Concelho de Loures, com debate da situação
política e da acção do Partido e eleição de delegados:

- Sector Empresas: dia 23 às 18h, no CT de Sacavém;
- Freguesia de Unhos: dia 23 às 21h30, na Creche Pomba da Paz;
- Freguesia de Ramada: dia 24 às 21h30, na sala da Assembleia de Freguesia, com Fernanda Mateus;
- Freguesia de Apelação: dia 25 às 15h, no Centro de Trabalho;
- Freguesia da Pontinha: dia 25 às 15h, no Jardim de Infância e Popular da Pontinha;
- Freguesia de Caneças: dia 25 às 17h, no Centro de Trabalho, com a participação de José Manuel Cordeiro;

OEIRAS

Porto Salvo - Plenário de militantes da freguesia, com a participação de Alexandre Teixeira, para discussão
da situação política e eleições autárquicas 97: sábado, 25, às 15h30, no CT de Porto Salvo.

SINTRA

Plenário mensal das freguesias de Sta. Maria/S. Miguel e S. Martinho sobre as eleições autárquicas 97:
quarta-feira, 29, às 21h30, no CT de Sintra.

*

Alcabideche

Almoço-convívio no CT do PCP

Dia 9 de Fevereiro

(Inscrições até 7 de Fev^o - Tels. 4866991 - 4690223 - 4692145)

*

Actividades culturais no CT de Faro

Para assinalar o primeiro aniversário do novo Centro de Trabalho de Faro, vão decorrer ali nos próximos dias as
seguintes iniciativas:

- Exposição-venda de livros, de 22 a 29 de Janeiro, com centenas de títulos de várias editoras a preços
reduzidos (de 300\$00 a 1 500\$00) e também novidades de variados géneros literários;
- Exposição-venda de obras de arte - de 31 de Janeiro a 9 de Fevereiro;
- Café-concerto no dia 31, a partir das 22h, com actuação de Zé Maria e outros artistas.

No mesmo âmbito se realiza no dia 26, domingo, também nas instalações do Centro de Trabalho, um
almoço-convívio em que estará presente o camarada Carlos Luís Figueira.

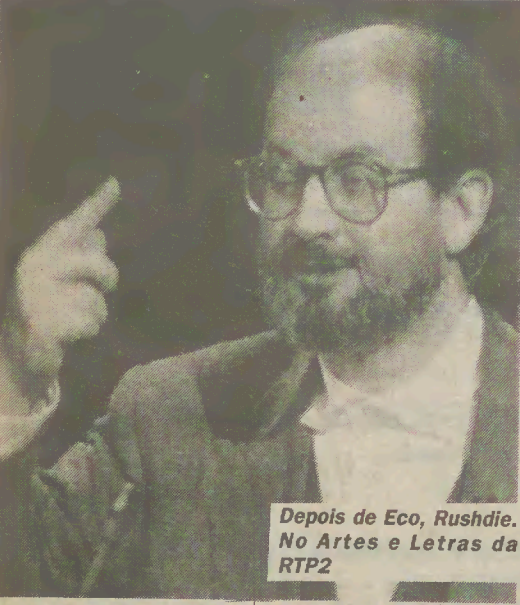
TELEVISÃO

Quinta, 23

- RTP 1**
- 09.00 Notícias
 - 09.10 Infantil
 - 10.20 A Marquesa de Santos
 - 11.00 Praça da Alegria
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Em Jogo
 - 14.00 Malha de Intrigas
 - 14.45 O Campeão
 - 15.35 Selecção RTP
 - 16.25 Lições do Tonecas
 - 17.00 Notícias
 - 17.15 Canal Aberto
 - 18.30 100% Natural
 - 19.00 País País
 - 20.00 Telejornal
 - 20.45 Enviado Especial - "Cuba"
 - 21.25 Vidas de Sal
 - 22.25 Imparáveis
 - 23.25 Polícias
 - 00.35 24 Horas
 - 01.05 RTP/Financial Times
 - 01.20 Olho Vivo
 - 01.50 Bom Bordo

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.50 Euronews
- 17.15 Infantil



Depois de Eco, Rushdie. No Artes e Letras da RTP2

- 19.30 Notícias 2
- 19.40 Acasos de Guerra
- 20.30 Absolutamente Fabulosas
- 21.00 Acontece
- 21.30 RTP/Financial Times
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.50 O Príncipe Valente (de Henry Hathaway, EUA/1954, com James Mason, Janet Leigh, Robert Wagner, Debra Paget, Sterling Hayden. Aventuras)
- 00.25 Falatório

SIC

- 10.10 Buêrére
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Vira Lata
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Portugal Radical
- 14.40 Ponto de Encontro
- 15.30 Buêrére
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 O Rei do Gado
- 21.45 As Aventuras de Camilo
- 22.15 Casos de Polícia
- 23.20 Viva a Liberdade
- 00.35 Último Jornal
- 00.55 Contos de Arrepiar
- 01.55 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 15.45 Caída do Céu
- 16.30 Animação
- 18.00 Booker
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.10 Uma Família às Direitas
- 21.40 O Assassino Errado (de Peter Levin, EUA/1990, com Jasmin Guy, Anna Maria Hossford, Myhelt Williamson. Telefilme Policial)
- 23.20 TVI Jornal
- 24.00 A Balada de Hill Street

Sexta, 24

- RTP 1**
- 09.00 Notícias
 - 09.10 Infantil
 - 10.20 A Marquesa de Santos
 - 11.00 Praça da Alegria
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Em Jogo
 - 14.00 Olho Clínico
 - 14.45 Malha de Intrigas
 - 15.30 O Campeão
 - 16.10 Polícias
 - 17.00 Notícias
 - 17.15 Canal Aberto
 - 18.10 100% Natural
 - 19.00 País País
 - 20.00 Telejornal
 - 20.45 Vidas de Sal
 - 22.00 Alien 3 - A Desforra (de David Fincher, EUA/1991, com Sigourney Weaver, Charles Dance, Charles S. Dutton, Lance Henriksen. Ficção Científica / Terror)
 - 00.05 24 Horas
 - 00.35 RTP/Financial Times
 - 00.50 Mesa à Portuguesa
 - 00.55 Viagem ao Medo (de Daniel Mann, Can/1974, com Sam Waterson, Shelley Winters, Yvette Mimieux, Zero Mostel. Espionagem)

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.50 Euronews
- 17.15 Infantil

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.40 Euronews
- 17.15 Infantil
- 19.30 Notícias 2
- 19.40 Colditz
- 20.30 A Bela Farda Azul
- 21.00 Acontece
- 21.30 RTP/Financial Times
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 As Aventuras de Fanfan La Tulipe (de Christian-Jacque, Fr./1951, com Gérard Philipe, Gina Lollobrigida, Noel Roquevert, Marcel Herrand. Ver Destaque)
- 00.35 Falatório

SIC

- 10.10 Buêrére
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Vira Lata
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Portugal Radical
- 14.40 Jô Soares
- 15.30 Buêrére
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 O Rei do Gado
- 21.45 Malucos do Riso
- 22.15 Agora ou Nunca
- 23.20 Os Donos da Bola
- 01.30 Último Jornal
- 01.50 O Ressuscitado
- 02.50 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 15.45 O Poder da Lei
- 16.30 Animação
- 18.00 Booker
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.10 Lar, Louco Lar
- 21.35 Ficheiros Secretos
- 23.20 A Última Saída para Brooklyn (de Uli Edel, EUA/1989, com Stephen Land, Jennifer Jason-Leigh, Burt Young. Ver Destaque)
- 01.20 TVI Jornal
- 01.50 A Balada de Hill Street

Sábado, 25

- RTP 1**
- 08.00 Sempre a Abrir
 - 11.30 Cybermaster
 - 12.00 Cuidados com o Cão
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.35 Top +
 - 14.25 Amores e Rebelião
 - 15.15 2001
 - 15.45 Jornal Jovem
 - 16.25 Louca Academia do Ski (de Richard Correll, EUA/1982, com Roger Rose, Yvette Nipar, T. K. Carter, Leslie Jordan. Comédia)
 - 18.35 Super Bébés
 - 19.00 Há Horas Felizes
 - 20.00 Telejornal
 - 20.45 Os Imparáveis
 - 21.25 Futebol: Benfica-Belenenses
 - 23.30 Serviço de Urgência
 - 00.30 24 Horas
 - 00.50 Salvar a Pele (de Douglas Jackson, EUA/1994, com Nancy McKeon, Chelsea Field, Michelle Scarabelli. «Thriller» / Telefilme)
 - 02.25 Clube para Cavalheiros (de Peter Medak, EUA/1986, com Roy Scheider, Frank Langella, Harvey Keitel, Treat Williams. Drama)

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Vida por Vida
- 12.10 Oeste Selvagem
- 13.00 Spray
- 13.30 Mesa à Portuguesa
- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto 2
- 18.00 Sinais do Tempo
- 19.05 Onda Curta: «O Resgate» (de Joaquim Leitão, Co-Prod. Int./1990, com Cheri Lunghi, Jacques Pérrin. Curta-metragem. Drama)
- 19.35 Dinheiro Vivo
- 20.05 Foyer - «O Século do Cinema» (III)
- 21.00 Semana ao Sábado
- 22.00 O Lugar da História
- 22.50 Cinema Paraíso (de Giuseppe Tornatore, It./Fr./1988, com Philippe Noiret, Jacques Pérrin, Salvatore Cascio, Maria Leonardi. Ver Destaque)
- 01.50 Notas de Música

SIC

- 08.30 Buêrére
- 12.00 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 Tostões e Mílhões
- 14.10 Cuidado com as Aparências
- 14.50 Malhação
- 16.00 Raven
- 17.00 Perry Mason e o Caso da Noiva Traída (de Christian I. Nyby II, EUA/1992, com Raymond Burr, Barbara Hale, Williams R. Moses, Linda Blair. Telefilme)
- 19.00 Marina, Dona Revista
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Clube VIP
- 21.15 Salsa e Merengue
- 22.15 Big Show Sic
- 01.05 Último Jornal
- 01.35 Um Dia de Raiva (de Joel Schumacher, EUA/1993, com Michael Douglas, Robert Duvall, Barbara Hershey, Rachel Ticotin, Tuesday Well, Frederic Forrest. Ver Destaque)

TVI

- 09.30 Animação
- 11.30 Novos Ventos
- 12.00 Notícias
- 12.40 O Mundo Natural de Mitsuaki Iwago
- 13.40 Contra-Ataque
- 14.50 Animação
- 15.00 Cantinflas em Calças Pardas (de Juan Bustillo Oro, Méx./1940, com Mario Moreno (Cantinflas), Sara Garcia, Joaquin Parlavé. Comédia)
- 17.15 Top of The Pops
- 18.10 Cybernet
- 18.45 Martin
- 19.30 Futebol
- 21.20 Telejornal
- 22.00 Xica da Silva (Compacto)
- 23.20 Absolutamente Principiantes (de Julien Temple, Gr.Br./1986, com Eddie O'Connell, Patsy Kensit, David Bowie, James Fox. Ver Destaque)
- 01.10 Notícias
- 01.30 Morango e Chocolate (de Tomás Gutiérrez Alea e Juan Carlos Tabío, Cuba/1995, com Jorge Perugorria, Vladimir Cruz, Mirta Ibarra, Francisco Gatorno. Ver Destaque)

TVI

- 09.30 Animação
- 11.00 Angelus
- 11.10 Missa
- 12.30 O 8º Dia
- 13.00 Notícias
- 13.30 Portugal Português
- 14.30 A Odisseia Submarina
- 15.30 Competente e Descarada (de Caleb Deschanel, EUA/1982, com Griffin O'Neal, Raul Julia, Teri Garr, Joan Hackett. Drama)
- 17.30 1 West Waikiki
- 18.30 Futebol: Barcelona-Rayo Vallecano
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Profiler
- 21.50 Futebol: Piacenza-Roma
- 23.30 Sim, Senhor Ministro
- 00.10 Escândalos
- 00.40 Notícias

Domingo, 26

- RTP 1**
- 08.00 Sempre a Abrir
 - 12.00 Sem Limites
 - 12.30 Repórteres da Terra
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.35 Made in Portugal
 - 14.35 Alta Voltagem
 - 15.15 86-60-86
 - 15.50 Magazine
 - 16.25 Caixa Mágica
 - 17.15 Ilusões
 - 18.15 Golos
 - 18.30 Casa Cheia
 - 19.20 Jet 7
 - 20.00 Telejornal
 - 20.50 Os Principais
 - 22.05 A Mulher do Sr. Ministro
 - 22.40 Domingo Desportivo
 - 00.50 24 Horas
 - 01.00 Máquinas

RTP 2

- 09.00 Caminhos
- 09.30 Novos Horizontes
- 10.00 70 x 7
- 10.30 Missa
- 11.25 Ciência e Tecnologia - «Horizontes»
- 12.10 Máquinas
- 12.45 Os 100 Melhores Vídeos
- 13.15 Desporto 2
- 17.45 As Pupilas do Senhor Reitor (de Chianca de Garcia, Port./1935, com Joaquim Almada, Maria Matos, António Silva, Leonor d'Éça, Maria Paula. Drama)
- 19.35 Bom Bordo
- 20.10 Artes e Letras - «Salman Rushdie»
- 21.05 Diário Rural de Uma Senhora
- 22.10 Horizontes da Memória
- 22.35 Teatro: «Uma Visita Inoportuna»
- 00.45 Vidas do Século: «Stalin» (II)

SIC

- 08.30 Buêrére
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 Internacional SIC
- 14.10 Assuntos de Família
- 14.40 Malhação
- 15.30 Balada de Nova Iorque
- 16.20 Os Imortais
- 17.10 McGyver - Conspiração Internacional (de Charles Correll, EUA/1993, com Richard Dean Anderson, Nicholas Farrell. Aventuras)
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Chuva de Estrelas
- 21.50 Salsa e Merengue
- 22.50 Amar-te-ei até te Matar (de Lawrence Kasdan, EUA/1990, com Kevin Kline, Tiver Phoenix, William Hurt, Keanu Reeves. Ver Destaque)
- 00.55 Último Jornal
- 01.15 Jô Soares
- 02.15 Portugal Radical

TVI

- 09.30 Animação
- 11.00 Angelus
- 11.10 Missa
- 12.30 O 8º Dia
- 13.00 Notícias
- 13.30 Portugal Português
- 14.30 A Odisseia Submarina
- 15.30 Competente e Descarada (de Caleb Deschanel, EUA/1982, com Griffin O'Neal, Raul Julia, Teri Garr, Joan Hackett. Drama)
- 17.30 1 West Waikiki
- 18.30 Futebol: Barcelona-Rayo Vallecano
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Profiler
- 21.50 Futebol: Piacenza-Roma
- 23.30 Sim, Senhor Ministro
- 00.10 Escândalos
- 00.40 Notícias



Ao fim-de-semana, em todos os canais, os «tops» da Pop

... e lá vão elas, falando e rindo, nos programas de «todas as audiências»...



Segunda, 27

- RTP 1**
- 09.00 Notícias
 - 09.10 Infantil
 - 10.15 A Marquesa de Santos
 - 11.00 Praça da Alegria
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Em Jogo
 - 14.00 Malha de Intrigas
 - 14.45 O Campeão
 - 15.40 Selecção RTP
 - 16.05 Os Principais
 - 17.00 Notícias
 - 17.15 Canal Aberto
 - 18.10 100% Natural
 - 19.00 País País
 - 20.00 Telejornal
 - 20.30 Gala de «A Bola»
 - 20.45 Isto... só Vídeo
 - 21.15 Vidas de Sal
 - 21.25 Futebol: Gil Vicente-Porto
 - 23.35 24 Horas
 - 24.00 RTP/Financial Times
 - 00.10 Horizontes da Memória

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.45 Infantil
- 18.55 Universidades Europeias
- 19.40 O Agente Secreto
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Acontece
- 21.30 RTP/Financial Times
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 Faca na Água (de Roman Polanski, Pol./1962, com Leon Niemczyk, Andrzej Jolanta, Umecka Christine, Zygmunt Malanowicz. Ver Destaque)
- 00.05 Falatório

SIC

- 10.15 Buêrére
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Vira Lata
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Portugal Radical
- 14.40 Donos da Bola
- 15.40 Buêrére
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 O Rei do Gado
- 21.45 Ponto de Encontro
- 22.45 Intriga ao Amanhecer (de Robert Towne, EUA/1988, com Mel Gibson, Kurt Russell, Michelle Pfeiffer, Raul Julia. Policial)
- 00.55 Último Jornal
- 01.15 Conversas Secretas
- 02.15 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 15.45 O Poder da Lei
- 16.45 Animação
- 18.00 Booker
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.30 Xica da Silva
- 21.15 Pontos nos II
- 22.00 O Rei do Mundo (de Steven H. Stern, EUA/1994, com Richard Thomas, Robert Ulrich, Wendy Crewson, Jessica Steen. Drama)
- 23.40 TVI Jornal
- 00.10 A Balada de Hill Street

Terça, 28

- RTP 1**
- 09.00 Notícias
 - 09.10 Infantil
 - 10.15 A Marquesa de Santos
 - 11.00 Praça da Alegria
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Em Jogo
 - 14.00 Malha de Intrigas
 - 14.45 O Campeão
 - 15.35 Selecção RTP
 - 16.30 Jet 7
 - 17.00 Notícias
 - 17.15 Canal Aberto
 - 18.05 100% Natural
 - 19.00 País País
 - 20.00 Telejornal
 - 20.45 Vidas de Sal
 - 21.45 Nós, os Ricos
 - 22.30 De Par em Par
 - 22.45 Maria Elisa
 - 00.20 24 Horas
 - 00.50 RTP/Financial Times
 - 01.05 Grandes Nomes

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 17.00 Infantil
- 19.00 Rotações
- 19.35 O Santo
- 20.30 Cybill
- 21.00 Acontece
- 21.30 RTP/Financial Times
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 Repulsa (de Roman Polanski, Gr.Br./1965, com Catherine Deneuve, Ian Hendry, John Fraser, Patrick Wymark. Ver Destaque)
- 00.40 Falatório

SIC

- 10.15 Buêrére
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Vira Lata
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Portugal Radical
- 14.40 Conversas Secretas
- 15.40 Buêrére
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 O Rei do Gado
- 21.45 Ai os Homens!
- 23.10 Esta Semana
- 00.25 Último Jornal
- 00.45 Escrita em Dia
- 01.55 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 15.45 O Poder da Lei
- 16.45 Animação
- 18.00 Booker
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.30 Xica da Silva
- 21.15 Pontos nos II
- 22.00 O Rei do Mundo (de Steven H. Stern, EUA/1994, com Richard Thomas, Robert Ulrich, Wendy Crewson, Jessica Steen. Drama)
- 23.40 TVI Jornal
- 00.10 A Balada de Hill Street

Quarta, 29

- RTP 1**
- 09.00 Notícias
 - 09.10 Infantil
 - 10.15 A Marquesa de Santos
 - 11.00 Praça da Alegria
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Em Jogo
 - 14.00 Malha de Intrigas
 - 14.30 O Campeão
 - 15.25 Selecção RTP
 - 16.25 Nós, os Ricos
 - 17.00 Notícias
 - 17.15 Canal Aberto
 - 18.10 100% Natural
 - 19.00 País País
 - 19.40 Totobola
 - 20.00 Telejornal
 - 20.45 Lições do Tonecas
 - 21.25 Futebol: Europa-África
 - 23.30 Vidas de Sal
 - 00.35 24 Horas
 - 01.05 RTP/Financial Times
 - 01.20 Rotações

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.40 Euronews
- 17.15 Infantil
- 19.35 Shaka Zulu
- 20.30 Os Simpsons
- 21.00 Acontece
- 21.30 RTP/Financial Times
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 Che? What? (de Roman Polanski (It./1973) com Marcello Mastroianni, Sydne Rome, Romolo Valli, Hugh Griffith, Guido Alberti. Fantasia)
- 00.30 Falatório

SIC

- 10.15 Buêrére
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Vira Lata
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Portugal Radical
- 14.40 Escrita em Dia
- 15.40 Buêrére
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 O Rei do Gado
- 21.45 Surprise Show
- 23.15 A Noite da Má Língua
- 00.45 Último Jornal
- 00.50 Toda a Verdade
- 02.00 Vibrações

TVI

- 10.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 15.45 O Poder da Lei
- 16.45 Animação
- 18.00 Booker
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.10 Melrose Place
- 22.00 Eternamente Jovem (de Steve Miner, EUA/1992, com Mel Gibson, Jamie Lee Curtis, Isabel Glasser, Elijah Wood. Ver Destaque)
- 23.45 TVI Jornal
- 00.15 A Balada de Hill Street

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

As Aventuras de Fanfan La Tulipe

(Sexta, 22.40, RTP2)

Numa semana em que o bom cinema não avulta nas televisões, destaca-se a grande altura este filme de Christian-Jacque, *Fanfan La Tulipe*, herói de aventuras na corte de Louis XIV, interpretado com o seu habitual e comunicativo entusiasmo por um grande actor entre os maiores - **Gérard Philipe** - inteiramente à vontade nesta brilhante e incontornável «coreografia cinematográfica» filmada com grande imaginação e elegância. Ainda com **Gina Lollobrigida**, um filme a não perder.

A Última Saída para Brooklyn

(Sexta, 23.45, TVI)

As misérias físicas e morais de Brooklyn, um dos mais degradados bairros de Nova Iorque, cruamente tratadas por Uli Edel, um realizador alemão, a partir de um romance de **Hubert Selby, Jr.** Pela amostra sensacionalista de alguns filmes anteriores do realizador - como é o caso de *Christiane F.* - é provável que se trate de mais um produto de gosto duvidoso, vendendo gato por lebre. As referências, aliás, são contraditórias, mas destacam a extrema e às vezes gratuita violência com que esta história, situada em inícios dos anos 50, é posta em cinema. Com **Stephen Land** e **Jennifer Jason-Leigh** nos principais papéis.

Cinema Paraíso (Sábado, 23.10, RTP2)

Quem o viu das primeiras vezes, surpreendido e tocado pela nostalgia que se desprendia das imagens e das personagens, não pode ter escapado a deixar cair algumas lágrimas de emoção. Agora, à terceira ou quarta visão, talvez seja mais realista e adequado dizer-se que, independentemente da infância de todos nós que encontramos neste filme, ao enorme talento do realizador **Giuseppe Tornatore** não foi estranho o hábil estratégia de juntar e manipular os condimentos de uma história que (apelando à nossa memória cinéfila e ao que de mítico havia no acto de ir ao cinema) dificilmente poderia deixar de resultar em cheio. Mesmo assim - mesmo sabendo que a arte de bem fazer cinema é também saber lidar com isto - deixemo-nos mais uma vez emocionar com as descobertas da 7ª arte feitas pelo miúdo **Salvatore** levado pela mão de **Alfredo**, o velho projecionista, sem nos distrairmos também do pedaço de realidade circundante que dá o tom e o enquadramento



Philippe Noiret e Salvatore Cascio, os dois principais intérpretes de «Cinema Paraíso», filme escolhido por Carlos Carvalhas como «O Filme da Minha Vida»

precisamente esta hoje programada pela TVI - tenha sido devidamente destacada pela crítica internacional e tenha sido nomeada para o Oscar do Melhor Filme Estrangeiro de 94. Porventura porque, à volta de uma história de amor de contornos homossexuais, o filme se debruça muito directamente sobre problemas concretos da sociedade envolvente, o que só pode ser expressão de uma significativa liberdade de criação. O que é também curioso é que, para atenuar ou rodear esta constatação, os círculos mais reacçãoários dos cubanos exilados em Miami apressadamente tenham posto a circular a ideia de que este filme é, por isso mesmo, uma manobra de propaganda... Como diz o povo, «preso por ter cão e preso por não ter...».

Um Dia de Raiva (Sábado, 01.35, SIC)

Este filme extremamente violento de **Joel Schumacher** debruça-se de forma implacável sobre a realidade americana actual ao focar o percurso de um homem sem nome vagueando pela grande cidade, no caso Los Angeles. Um homem que vimos a saber ter sido chefe de família e ter tido um bom emprego, mas que também sabemos agora ser divorciado e estar impedido de se aproximar da mulher e do filho por ordem judicial. Um vulto submergido pela grande metrópole, que a partir de um inciden-

do, pelo absurdo da história de uma mulher que, farta das aventuras amorosas do incorrigível marido, o manda matar por dois especialistas que, afinal, vêm a revelar-se bem pouco competentes na matéria. Com uma recepção crítica mais do que reservada, cabe ao espectador decidir se vale a pena perder o seu tempo. Nos principais papéis, **Kevin Kline**, **Tiver Phoenix**, **William Hurt** e **Keanu Reeves**.

Faca na Água

(Segunda, 22.40, RTP2)

André vai passar o fim-de-semana fora com a sua mulher e, pelo caminho, dá boleia a um estudante que os segue até ao seu yacht forçando ir de viagem com eles. Mas o confronto entre ambos os homens resulta em luta física e

o jovem estudante cai à água, indo o marido prevenir a polícia. Mas, na sua ausência, o estudante seduz a jovem mulher. Um análise-imaginativa das relações entre o marido, que procura «esmagar» o estudante pelo seu luxo, e o jovem que se dá ares de radical para se insinuar junto da mulher. A primeira longa-metragem de **Polanski** ainda realizada na Polónia natal.

Repulsa (Terça, 22.40, RTP2)

Primeiro filme realizado por **Polanski** no Ocidente, *Repulsa* surge como uma obra que o impõe na cinematografia internacional graças a um retrato pleno de riqueza e ambiguidade psicológica acerca de uma rapariga nevrótica que sucumbe à mais terrível das loucuras assassinas. Um filme no qual já são patentes os sinais de um cinema realista e ao mesmo tempo fantástico, característica da generalidade das obras mais importantes conseguidas deste importante realizador. Um grande papel de **Catherine Deneuve**.

Eternamente Jovem (Quarta, 22.00, TVI)

Perante a morte iminente da sua noiva, na sequência de trágico acidente, um piloto da Força Aérea dos EUA decide oferecer-se como cobaia para uma experiência científica extraordinária: ser congelado para serem observados os resultados deste procedimento no ser humano. Mas estávamos em 1939 e a II Grande Guerra começa, o oficial fica esquecido naquele estranho invólucro de metal, até vir a ser descoberto por acaso, em 1992, por dois miúdos muito brincalhões... Um filme interessante, às vezes irresistível, com excelentes interpretações de **Mel Gibson**, **Jamie Lee Curtis** e **Elijah Wood**.



Tracy Ullman, Kevin Kline e Joan Plowright, numa cena da comédia negra «Amar-te-ei até te Matar», de Lawrence Kasdan

te com o seu automóvel vemos progressivamente tornar-se mais desesperado e solitário no seu confronto com a violência quotidiana de que é simultaneamente sujeito passivo e activo e que, de súbito, passa a ser objecto da atenção de um polícia, por coincidência no seu último dia de serviço... As interpretações principais (**Michael Douglas** e **Robert Duvall**) são de grande nível. Mas preocupantes e condenáveis, porque indistigáveis, são alguns sinais de racismo que perpassam pelos conflitos entre as personagens principais e secundárias que se vão cruzando e no fulcro dos confrontos e contradições que vão ocorrendo.

te com o seu automóvel vemos progressivamente tornar-se mais desesperado e solitário no seu confronto com a violência quotidiana de que é simultaneamente sujeito passivo e activo e que, de súbito, passa a ser objecto da atenção de um polícia, por coincidência no seu último dia de serviço... As interpretações principais (**Michael Douglas** e **Robert Duvall**) são de grande nível. Mas preocupantes e condenáveis, porque indistigáveis, são alguns sinais de racismo que perpassam pelos conflitos entre as personagens principais e secundárias que se vão cruzando e no fulcro dos confrontos e contradições que vão ocorrendo.

Amar-te-ei até te Matar

(Domingo, 22.50, SIC)

Esta insólita comédia negra realizada por **Lawrence Kasdan**, o qual pretende fazer-nos passar alguns divertidos momentos, destaca-se, sobretu-



Um fotograma de «Faca na Água», filme de Roman Polanski



Catherine Deneuve, inquietante, em «Repulsa», outro filme de Polanski

Absolutamente Principiantes

(Sábado, 23.20, TVI)

Esta adaptação musical do intenso romance sobre a realidade da juventude londrina dos anos 50, estilizada como foi pela mão de **Julien Temple**, um reputado especialista na realização de *video-clips*, resultou num objecto cinematográfico relativamente frio e que não escapa a uma estandardização de processos que, entretanto verificada, certamente se revela aos olhos de hoje como menos inovadora e fascinante do que nas suas primeiras visões. Tendo a música como pano de fundo principal - e, nesse âmbito, encontramos algumas peças-chave de **David Bowie** - não deixará de ser curiosa uma revisão deste filme.

Morango e Chocolate (Sábado, 01.30, TVI)

Altamente influenciado nos seus primeiros anos pelo neo-realismo italiano e, ainda, nas suas obras subsequentes, por um certo universo fantástico e surreal que admirava em **Buñuel**, o realizador **Tomás Gutiérrez Alea**, cuja carreira cinematográfica começou em meados dos anos 40, foi um dos primeiros cineastas aderentes ao movimento revolucionário que depôs o ditador Batista, tendo sido um dos principais impulsionadores «legais» do cinema revolucionário cubano, ainda em plena clandestinidade do movimento. **Gutiérrez** tornou-se, assim, um dos mais importantes representantes do novo cinema daquele país socialista e não deixa portanto de ser pelo menos curioso que, sendo ele autor desde 1946 de cerca de duas dezenas e meia de filmes (!) só uma das suas últimas obras -

Os novos escravos

■ Correia da Fonseca

Vejo a última emissão de «Enviado Especial» («O Salário do Medo»), de Jacinto Godinho e Lurdes Picareta) e quase me arrependo das palavras do mal-humorado desapatamento que tenho tido quanto à conformação da RTP, a do serviço público, perante a mediocridade avacalhante com que continua a cumprir-se.

Escrevi «quase», note-se: o desapatamento justifica-se e, muitas vezes, a indignação também. Mas não sei se uma reportagem como esta teria sido possível no primeiro canal da RTP durante o consulado de José Eduardo Moniz e a tutela de Marques Mendes. Lembrando-me de uma velha fórmula, reflicto que esta é provavelmente uma das mudanças mínimas que é preciso operar para que o essencial fique na mesma. Ainda assim, porém, «O Salário do Medo» (o título repete voluntariamente, é claro, o do filme de Clousot, mas é óbvio que se trata de uma homenagem e não de um plágio) proporcionou-me um daqueles raros momentos em que se redescobre a vantagem e o prazer de ter um televisor em casa. Não é pouca coisa.

Abaixo do cimento

Uma primeira parte de «O Salário do Medo» falou-nos dos operários que estão a construir a Expo98. São, na esmagadora maioria, imigrantes de origem africana, legalizados ou não mas, em ambos os casos, sem direitos, sem segurança, sem habitação que mereça o nome, sem protecção mínima na área da saúde, sem nada mais do que as mãos que trabalham e a coragem que resiste. Como muito foi badalado recentemente, o feitor da Expo, Cardoso e Cunha, que pelos vistos não tem a modéstia por virtude primordial e cultiva o descaramento como método de afirmação, reivindicou para si próprio o merecimento de uma estátua. Está o sujeito enganado, indício de que não é só em contas que lhe falta o rigor: quem merece uma estátua, mas decerto não a vai ter, é o anónimo trabalhador africano que veio de longe e em regime de intensa exploração ergueu a obra que, segundo o que está projectado, há-de reafirmar perante o mundo a capacidade de realização dos portugueses.

«O Salário do Medo» mostrou-nos homens que receiam falar, mostrar-se, esboçar o mais discreto esboço de protesto, abrir as portas dos lugares onde habitam às eventuais curiosidades da reportagem; gentes a quem vêm sendo pilhados os mais elementares direitos de cidadania. Porque estão, na verdade, em poder de novos escravagistas. São a mais cómoda das mãos-de-obra, é claro, e também a mais barata; ameaçados pelo quotidiano risco do desemprego sem a menor salvaguarda, é de facto como se trouxessem grilhetas nos pés, e os subempreiteiros que os recrutam podem dar-se ao luxo de lhes pagar, se não o que lhes apetece, decerto que muito menos do que teriam de pagar a um trabalhador português, mesmo que sobrepiorado e tão desrespeitado quanto o clima laboral do país já permite. O imigrante africano é uma espécie de carne para canhão na nova guerra que é a do lucro máximo obtido à margem de todas as regras. Para o empregador, vale menos que o cimento. Aliás, o

cimento vai ficar ali por muitas e muitas décadas ao passo que o imigrante, quando for despedido, vai desaparecer de vez e nunca mais ninguém vai saber dele.

As mãos que mudam Berlim

Depois, na sua segunda parte, «O Salário do Medo» levou-nos a Berlim, onde está a ser construída uma nova capital para o que poderá ser de novo a Grande Alemanha dominadora da Europa inteira, pelo menos. Vencida e fartamente vilipendiada a incó-

Todos eles ganham muito menos do que teria de ser pago a operários alemães. Todos eles vivem em insatisfatórias condições de habitação (embora acima das que esperam os africanos em Portugal), de alimentação (até porque é preciso amealhar o dinheiro possível a fim de que tão duro recurso pareça compensador), de direitos laborais. Os homens do Leste foram atirados para ali pelo sempre muito louvado e abençoado «desmoronamento do comunismo»; os turcos, por um terceiro-mundismo ainda um palmo abaixo do que catapulta os portugueses para a auto-exportação temporária. Alemães, só os que mandam: os capatazes ao nível da execução local; os empresários, também eles afinal escravagistas, no conforto dos seus gabinetes aquecidos. Não espantará, decerto, que esta situação reforce em muitos deles a velha convicção de que o povo alemão é diferente e melhor, nascido para dar ordens e credor da irrestrita submissão.

Assim a dupla reportagem nos ensinou, fazendo com que o vissemos com os nossos próprios olhos, que há uma similitude essencial entre a expolição dos trabalhadores imigrantes em Portugal e na Alemanha, países desta Europa onde a utilização do trabalho escravo se adorna com democracidades constantemente invocadas. Perversão dos quadros institucionais? Nem isso: «O Salário do Medo» não mastigou as palavras quando, para o seu final, lembrou que estas são as condições actuais do trabalho exercido em sociedades capitalistas. Ainda bem que o faz: mostrou-se capaz de explicar com adequação e rigor (foge-me a escrita para a palavra «coragem», mas não quero usá-la porque não quero admitir explicitamente que a actual RTP exija tanto do jornalismo honesto). De resto, as coisas são mais óbvias do que parecem. A economia clássica ensinou que a má moeda expulsa a boa moeda dos mercados. Na mesma linha, o trabalho aviltado expulsa o trabalho prestado em condições dignas e justas. É tão simples como isto.

Tributo

Apesar de tudo, porém, a transmissão de «O Salário do Medo» permite o sentimento de ter havido alguma audácia da parte da RTP ou, porventura mais rigorosamente, por parte de «Enviado Especial»: é sabido que o capitalismo, mascarado ou não com designações mais doces, tem as suas vigilâncias, os seus gendarmes, as suas sacratíssimas tradições repressivas. Talvez por isso, ou talvez não, no final da emissão veio Barata-Feyo anunciar que a emissão seguinte seria consagrada às condições laborais em Cuba, que desde logo deixou entrever que seriam pelo menos tão más quanto as que acabávamos de conhecer no mundo capitalista. Pareceu claramente que era «Enviado Especial» a pagar por antecipação o indispensável tributo anticomunista que lhe permitirá sobreviver. Talvez a preparar-nos para qualquer coisa de tão má ou pior quanto a tão falada adopção de «dois pesos e duas medidas»; a aplicação dos mesmos pesos e medidas a realidades muito diferentes entre si e sem atenção aos itinerários diversos que cada uma delas cumpre.



moda, mesmo se falhada, RDA (a propaganda capitalista tem cuidado bem de fazer qualquer coisa de parecido com o deitar sal na sua memória para que não volte ali a crescer a erva); perdida já no tempo a fase do «milagre alemão» intensamente alimentado no pós-guerra pelo fole norte-americano empenhado em reavivar o fogo quase totalmente extinto do poder económico alemão; Berlim cresce aceleradamente pela mão de milhares de operários. Mas não de operários alemães: esses arrastam-se num desemprego subsidiado que lhes vai inoculando angústias e rancores. Berlim está a crescer graças a batalhões de operários estrangeiros que muitos alemães decerto continuarão a considerar de origens inferiores: polacos, lituanos, turcos. Também portugueses.

ESCAPARATE

JAZZ

Homenagem a um mestre

Será já no sábado, pelas 21.30, que terá lugar no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, um concerto de homenagem ao grande saxofonista-barítono norte-americano Gerry Mulligan, precisamente um ano após a sua morte. Actuarão três dos mais destacados descendentes deste músico neste difícil instrumento, a saber: Nick Brignola, Ronnie Cuber e Gary Smulyan, que terão à sua disposição uma das últimas secções rítmicas da carreira de Mulligan: o pianista Ted Rosethal, o contrabaixista Dean Johnson e o baterista Ron Vincent. Um excelente concerto em perspectiva.



Gerry Mulligan (06.04.27/19.01.96)

BAILADO

Duas estreias em Portugal

Integrado na Temporada de Música e Dança 1996/1997 da Fundação Calouste Gulbenkian, regressa esta semana ao Grande Auditório daquela instituição o bailado. Em continuação da estreia realizada na noite de ontem, poderão ainda ser vistos hoje e amanhã, pelas 21.30, e no sábado em dois espectáculos às 16.00 e 21.30, os seguintes bailados: «Visões Fugitivas», com coreografia de Hans Van Manen, música de Sergei Prokofiev, cenários e figurinos de Keso Dekker e luzes de Joop Caboot; «Cenas de Família», com coreografia e luzes de Oscar Araiz, música de Francis Poulenc e figurinos de Renata Schussheim; e



«Rassemblement», com coreografia e figurinos de Nacho Duato, música de Toto Byssainthe, cenários de Walter Nobbe e luzes de Nicolás Fischtel - estes dois últimos bailados em estreia em Portugal. Para dançar estes bailados de coreógrafos convidados, actuará o Ballet Gulbenkian, artisticamente dirigido por Iracily Cardoso.

CLASSICA

Uma diva excepcional

Se ainda for possível conseguir bilhetes, não é de perder o único recital que vem realizar a Lisboa uma das maiores intérpretes actuais do canto lírico - a cantora norte-americana Barbara Hendricks, acompanhada pelo pianista Staffan Scheja. O recital será na próxima terça-feira 28, pelas 19.00, no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian e o programa será constituído por *lieder* de autores como Hugo Wolf, Robert Schumann, Edward Grieg e Claude Debussy.



A soprano Barbara Hendricks



Claude Debussy (1862/1918)

da Gama Santos e João Pinheiro, começou no ACARTE uma série de sessões destinadas a grupos de crianças que, pelo seu contacto com os instrumentos musicais e, sobretudo, através da audição de executantes de obras musicais, possam despertar os seus interesses para a música. Estes *workshops*, subordinados ao tema «Momentos Musicais», realizar-se-ão todos os sábados das 11.00 às 13.00 e continuarão até 12 de Abril.

Workshop para crianças

Com a colaboração da Orquestra Metropolitana de Lisboa e orientado por Maria Luiza

CINEMA

Actores e Actrizes na Malaposta

Prossegue no Centro Cultural Malaposta o ciclo cinematográfico «Actores e Actrizes» que se desenrolará até meados de Junho e é dedicado a grandes intérpretes da 7ª arte como, entre muitos outros, Catherine Deneuve, Gregory Peck, Henry Fonda, Gina Lollobrigida, James Cagney ou Lee Marvin. Assim, por exemplo, amanhã e no sábado (às 21.30) e ainda no domingo (pelas 15.30) o actor em destaque será o britânico Alec Guinness, que poderemos ver em acção no filme «O Outro Eu», de Robert Hamer, uma «comédia negra» em que o grande actor desempenha oito papéis diferentes!



Alec Guinness, no centro das atenções, em «O Outro Eu», de Robert Hamer

Jacques Becker na Cinemateca

Mas um outro ciclo importante continua em exibição na Cinemateca Portuguesa (na R. Barata Salgueiro, Lisboa). Este é dedicado ao cineasta francês Jacques Becker, um dos mais importantes realizadores europeus. Dele serão por exemplo exibidos, nos próximos dias, os seguintes filmes: «Goupi Mains Rouges»

(Fr./1943), amanhã às 21.30; «La Nuit du Carrefour» (Fr./1932) e «Le Crime de Monsieur Lange» (Fr./1935), nos quais Becker foi assistente de realização de Jean Renoir, respectivamente às 15.30 e 18.30 de sábado 25; «La Vie est à Nous» (Fr./1936) no qual Becker foi co-realizador com Renoir e «Dernier Atout» (Fr./1942), totalmente por ele realizado, às 18.30 e 21.30 de segunda-feira 27; «La Grande Illusion» (Fr./1937) em que Becker foi mais uma vez assistente de realização de Renoir e «Falbalas» (Fr./1945), na terça-feira às 18.30 e 21.30. E, finalmente, «Antoine et Antoinette» (Fr./1947), na quarta-feira às 21.30. Estes dois últimos filmes foram inteiramente realizados por Becker.



«La Vie est à Nous», um filme co-realizado em 1936 para o Partido Comunista Francês por Jean Renoir e Jacques Becker



A Banda Desenhada na Valónia e em Bruxelas

Inaugurada na semana passada, prossegue a sua carreira até 14 de Fevereiro uma excepcional mostra da banda desenhada de expressão francesa com grandes tradições na Valónia e em Bruxelas. Esta exposição é produzida pelo Comissariado Geral das Relações Internacionais da Comunidade Francesa da Bélgica e realizada pelo Centro Belga de Banda Desenhada e nela estarão patentes as diferentes facetas do fenómeno da «banda desenhada» - história, tipo de publicações, repercussão no estrangeiro, temas preferidos pelos autores, etc. Multiplicando-se por uma série de quase cinquenta painéis que se ocuparão dos finais dos anos 20 até aos nossos dias, estarão patentes nesta exposição inúmeros exemplos da arte de desenhadores que tornaram a Bélgica num país destacado em todo o mundo nesta forma de arte - nomes como Hergé, Jacobs, Franquin, Bob de Moor, Servais, etc., etc. O local da exposição é o Instituto Franco-Português (Av. Luís Bivar, em Lisboa) e o horário será o seguinte: de 2ª a 6ª das 9 às 20 horas.

CERTAME

Jov'Arte 97

Mais uma vez organizado pela Câmara Municipal de Loures, vai realizar-se o certame anual destinado a divulgar novos valores no campo das artes plásticas integrando diversas expressões estéticas e diferentes modalidades técnicas que vão da pintura e escultura, passando pela arquitectura, design industrial, desenho e cerâmica até à fotografia. O regulamento deste 4º Prémio Jov'Arte 1997 está já publicado e os interessados poderão ter acesso a ele dirigindo-se ao Departamento Sócio-Cultural daquele município.



Paralelamente, está patente na Galeria de Exposições do Centro Cultural Malaposta, uma exposição em que são divulgados os prémios atribuídos nos certames Jov'Arte relativos a 92, 93 e 95. O horário da exposição é das 9.30 às 22.00 (de segunda a sexta) e das 14.30 às 22.00 (aos sábados e domingos).

«Esperando por Alice» (1º Prémio Cerâmica 95, Rui Inácio)

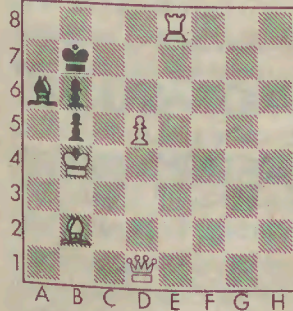


«A Mulher e a Hélice» (1º Prémio Escultura e Global 95, Carlos Andrade)

XADREZ

DXCV - 23 DE JANEIRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X04
Por: HEINRICH F. L. MEYER
Westdeutscher Schachbund, 1863

Pr.: [4]: Ps. b5, b6 - Ba6 - Rb7
Br.: [5]: Pd5 - Bb2 - T88 - Dd1 - Rb4



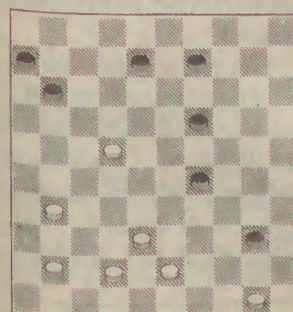
Mate em 3 [três] lances

SOLUÇÕES DO Nº DXCV
Nº 1997X04 [H. F. L. M.]: 1. Bh8!, Ra7;
2. Da1, Rb7; 3. Dg7#
1. ... Rg7; 2. Dg2+, Rb7; 3. Dh7#
A. de M. M.

DAMAS

DXCV - 23 DE JANEIRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997D04
Por: PAUL DEGUEE - Bélgica
À L'Ombre de Mon Clocher, 1970

Pr.: [7]: 6-8-9-11-19-29-40
Br.: [7]: 22-31-38-41-42-43-50



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXCV
Nº 1997D04 [P. D.]: 1. 50-44!, (40x49=D);
2. 43-39, (49x47); 3. 39-34!, 47x17);
4. 34x21+
A. de M. M.

ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

«Conselhos aos pais»

Ilustrando-o com bonecos «para colorir», a administração do Hospital público de Amadora/Sintra está a distribuir um caderninho com «alguns conselhos aos pais».

O primeiro conselho é sobre «tosses e constipações», apresenta um bicharoco de barrete e cachecol (decerto à espera que os pais o pintem) e reza assim: «A tosse e as constipações são vulgares nesta altura do ano e curam sem que sejam necessários quaisquer medicamentos. A tosse é um mecanismo de defesa que o organismo utiliza para se libertar de secreções das vias respiratórias. Não dê xaropes. Dê muitos líquidos a beber ao seu filho, faça vapores várias vezes por dia e deite soro fisiológico no nariz.»

Assim «tratada a tosse» dos filhos dos outros, a administração do Amadora/Sintra passa a aconselhar sobre «diarreia e vômitos». Aqui, o bicharoco da ilustração transporta um sugestivo penico às flores (certamente à espera que as crianças lhe dêem colorido) e tem ao lado os seguintes dizeres: «A diarreia e os vômitos correspondem geralmente a situações sem gravidade e curam por si. O risco destas doenças é a desidratação, provocada pela perda de líquidos, sobretudo em crianças muito pequenas. Tente que a criança beba muitos líquidos (água, soro de hidratação oral, chá preto fraco e com açúcar) pausadamente e sem forçar, em pequenas quantidades.»

Finalmente vem a «febre», identificável pelo termómetro que o boneco transporta sob os rasgados sorrisos do Sol e dele próprio (a febre, para a administração do Amadora/Sintra, parece ser uma coisa bastante divertida). Ai, os pais aprendem que «a febre é habitualmente a resposta do organismo a uma situação infecciosa sem gravidade, de curta duração», pelo que «se a criança não tem outros sintomas, os pais devem apenas baixar a febre com os medicamentos receitados habitualmente pelo médico assistente», advertindo que «a febre não desaparece só com uma toma de medicamentos, é normal que volte quando o efeito destes começa a desaparecer e que dure de 3 a 5 dias».

Temendo que a mensagem não estivesse suficientemente clara, o opúsculo termina com o mesmo palhaço - desta vez vestido de «doutor» - a lembrar, entre outras coisas, que «a maioria das doenças nas crianças são causadas por vírus e não necessitam de tratamento com antibióticos» e, sobretudo, a recomendar, em maiúsculas: «SEJA CRITERIOSO NA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE».

Temos, assim e duma assentada, a administração de um hospital público a prescrever o autodiagnóstico, a automedicamentação, a mezinha caseira e o abandono da consulta hospitalar.

Com o pormenor de tais prescrições apontarem as crianças como cobaias e os respectivos pais como aprendizes de feiticeiro.

Tendo estes como «mestre por correspondência» a administração dum hospital público que generaliza as tosses e as constipações como «fruta da época», as diarreias e os vômitos como «situações a tratar com água» e a febre como «uma resposta do organismo», tudo «sem gravidade» e a «curar-se por si».

À beira de um novo milénio, na ponta final de um século que continua a travar a grande batalha da prevenção, da profilaxia, da educação sanitária, das rotinas assistenciais e do acompanhamento médico-hospitalar - entendidos como armas estratégicas para se vencer a doença, o atraso e a miséria -, a administração de um grande hospital público português propõe o retrocesso até aos escuros tempos da mezinha caseira, das libações empíricas, dos chás milagrosos, do diagnóstico por palpite familiar.

Parece incompreensível e estúpido, mas não é uma coisa nem outra.

Não é incompreensível, porque facilmente se deduz que com os doentes a arriscar-se em casa, a administração do hospital Amadora/Sintra poderá desafogadamente gerir esta estrutura pública de Saúde a favor dos seus negócios privados.

Nem é estúpido porque, essencialmente, é monstruoso.

■ HC

Álvaro Cunhal em Loures

“Há possibilidade real de contrariar esta política”

Álvaro Cunhal afirmou terça-feira em Loures que está em curso uma “ofensiva do Governo que atinge os interesses do povo e do País”, determinada, do seu ponto de vista, pela “restauração do poder dos grandes grupos económicos e do capitalismo monopolista”.

As consequências de uma tal política, em sua opinião, são particularmente visíveis na “gravíssima situação social” e em problemas mais gerais relacionados com a saúde, habitação e ensino. No plano económico, a situação não é menos grave, no seu entender, e a prosseguir esta caminho de “destruição do aparelho produtivo”, avisou, “Portugal não vai longe”.

Álvaro Cunhal falava para as centenas de pessoas que enchiam por completo o refeitório municipal, numa iniciativa de esclarecimento promovida pela célula do PCP do Município de Loures, com uma intervenção inicial centrada na actualidade política e nas decisões do XV Congresso, onde não faltaram palavras de confiança na existência de “uma possibilidade real de contrariar a política do Governo e de o obrigar a recuar”.

“É possível obter resultados mas estes só são possíveis através da luta”, fez notar o dirigente comunista, lembrando a este propósito “as lutas dos trabalhadores e do povo”, lutas de massas, que, sublinhou, a par da acção do Grupo Parlamentar comunista (por si elogiada) constituem uma “direcção fundamental da nossa actividade para unir na luta todos os que são atingidos pela política do Governo”.

Foi, aliás, sobre esta política que Álvaro Cunhal centrou a sua atenção, verberando de forma incisiva e directa o

na e as relacionadas com a moeda única também não escaparam à análise daquele dirigente do PCP, que acusou ainda o PSD e o PS de terem “no fundamental a mesma poli-

princípio da proporcionalidade”.

“O reforço do PCP, dos seus quadros, da sua autoridade, da sua confiança”, bem como as questões relativas à sua identi-



Álvaro Cunhal falou para uma platela atenta que encheu o refeitório municipal de Loures

Governo pelas suas responsabilidades no aumento do desemprego, da precarização e na “burla das 40 horas”, bem como, noutro plano, pelo “renascer do obscurantismo” resultante da situação e da política cultural.

As questões de política exter-

na, exemplificando, a este respeito, com o processo de revisão constitucional e com as propostas de alteração das leis eleitorais defendidas por aqueles partidos, visando, sublinhou, “um sistema eleitoral que garanta aos dois o monopólio do poder, pondo em causa o

dade, foram igualmente objecto de reflexão por parte de Álvaro Cunhal, antes do período de debate propriamente dito, tendo a este respeito manifestado a sua convicção que o “PCP é não só necessário mas insubstituível no nosso país”.

Carlos Carvalhas em Setúbal

Com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, realiza-se no próximo sábado, no Forum Municipal Luisa Todi, em Setúbal, às 15.30 horas, um comício promovido pela organização regional, culminando a campanha de esclarecimento sobre a inflação e os aumentos de preços desenvolvida pelas organizações concelhias do PCP no distrito.

A campanha, que teve início no sábado passado e se prolonga por toda a semana, tem proporcionado aos comunistas um contacto directo e um pro-

veitoso diálogo com as populações. O documento, distribuído nesta acção pelos militantes comunistas nas empresas e locais de residência e de grande concentração populacional, analisa os aumentos de preços verificados e desmascara alguns dos argumentos do Governo para os mesmos.

Designadamente em relação ao aumento de preços da Telecom, o PCP diz que serve «para engordar os privados». Quanto à descida global de 0,7 por cento que o Governo diz ter-se verificado nos telefones, esclarece o PCP que ela se verifica apenas nas chamadas interurbanas e internacionais, sendo que para as restantes chamadas locais e regionais aumentam 8 por cento.

«A partir deste e de outros exemplos», diz a Comissão Concelhia de Setúbal, fica demonstrado «que basta que cada um faça as suas contas» para concluir que os aumentos de preços «comem» as actualizações de salários e pensões.

O comício, que no sábado encerra em Setúbal, com a presença do Secretário-geral do PCP esta campanha de esclarecimento, contará com a actuação da Banda do Andarilho.

A partir de Fevereiro «Avante!» na Rua Augusta

O reforço e a afirmação do PCP, a acção junto dos trabalhadores e as eleições autárquicas foram temas discutidos pela direcção da organização do PCP na Cidade de Lisboa que, no final da sua reunião, divulgou as suas principais conclusões e acções a desenvolver nos próximos meses.

Propõem-se os comunistas criar na Baixa lisboeta um espaço regular de informação, lançar a venda generalizada do «Avante!» na Rua Augusta, assente em brigadas de militantes, a partir de Fevereiro; realizar uma campanha «Contra o Desemprego, Emprego com Direitos» nos próximos quatro meses; e elaborar um Livro Negro sobre as privatizações, que reporte acções específicas nas empresas que foram privatizadas e naquelas em que se anuncia a privatização.

No que se refere às Eleições Autárquicas, decidiu a direcção da Cidade de Lisboa do PCP auscultar as organizações do Partido com vista à formação das listas municipais e de freguesia, «numa perspectiva de renovação e rejuvenescimento» e na continuidade do trabalho e experiência adquiridos pelos eleitos autárquicos do PCP.

PCP e PEV discutem autárquicas

Uma delegação do PCP, dirigida pelo seu Secretário-geral, Carlos Carvalhas, e integrando Luísa Araújo e Jorge Pires, membros da Comissão Política, encontrou-se ontem com uma delegação do Partido Ecologista «Os Verdes», na sede deste último, para apreciação da situação política e próximas eleições autárquicas.



5 603199 000445